

António Abreu esclarece diferenças

Uma candidatura de valores

António Abreu prossegue nos contactos com populações e com apoiantes, levando a candidatura do PCP às eleições presidenciais a todo o País.

Alvo de manifestações de simpatia, o candidato comunista insiste:

«As eleições são um processo de intervenção e debate político.

Não é só meter o voto numa caixa.»

Pág. 5

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A palavra aos delegados

Concluimos hoje a publicação das intervenções centrais e sectoriais produzidas na tribuna Congresso. Nos próximos números, contamos publicar mais intervenções ali feitas, referentes às organizações regionais do Partido. **Págs. 13 a 20**



**Carlos
Carvalhas
no comício
de Almada**
**Levar
à prática
as
decisões**

Pág. 7

Protestos no País

Não à co-incineração

A decisão governamental de avançar com a co-incineração, mesmo antes de divulgadas as conclusões do Grupo de Trabalho Médico, gerou profunda contestação um pouco por todo o País.

Pág. 10

Cordão humano em Lisboa

Precariedade é lixo

O aumento do trabalho precário tem na outra face o crescimento dos lucros das grandes empresas, mas faz parte de um modelo de desenvolvimento esgotado e contrário ao progresso social.

Pág. 9

Tensão na Sérvia

Independentistas atacam

Em vésperas das eleições legislativas na Sérvia, o governo federal jugoslavo ameaça intervir se a ONU não tomar medidas contra os separatistas albaneses que atacaram Presevo.

Pág. 23

Avante!
Proletários de todos os países
UNÍ-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Rua Nova - Capa Rota
1700 - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Rua Industrial da Maia
4470 - 4470 Maia
Tel. 21 941 76 70

ASSINATURAS
Rua Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 21 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Resumo

13 Quarta-feira

Fernando Gomes revela no Parlamento o facto do primeiro-ministro, António Guterres, estar ao corrente desde Maio da polémica que envolve a Fundação para a Prevenção e Segurança (FPS) ● Os docentes dos colégios de reinserção social exigem a atribuição de um subsídio de risco ● Al Gore retira-se da corrida à Casa Branca depois da decisão do Supremo Tribunal dos EU ● O Knesset vota numa leitura preliminar, a proposta de lei da oposição que visa permitir ao antigo primeiro-ministro de direita, Benjamin Netanyahu, candidatar-se ao cargo de chefe de Governo de Israel.

14 Quinta-feira

António Guterres é apanhado em falso durante o debate sobre a FPS na AR quando garante que a fundação deixou de receber dinheiro do Estado no primeiro semestre deste ano ● António Abreu defende que o esclarecimento sobre o caso da FPS «deve ir tão longe quanto possível» ● George Bush faz discurso de aceitação da vitória ● Francisco Manuel Consuegra, eleito municipal do Partido Popular, é morto numa explosão em Barcelona num novo atentado da ETA.

15 Sexta-feira

Armando Vara e Luís Patrão demitem-se dos seus cargos no Governo devido aos seus envolvimento no caso da Fundação para a Prevenção e Segurança ● Israelitas e palestinos intensificam os seus contactos tendo em vista um eventual acordo de paz, enquanto no terreno a violência continua a fazer vítimas ● O pintor João Ayres é homenageado com a medalha de Mérito Municipal pela Câmara Municipal de Sintra.

16 Sábado

Jorge Sampaio, num almoço com sindicalistas, em Lisboa, diz não acreditar que a precariedade no trabalho seja totalmente evitável mesmo num contexto de pleno emprego ● O governo jugoslavo e o executivo sérvio exigem à ONU a retirada dos separatistas albaneses da zona de segurança na fronteira com o Kosovo ● Na Argélia, o Ramadão é marcado pela violência extremista que assassina 37 pessoas, 16 das quais estu-

Os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas em luta pelos postos de trabalho

dantes do ensino secundário ● Saeb Erakat, negociador palestino, defende uma cimeira israelo-palestina com a participação dos EU para se chegar a acordo sobre o estatuto final dos territórios palestinos.

17 Domingo

Segundo a imprensa, o Instituto de Estradas de Portugal (IEP) deve 38 milhões de contos ao sector da construção civil ● Uma manifestação a norte do Kosovo contra as forças da Nato provoca dois mortos e um ferido ● Shlomo Ben-Ami, chefe da diplomacia israelita, vai a Washington para discutir com o ministro da cultura palestino e com responsáveis americanos um eventual acordo para a paz.

18 Segunda-feira

O Ministério Público conclui as alegações finais no caso das Forças Populares 25 de Abril com a absolvição de 11 arguidos e a condenação dos restantes por crimes de sangue mas sem pena de prisão efectiva ● Na inauguração do centro de saúde do Lavradio, no concelho de Setúbal, Manuela Arcanjo anuncia adiamento da construção de um novo hospital para esta região ● Em Timor, a Administração Transitória das Nações Unidas aprova a introdução de impostos sobre rendimentos e salários ● Aos 28 anos, Luís Figo conquista o troféu «Bola de Ouro».

19 Terça-feira

Reforma fiscal passa na AR com os votos do PCP e do BE ● Os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas exigem a manutenção dos seus postos de trabalho, em frente à residência oficial do primeiro-ministro ● Manuela Arcanjo, ministra da Saúde, exonera o conselho de administração do Instituto Português de Oncologia do Porto ● Após a operação de aumento de capital, a Portugal Telecom torna-se o segundo maior accionista da Agência Lusa a seguir ao Estado ● George Bush, o vencedor das eleições presidenciais nos EU, encontra-se com o presidente Bill Clinton ● Começam em Washington as negociações para a paz entre palestinos e israelitas ● As autoridades sanitárias francesas impedem a doação de sangue a quem tenha vivido no Grã-Bretanha durante 1980 e 1996 devido ao consumo da carne de vaca.

Aconteceu

Bola de Ouro para Figo

O futebolista português Luís Figo conquistou a «Bola de Ouro» deste ano - a última do século (e do milénio, já agora!) - um galardão de grande prestígio atribuído todos os anos pelo bisemanário *France Football* ao melhor jogador a actuar na Europa. A escolha é feita por votação, num acto eleitoral onde participam 51 jornalistas - um de cada país filiado na UEFA -, que votam a partir de uma lista de 50 nomes de atletas do futebol elaborada pela redacção do *France Football*. Luís Figo já fora nomeado o ano passado, tendo ficado em 5.º lugar mas, desta vez,

bateu todos os concorrentes, incluindo o actual «ídolo» nacional dos franceses, Zidane, que ganhara o ano passado o ambicionado prémio mas que, desta vez, ficou em 2.º lugar a 16 votos do atleta português. Luís Figo entra, assim, na galeria de uma elite de futebolistas, ao lado de lendas do futebol como Eusébio (1965), Cruyff, Platini, Van Basten, Di Stefano, Beckenbauer, Keegan, Rummenigge, Yashine, Gullit, Ronaldo, Zidane, Rivaldo e também Maradona (prémio especial em 1995) e Pelé (o melhor do século para os atribuidores da «Bola de Ouro»).

Vara e Patrão demitem-se

O ministro dos Desportos, Armando Vara, e o secretário de Estado da Administração Interna, Luís Patrão, apresentaram esta semana a sua demissão na sequência do escândalo da Fundação de Prevenção e Segurança Rodoviária, que o primeiro fundara quando era secretário de Estado da Administração Interna e o segundo prosseguiu, ao substituir Armando Vara no cargo. A polémica sobre esta Fundação centrou-se no facto de ter sido constituída com dinheiros públicos mas à margem dos procedimentos legais, ao mesmo tempo que era administrada por assessores dos dois governantes. Armando Vara foi substituído por José Lello na tutela do Ministério do Desporto, que para tal cessou funções como secretário de Estado das Comunidades, enquanto Luís Patrão foi substituído por Rui Pereira, até aqui director do Serviço de Informações e Segurança (SIS).

Ganimede pode ter água

Ganimede, a maior lua do sistema solar e que gravita à volta de Júpiter, parece ter um imenso oceano de água salgada por baixo da sua superfície gelada, segundo a interpretação feita pelos cientistas norte-americanos dos últimos dados enviados pela sonda *Galileo*. Os indícios da presença de água em Ganimede foram revelados por um instrumento de medição que detectou subtis mudanças no campo magnético interior daquele satélite jupiteriano, reveladoras de uma grande camada de líquido condutor, como o é a água salgada. Se assim for, Ganimede junta-se a Calisto e Europa, dois outros satélites de Júpiter que se supõem também possuírem água, o elemento fundamental para a existência de vida.



Prémio Pessoa para Emmanuel Nunes

O Prémio Pessoa 2000 - uma iniciativa do semanário *Expresso* e da Unysis, no valor de 8500 contos - foi atribuído ao compositor português Emmanuel Nunes, que o júri considerou ser responsável por uma obra musical revelando «uma personalidade criativa profundamente original e um percurso de extrema coerência». No campo da música, este prémio já havia sido atribuído a outro grande nome da cultura portuguesa, a pianista Maria João Pires. Após manifestar a sua satisfação pelo prémio, Emmanuel Nunes manifestou a esperança de

que o prémio «sirva para que a política nacional passe a reconhecer a importância da cultura musical», acrescentando: «Era bom que este prémio ajudasse o Governo a seguir uma política musical consequente e capaz de permitir a formação neste país, sobretudo de instrumentistas, para que possamos deixar de ser obrigados a importar músicos.» A atribuição deste prémio a Emmanuel Nunes coincidiu com uma semana de eventos realizada no Museu de Arte Contemporânea de Serralves e dedicada ao compositor.



Secundário em luta

Os estudantes do ensino secundário continuam a manifestar-se por várias reivindicações. A semana passada foi em Lisboa, onde milhares de alunos da capital marcharam do Marquês de Pombal até ao Ministério da Educação, e esta semana foram os estudantes das secundárias do Barreiro que realizaram igual protesto nas ruas da cidade. Os estudantes lutam pela

suspensão da revisão curricular (onde contestam a introdução de aulas de 90 minutos, do 13.º ano, da área-projecto e o elevado número de cursos por que os alunos do 9.º ano têm de optar), pela aplicação da lei da educação sexual (regulamentada em Agosto após as reivindicações dos alunos, aguardando-se até agora a sua aplicação em todas as escolas), pela criação de um novo sistema de

acesso ao ensino superior (eliminação progressiva dos *numerus clausus*, valorização da avaliação contínua e desaparecimento das provas de carácter eliminatório) e pelo investimento material e humano nas escolas (a maioria das escolas está degradada, há falta de bibliotecas, cantinas, pavilhões, laboratórios, enquanto o número de pessoal auxiliar e de professores é insuficiente).

Crónica Internacional

• Albano Nunes

Por uma outra Europa...

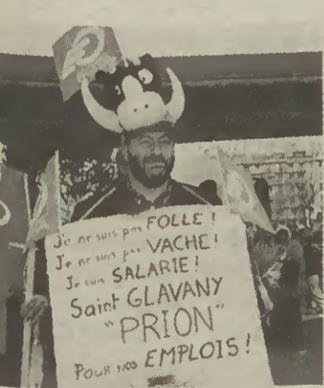
Da Cimeira de Nice o comum dos mortais não conhece sequer de meia missa metade. Aliás nada é feito para que conheça. A complexidade intrínseca da política de «pequenos passos» e de «negociação permanente» que tem caracterizado o processo de integração, junta-se a mais sigilosa falta de transparência. Quanto mais se fala da «Europa dos cidadãos», mais distante dos trabalhadores e dos povos se desenvolve o processo de decisões. O que realmente caracteriza as «instituições comunitárias», a começar pela Comissão e a poderosa máquina em que se apoia, é a mais nebulosa e cerrada opacidade.

Mas poderia ser de outro modo? Se, como o PCP tem sublinhado, a «construção europeia» actual é expressão dos interesses dos grandes grupos económicos e das grandes potências, como poderia a sua política e as suas decisões terem o consentimento de populações que estivessem devidamente informadas dos seus pressupostos e previsíveis consequências? Como poderiam passar orientações que estão a dismantlar de modo sistemático conquistas e direitos sociais e democráticos alcançados por décadas e décadas de tão duras lutas? Como poderiam os povos estar de acordo com opções de natureza militar que irão consumir recursos preciosos para o desenvolvimento e relançar uma política imperialista, intervencionista, agressiva, cujo epílogo só podem ser novas guerras? Como poderiam deixar de causar generalizada indignação políticas de conteúdo neocolonialista seja em relação com o alargamento ao Leste da Europa - que agora serve de pretexto para um novo salto supranacional e federalista - seja em relação a um Terceiro Mundo, esmagado pela violenta exploração das multinacionais? Como poderia não suscitar revolta um processo em que os mais ricos e poderosos o são sempre mais, e em que a Alemanha e mais duas ou três grandes potências, se reservam o direito de mandar e comandar os destinos dos outros países da União Europeia, como agora em Nice ficou ainda mais claro?

Falar de «transparência» e de «democracia» em matéria de «construção europeia» é um insulto à inteligência humana, até porque, em tal matéria, pura e simplesmente, não pode haver transparência nem democracia. À medida que da Cimeira de Nice se vai conhecendo mais que a simples espuma mediática que a acompanhou, mais claro se torna que se tratou de um novo passo no sentido da edificação de um poderoso bloco económico-político-militar, concertando e rivalizando no domínio planetário com os EUA e o Japão, fazendo do «euro» e do exército europeu em acelerada construção, instrumentos de exploração e dominação imperialista. A soberania e a independência de Portugal sofreram uma nova e dura machadada.

Claro que, tal como o XVI Congresso do nosso Partido assinalou, este caminho não é inevitável. É evidente que o processo de integração capitalista na Europa se debate com problemas e dificuldades crescentes do mais variado tipo. Cada novo avanço agrava e suscita novas contradições, entre os pequenos países e as grandes potências, entre as nações e as imposições supranacionais, entre os trabalhadores e o grande capital. Reveste-se aliás de inegável significado político que os grandes «construtores» desta «Europa» se vejam vergonhosamente desacreditados um após outro, com as inevitáveis brechas que se abrem no «ideário europeísta». Depois de Craxi, Andreotti, Gonzalez, Mitterrand, Kohl e tantos outros, chegou a vez de Jacques Chirac se tornar manchete dos grandes «media», comprometido em variados casos de corrupção.

Até temos como o ambicioso manobrador da Cimeira de Nice se encontra em dificuldades no seu próprio país. Até temos, como «grandes» na «Europa» dos monopólios se tornam pequenos e vulneráveis junto dos povos dos respectivos países. O que, traduzindo as insanáveis contradições da construção europeia que aí está, abre perspectivas à luta por uma outra Europa, dos trabalhadores, dos povos, de progresso, paz e cooperação.



Até temos como o ambicioso manobrador da Cimeira de Nice se encontra em dificuldades no seu próprio país. Até temos, como «grandes» na «Europa» dos monopólios se tornam pequenos e vulneráveis junto dos povos dos respectivos países. O que, traduzindo as insanáveis contradições da construção europeia que aí está, abre perspectivas à luta por uma outra Europa, dos trabalhadores, dos povos, de progresso, paz e cooperação.

Até temos como o ambicioso manobrador da Cimeira de Nice se encontra em dificuldades no seu próprio país. Até temos, como «grandes» na «Europa» dos monopólios se tornam pequenos e vulneráveis junto dos povos dos respectivos países. O que, traduzindo as insanáveis contradições da construção europeia que aí está, abre perspectivas à luta por uma outra Europa, dos trabalhadores, dos povos, de progresso, paz e cooperação.

Editorial

A CANDIDATURA INCÓMODA

Com a semana marcada, a nível internacional, pelo resultado final, embora dúbio, das eleições presidenciais americanas, que deram a vitória a Bush e a maioria dos votos a Gore, e as atenções nacionais viradas para o escândalo, mais um, ocorrido no seio do Governo socialista, não será absurdo reflectir um pouco sobre o valor das instituições, sobre os processos eleitorais que em democracia lhes dão corpo e sobre as Presidenciais que, em Portugal, aí estão à porta.

Há no País muita gente que tende a sobrevalorizar o que se passa «lá fora» quando o que lá fora se passa aparenta melhor qualidade ou maior eficácia; no pólo oposto, há quem franza o cenho a tudo o que não cheire a luso e desdenhe ou ridicularize o que além-fronteiras ocorre, quando parece que nenhum português cairia em semelhante asneira.

“A nossa candidatura é portadora de concepções diferenciadas”

Ainda recordamos, de não há muito, as notícias que vinham do Leste, derrubado o muro, e que faziam sorrir alguns e indignar outros, quando se contava que na Rússia apareciam partidos forjados para «defenderem os interesses dos bebedores de cerveja».

Mas a moda já pegou entre nós, como se houvesse um preço a pagar pela democracia, uma taxa de «folclore democrático» a desembolsar em cada acto eleitoral. Nestas presidenciais - como em outras no passado -, para além dos candidatos que contam, há concorrentes que se movem no interior do sistema para promoverem produtos à margem da política. Não falamos aqui do candidato do MRPP ou do candidato ex-MRPP porque, por muito pouco projecto que avancem, não deixam de merecer a classificação de candidatos que se batem por políticas, por muito enigmáticas que sejam. Falamos, por exemplo, de um candidato que se apresenta e cujo programa é demitir-se; de outro que «defende o vinho do Porto»; outra que... não se sabe muito bem.

À hora em que escrevemos, anunciava-se que alguns não seriam aceites pelo Tribunal Constitucional. Por razões técnicas, ao que parece. O que não retira «legitimidade democrática» à aspiração de cada um a candidatar-se à suprema magistratura da nação.

O que parece não ser consentâneo com uma candidatura - nestas ou noutras eleições para cargos do Estado - não são as formas de as apresentar, de burro, a pé ou de automóvel, mas o conteúdo do que se propõem e do que propõem. E o facto é que algumas delas não terão senão o

efeito de contribuir para o descrédito da própria instituição democrática, já tão desacreditada pela própria prática do poder eleito. O facto de, com completa leviandade, algumas comunidades se recusarem a «receber» no seu seio alguns actos eleitorais (agora anuncia-se o caso de Souzela) é um sintoma da pouca importância com que muita gente no País vê a prática da democracia, confundindo interesses e aspirações legítimas, e não conseguindo retirar dos resultados de eleições anteriores as lições devidas.

Para esta ignorância e este «folclore» contribuem pesadamente muitos órgãos de comunicação social e «comentadores» encartados que ora veiculam com desvelo as coloridas actividades circenses que rodeiam algumas candidaturas ora escolhem, por interesse partidário ou pendor subjectivo, a «seriedade» desta ou daquela ora tentam enfiar no mesmo saco «todos» os que, no seu tribunal de opinião, não são susceptíveis de vencer a «corrida» - porque, para alguma gente, é de uma corrida que se trata e não de uma disputa de ideias, de projectos, de propostas.

É certo que a maioria das candidaturas não ajuda muito, se nos restringirmos apenas àquelas que se colocam no terreno do debate político. Jorge Sampaio chega tarde com a sua «intervenção» institucional morigerada na escandaleira governamental. Preocupado com a continuidade, nada de novo aparece de estimulante no seu discurso abrangente que possa anunciar um empenhamento mais profundo e claro na coisa pública que não seja a de suportar até ao extremo a política que o Governo prossegue. Por parte de Ferreira do Amaral, o próprio slogan escolhido pelo candidato da direita deixa no vazio qualquer ideia que não seja a de conseguir um bom resultado na contenda. É o «candidato dos não socialistas» e assim se define como um candidato pela negativa. Quanto a Fernando Rosas, pouco adiantam as suas medidas avulsas que, todas juntas, não formam um projecto.

Esta é a nossa candidatura. António Abreu será, porventura, o mais combatido de todos e a razão apresentada pelos comentadores que o criticam é o facto de o considerarem como «não candidato». Razão pequena e mesquinha, quando quer dizer que lhe não auguram futuro numa «corrida» que de resto não corre, e chegam a mentir afirmando que os candidatos do PCP «desistem sempre», quando em dois casos foram às urnas e em três deram uma contribuição fundamental para a defesa da democracia. António Abreu candidata-se e intervém nesta batalha política pelo PCP, pelas ideias e projecto que o PCP defende. Afirma «valores próprios, que são distintos dos de outras candidaturas», como sublinhou no seu discurso em pleno XVI Congresso. «A nossa candidatura», disse, «é portadora de concepções diferenciadas sobre a que deve o Presidente da República dar prioridade no acompanhamento da actividade do Governo, para verificar como estão ou não a ser cumpridos grandes objectivos constitucionais e os desafios que se colocam ao País.» Assim é, reconhecemos, uma candidatura incómoda.

Actual Representativa?

• Vítor Dias

É certo que o folhetim se arrastou por um tempo claramente excessivo e desproporcionado para os padrões hoje vigentes quanto à capacidade dos «media» para manter um assunto em destaque e para os cidadãos lhe prestarem atenção.

E, nessa medida, talvez grande parte dos norte-americanos e também a maioria dos comentadores de outros países, vencidos pelo cansaço, tenham recebido a notícia da vitória atribuída ao sr. George W. Bush sobretudo com suspiro apropriado a quem se vê livre de um imenso imbróglie e pode passar a outros assuntos mais frescos.

De qualquer forma, seja por estas seja por piores e mais inquietantes razões, a verdade é que ficámos com a sensação de que, depois de consumado, não foi devidamente assinalado, como merecia, o facto de 120 anos depois do último caso assim e por causa de regras

eleitorais existentes ainda há mais tempo, vai ser Presidente da nação mais poderosa do mundo e única superpotência mundial um sujeito que, por sinal, teve menos 300 mil votos que o candidato que ficou a chuchar no dedo.

É claro que, sobre isto, já houve quem, com elevado sentido prático ou detestando perigosas problematizações, logo arrumasse a questão lembrando que «as regras eram conhecidas» e que «regras são regras».



WHO NEEDS YOU

Sobre as regras serem conhecidas, convém anotar que parece que uns bons milhões de americanos ignoravam completamente a existência do Colégio Eleitoral. E sobre «as regras serem as regras» ora af está

uma evidência que uma boa cultura democrática não devia deixar assassinar a reflexão sobre se são justas e se produzem resultados respeitadores da vontade popular.

Bem sabemos que, lá fora e também cá dentro, não faltam «grandes democratas» que – em radical divergência com as concepções democráticas que sustentamos – aceitam ou elogiam sistemas eleitorais (maioritários ou de proporcionalidade fortemente distorcida) que têm como peculiar característica o darem a alguns partidos deputados para que não tiveram votos e não os darem a outros que até tiveram votos para os terem, assim consagrando uma óbvia desigualdade na eficácia de voto entre cidadãos.

Mas mesmo desses seria de esperar um sobressalto de indignação maior perante o facto brutal de que a tão glorificada democracia americana (onde reclamar que os candidatos presidenciais tenham direito a uma comunicação final gratuita nas televisões é uma proposta perigosamente herética), ir fechar um século e um milénio dando o cargo unipessoal de Presidente a alguém que representa menos votos e vontades dos seus concidadãos que outro candidato.

É que, neste caso (e em outros), alguém se vai atrever a continuar a falar de «democracia representativa»?

Transparências

• Leandro Martins

I'm not a crook!, clamava na televisão, num último esforço de convencimento, um presidente dos Estados Unidos, há já um quarto de século. *Não sou um vigarista!*, poderia assim traduzir-se a declaração desesperada de Nixon, no final de porfiados esforços para sair limpo de um *watergate* em que se atascara. São conhecidos os antecedentes de Nixon, a sua colaboração com Mac-Carthy e as vigarices todas para alcançar o poder e sobretudo para manter-se lá. Mas, naquele momento, muita gente se terá perguntado se o homem não teria razões para lamentar-se. Se deveria ser ele e só ele a pagar. No fim de contas, a espionite que levava o seu aparelho de poder a coscuvilhar a sede dos democratas era o menor dos males da sua administração. A guerra do Vietname e os seus massacres, a política imperialista de agressão e de domínio, a miséria que provocou no seu próprio país e sobretudo nos outros para aumentar a riqueza de uns poucos, foram muito piores do que o arrombamento de alguns ficheiros pela calada da noite.

Recordamos estes episódios a propósito da crise que reina no seio do Governo do PS e que parece ter abalado o Primeiro-Ministro. Uma crise que está para durar e que atinge, por

acumulação, um dos seus pontos máximos. Claro que não comparamos Guterres a Nixon. Nem as fundações – porque são mais do que uma – aos *watergates*. Mas não deixamos de reconhecer no embaraço de Guterres, a dizer e a desdizer, a saber e a ignorar, a reafirmar confianças e a demitir ministros, os embaraços de outros; de reconhecer na sua comoção a salvaguardar por fim a sua honorabilidade, a comoção de outros, por esta «injustiça» que lhe fazem. Ao sair da audiência com Sampaio garantindo que não esteve em causa a «honorabilidade e seriedade» de si próprio, Guterres prefere ignorar, para manter-se no poder, que o que está em causa é muito mais do que isso – é, como disse Bernardino Soares na Assembleia da República, a «degradação da democracia portuguesa», atingida pelo «assalto dos socialistas ao aparelho do Estado e a cada vez maior confusão entre este, os grupos económicos e de interesse e o partido do Governo».

Por seu lado, Sampaio puxa o brilho à sua candidatura, distanciando-se da névoa que a proximidade com a política Governo embaciava. Disse ele, depois de haver, como tudo indica, pressionado Guterres a demitir Vara e Patrão, que não está em causa «o regular funcionamento das instituições». Não está?



A carta

• Anabela Fino

O estado-maior do PS está em polvorosa. Guterres está à beira de um ataque de nervos.

Já não bastava a escandaleira da Fundação para a Prevenção e Segurança – a casca de banana displicentemente deixada cair por Fernando Gomes para provocar a queda de Armando Vara e Luís Patrão –, e das outras muitas fundações que afinal existem e fundamentam as apetências dos *boys* para o supremo sacrifício da governação, já não bastava isso, dizíamos, como ainda por cima entrou na baila uma misteriosa carta de Guterres a Gomes, trazida a público pelos mensageiros do costume.

Que não se está perante um caso de violação postal parece evidente. Gomes não se queixou de ter perdido a missiva ou dela ter sido espoliado, como sem dúvida faria a ser esse o caso, nesta nova messiânica missão de moralização dos costumes em que está empenhado desde que viu fechar atrás de si as portas do Governo. Não parece também que Guterres, dado embora às

epístolas, tomasse a iniciativa de trazer a público o que optou por afirmar em privado, a saber, que apesar dos pesares não guarda rancores de Gomes.

Chegados a este ponto, os Sherlocks do PS não tiveram dúvidas em concluir que a carta veio a público por obra e graça não do Espírito Santo mas de Gomes, logo estar-se perante uma «dupla traição».

Reunidos no Largo do Rato, na segunda-feira, os presidentes das federações do PS encarregaram Edite Estrela de anunciar o veredicto, interrompendo a reunião, muito oportunamente, à hora dos telejornais. A igualmente presidente de uma Fundação (a Cultursintra) afirmou desconhecer a carta, mas não hesitou em condenar o aparecimento de referências a correspondência privada na comunicação social, e foi clara ao apontar o dedo acusador dos socialistas ao autor da indiscrição: «Não sei quem divulgou a carta, mas se ele [Fernando Gomes] era o destinatário...» Para bom entendedor, meia palavra basta.



O mais curioso nesta história de traições e denúncias é a rapidez com que por cá se muda de tom e de figurino. Ainda não há muito tempo, com a divulgação de outras cartas, se dizia estar perante o legítimo direito de informar os militantes. O PS não só não contestou como chegou mesmo a ponderar fazer aprovar na AR, com os votos do PSD, a obrigação do voto secreto nos partidos políticos. A decisão ficou em *stand by*, não por causa de qualquer carta, que conste, mas por uns resquícios de pudor e uns laivos de prudência. No céu socialista, as nuvens já prometiam tempestade.

Frases

“Guterres tem-se eximido às perguntas, de tal forma que quer ele quer os seus colegas criaram esse novo tipo de uso dos telejornais que é o de prestarem uma declaração curta sem se sujeitarem a perguntas. Desta forma, Guterres aparece mais vezes nos telejornais do que Cavaco, mas respondendo a menos perguntas”

(Eduardo Cintra Torres, *Público*, 18.12.00)

“Guterres, que nas lutas partidárias já matou com a espada, sabe que é assim – e que também ele pode cair sob as espadas dos seus inimigos. Daqueles que já se sentaram ou ainda se sentam a seu lado.”

(José Manuel Fernandes, *Público*, 16.12.00)

“Não tendo capacidades para demitir Armando Vara e Luís Patrão (dois homens da sua mais absoluta confiança), António Guterres sujeita-se à humilhação de ver o Presidente da República a obrigá-lo a demitir os governantes sob suspeita”

(Ana Sá Lopes, *idem*)

“O primeiro-ministro é muito como o “airbag”. Apara os golpes. Acolchoa os embates. Ameniza as porradas. Protege os visados. (...) O “senhor airbag” precisa que se lhe tire o pipo. O gás. Já basta de impunidade”

(Miguel Esteves Cardoso, *O Independente*, 15.12.00)

“Para terceiro-mundismo empresarial já basta a tendência de muitos dos nossos empresários para se encostarem ao Estado (...) É tempo de termos um sistema fiscal um pouco menos arcaico. Mas, para isso, necessitamos, também, de um governo menos terceiro-mundista”

(Francisco Sarsfield Cabral, *Público*, 16.12.00)

“Na União Europeia, enquanto o mercado prospera a democracia estagna”

(Alfredo Barroso, *Expresso*, 16.12.00)

“Corria o ano de 1890. Redigia-se o Manifesto dos Operários da Construção Civil, em Lisboa, (...) um programa reivindicativo do operariado em construção: oito horas para trabalhar; oito horas para estudar; oito horas para descansar.”

(César Príncipe, *Jornal de Notícias*, 17.12.00)

“Aqui chegados [aos tempos de hoje], como ler o Manifesto de 1890? A República de Betão explora portugueses com ensino básico e espolia ucranianos com ensino superior”

(*idem, ibidem*)

“O que é bom para os empresários é bom para Portugal”

(Ministro Jorge Coelho, *Antena 1*, 19.12.00)

“O dr. Durão Barroso, para se afirmar como alternativa credível a este Governo de mentira, tinha o dever de falar verdade (...) Porque, se pretende prolongar a prática dos “paninhos quentes”, entre esta gente e a sua, os portugueses continuam a preferir os que lá estão. Pelo menos são mais simpáticos na gestão da mentira”

(Sérgio Figueiredo, *Diário Económico*, 19.12.00)

“Custa-nos até dizê-lo, de um Governo que tanta importância deu à imagem, que é urgente nova plástica. Temendo nós que já não dê para esticar mais, sabemos que tal como está não pode ficar”

(Francisco Azevedo e Silva, *Diário de Notícias*, 19.12.00)



Antes do almoço no Seixal (à esquerda), António Abreu participou numa arruada em Almada



António Abreu não abranda contacto com os eleitores apesar da época natalícia

O voto não é «jogo de azar»

António Abreu, depois de visitar, na sexta-feira, o Centro de Dia de Odivelas, prosseguiu, no sábado, no distrito de Setúbal, os contactos que há muito vem mantendo com populações e apoiantes de todo o País, terminando o fim de semana, no domingo, em Rio Tinto, com um almoço de apoiantes na Escola Preparatória.

O sábado foi, contudo, o dia mais intenso do candidato. Logo de manhã, em Almada, o candidato do PCP às eleições presidenciais de Janeiro, participou numa animada arruada promovida pela organização local na Zona Central, onde foi alvo de inúmeras manifestações de simpatia.

Daqui, seguiu em direcção ao Seixal, onde almoçou com mais de uma centena de militantes, amigos e simpatizantes do PCP na Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, uma das colectividades mais antigas e emblemáticas do país.

Depois do Congresso, que mereceu o maior empenho e atenção dos comunistas seixalenses, este convívio funcionou como uma reorientação de agulhas para a campanha eleitoral, que não tardará a entrar numa fase muito importante.

No fim do almoço, António Abreu chamou a atenção para alguns aspectos da campanha eleitoral, nomeadamente, certas dificuldades com que se tem debatido, referindo, neste caso, a hostilidade com que a imprensa tratou a fase preparatória do 16.º Congresso do PCP, ou o facto de o Partido ter avançado para as presidenciais com um candidato desconhecido. Ora, «qualquer pessoa é desconhecida antes de ser conhecida», como frisou com um sorriso António Abreu. Sobre isto «correu muita tinta e foi-nos retirado o espaço de candidatura a que temos direito como qualquer outro candidato».

Outra dificuldade reside no facto de o candidato do PCP «ter sido encarado como um falso candidato». É que, em algumas eleições anteriores, o «nosso candidato fez a sua

campanha e depois apontou o voto noutra candidatura», o que, para António Abreu, «pesou e ainda pesa muito», ainda que não correspondendo ao que nestas presidenciais se verifica. Todavia, prosseguiu, «somos completamente contrários à concepção de que as eleições são apenas o dia do voto». Tal seria aceitar que os portugueses encarassem o acto eleitoral como um «jogo de azar». Para os comunistas, as «eleições são um processo de intervenção e debate político». Portanto, «se os outros não estão interessados nisso - essa é outra questão», pois a eleição «não é só meter o voto numa caixa num determinado dia».

Abreu apontou outro facto que tem condicionado estas eleições, que é o de os outros candidatos «não estarem interessados em esclarecer o que os distingue uns dos outros». Basta atentar na candidatura de Jorge Sampaio para concluirmos que «encerra opções políticas e uma visão sobre os direitos dos trabalhadores, distribuição de rendimentos, direitos sociais, modelos de economia ou processo de intervenção europeia que é provavelmente coincidente com a de Ferreira do Amaral». Esta afirmação - avisou o candidato comunista - nada tem de ofensivo para Jorge Sampaio. «É a franqueza que nos caracteriza, porque conhecemos as pessoas e as políticas que elas realizam ou têm dado apoio. Reafirmamos que esses candidatos não estão interessados em dizer aos eleitores em que se diferenciam uns dos outros.»

A candidatura do PCP, pelo contrário, «denuncia os problemas, como o da baixa competitividade das nossas empresas», e ao propor solu-

ções «não se refugia em questões laterais, que servem apenas para preencher espaço nos jornais, nas rádios e na TV» que seria «muito melhor aproveitado na discussão eleitoral dos grandes problemas nacionais».

O que dirá hoje Sampaio?

José Paleta, membro do CC e responsável pela Organização do Seixal, alertou para os «dias muito difíceis» que estão a viver os trabalhadores do concelho, nomeadamente, os da Siderurgia Nacional e da Indelma. Os cerca de 800 trabalhadores da primeira receberam no dia 30 de Novembro o anúncio do seu despedimento colectivo, «depois de terem apresentado um plano social para a empresa, ao qual o governo nunca respondeu» e de terem recebido do então secretário de Estado, Vieira Ramalho, a promessa «de que não haveria despedimentos colectivos na Siderurgia».

Quanto à Indelma, que, num curto período, passou de 1200 para 800 trabalhadores, sabe-se que em breve «mais 300 poderão perder os seus postos de trabalho». E se esta

empresa do grupo SIEMENS não vai para o despedimento colectivo, diz Paleta, é porque aposta «na gradual eliminação dos postos de trabalho», através da «repressão psicológica dos trabalhadores, colocando três ou quatro no mesmo posto de trabalho até obrigá-los a aceitarem a rescisão». O orador lembrou que os trabalhadores da Indelma receberam do governador civil de Setúbal e do ministro Jorge Coelho garantias de que não haveria despedimentos naquela empresa.

O próprio Jorge Sampaio, actual Presidente da República e um dos candidatos nas eleições de Janeiro, visitou a Indelma durante uma digressão pelas empresas-modelo do distrito de Setúbal, não se sabendo, porém, perante o actual panorama, «o que terá hoje ele hoje a dizer aos trabalhadores da Indelma».

O Seixal não será lixeira

Marta Pinho, da JCP do Seixal, a primeira a intervir,

abordou questões que preocupam a população do concelho, nomeadamente a juventude. «Não podemos admitir», sublinhou, «que o Governo insista na co-inceneração no Parque Natural da Arrábida» e que, depois de derrotado pela população na intenção de instalar uma estação de transferência de resíduos industriais no Barreiro, «queira agora avançar com a sua localização nos terrenos da ex-Siderurgia Nacional,

onde igualmente se projecta construir uma unidade de desmantelamento de sucatas e onde estão depositadas a céu aberto sem qualquer tipo de controlo toneladas de resíduos industriais produzidos por aquela empresa».

Expressando a revolta da população do concelho, Marta Pinho voltou a sublinhar não poder-se permitir que a Península de Setúbal, e nomeadamente o concelho do Seixal, sejam transformados «numa enorme lixeira nacional, atentando contra as magníficas condições ambientais, ecológicas e naturais que ainda temos e que é preciso conservar».

Do Seixal, António Abreu dirigiu-se a Sesimbra, onde, acompanhado do mandatário nacional da sua candidatura, António Filipe, se encontrou, na Sociedade Musical com três dezenas de pescadores.

Ao fim da tarde, António Abreu visitou a já conceituada Galeria de Arte Santiago, em Palmela, onde, recebido pela Administração, pôde apreciar uma exposição de Gamboa, seguindo-se, à noite, um jantar-convívio com uma centena de jovens apoiantes na Quintinha dos Melros.

Aqui, após a actuação de um grupo de música rap e de artes circenses, o candidato acentuou os firmes propósitos da sua campanha: assegurar a presença no debate eleitoral dos distintos valores, propostas e projectos do PCP e «contribuir para o fortalecimento da exigência popular de uma alternativa de esquerda na política nacional».

A acompanhá-lo, contou com a presença de Carlos de Sousa, Vítor Borrego e Adília Candeias, respectivamente presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal e vereadora do pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Palmela.

Em Odivelas

António Abreu, acompanhado pelo mandatário concelhio da sua candidatura, Lourenço Batista, e pelos vogais da Comissão Instaladora do Município de Odivelas, Natália Santos e Francisco Pereira, visitou, na sexta-feira, o Centro de Dia de Odivelas (CURPIO). A receber o candidato estava a Direcção do Centro de Dia e mais de uma centena de reformados, pensionistas e idosos da freguesia de Odivelas.

Após uma pequena intervenção sobre os principais problemas que afligem esta tão desprotegida camada da população, seguiu-se um momento de confraternização do candidato com os presentes.



SETÚBAL

«Falsas verdades»

A propósito das declarações do ministro do Ambiente, José Sócrates, sobre a instalação da Central de co-incineração na serra da Arrábida, a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP lembra que Portugal não é um «país de terceiro mundo», sendo «impensável» instalar uma unidade com estas características em Pleno Parque Natural, Área Protegida e Património Mundial, que integra o Programa Natura 2000.

O ministro argumenta com «falsas verdades», diz o PCP, pois o estudo de impacto ambiental não previa a instalação na Arrábida, a Câmara de Setúbal não aprovou esta localização e o relatório da comissão médica não é definitivo.

Por sua vez, as declarações feitas à TVI pelo presidente Mata Cáceres/PS envergonham os setubalenses, que não aceitam mais este atentado à sua qualidade de vida.

COIMBRA

Relatório não nega riscos

A Concelhia de Coimbra, por seu lado, condena o modo como o Governo está a conduzir o processo de tratamento de resíduos industriais e considera que o novo elemento introduzido - o relatório da Comissão Médica -, enferma dos mesmos vícios do anterior parecer da Comissão Científica: imposição prévia e mal fundamentada dos locais de queima, recusa da consideração dos defeitos e riscos concretos do processo e das condições de saúde das populações vizinhas.

Aliás, o relatório não nega os riscos para as populações, antes exige um conjunto de procedimentos para os prevenir, minimizar ou eliminar.

Também a aceitação «resignada e acrítica» do Presidente da Câmara é condenada pelo PCP por «contrastar em absoluto» com declarações suas, há poucos meses, contestando abertamente a escolha de Souselas e afirmando que a Câmara não licenciaria a alteração do processo industrial da cimenteira.

CANTANHEDE

PIDDAC prejudica populações

O Governo faz «gato sapato» das populações do concelho de Cantanhede, afirma a Concelhia do PCP a propósito da distribuição de verbas do PIDDAC para 2001.

De facto, enquanto o Quartel da GNR de Ançã tinha inscrita no PIDDAC anterior uma verba de 160 mil contos, este ano aparece com apenas mil, o mesmo se passando com o da Tocha. Aliás, ainda em Tocha, a verba para a piscina simplesmente desapareceu.

Quanto ao Hospital de Cantanhede, o Governo limitou-se a inscrever 75 mil contos para equipamento e remodelação, verificando-se idênticas reduções quer em relação ao Centro de Saúde de Cantanhede quer à Via Regional de Cantanhede-Tocha que de uma verba de 300 mil contos passou para 50 mil.

Entretanto, as propostas feitas pelo PCP para a modernização da linha ferroviária Pampilhosa/Figueira da Foz, para o início das obras do novo Hospital e para o novo Centro de Saúde de Ançã, voltaram a ser ignoradas.

MONTEMOR-O-NOVO

PS vota contra o concelho

Também a Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP considera que o PS «votou contra o desenvolvimento» do concelho, impedindo a concretização de justas aspirações da população, nomeadamente ao rejeitar as propostas do Grupo Parlamentar do PCP, aprovadas pelos restantes grupos parlamentares.

Entre essas propostas, destacam-se o reforço de verbas do Projecto PROCOM - Modernização do Comércio; para a requalificação da Rede de Estradas Nacionais (EN2, troço Mora/Montemor-o-Novo; para o Convento da Saudação; para o Castelo de Montemor-o-Novo e para a remodelação do Quartel dos Bombeiros Voluntários.

SAMORA CORREIA

PCP quer redução nos transportes

Em comunicado à população, a Comissão de Freguesia de Samora Correia do PCP informa as reduções que o Grupo Parlamentar do seu partido propôs na Assembleia da República para os transportes entre Lisboa e Samora Correia.

A proposta do PCP prevê a alargamento do passe social intermodal L 123 a Samora Correia e implica para os utilizadores da Setubalense uma redução média de 50% e, no caso da CP, uma redução mínima de 40%. As reduções mais significativas entre S. Correia e Lisboa, verificam-se, assim, nos passes dos utentes da Setubalense - cujo preço passaria dos actuais 14.040\$00 para 7.200\$00 -, e nos de quem utiliza a Setubalense, o Metro e a Carris - que passariam a pagar também 7.200\$00 em vez dos actuais 15.215\$00.

Comunistas do Interior do Porto denunciam discriminação no investimento público

Com vontade de andar para a frente

Um Encontro de Quadros do PCP das Organizações do Interior do Distrito do Porto procedeu, no sábado, à avaliação e caracterização da situação social da região e do estado da organização do Partido com vista ao reforço da sua influência.

O Encontro, realizado em Penafiel, mobilizou cerca de meia centena de quadros do Vale do Vouga e Baixo Tâmega, que discutiram de forma viva e interessada a forma como o Partido tem vindo a intervir no Interior, reflectiram sobre o caminho percorrido e caracterizaram «alguns grandes estrangulamentos e bloqueamentos ao trabalho e as dificuldades do Partido para os enfrentar».

Entre outros aspectos, os participantes tiveram em conta a existência de oito concelhos com grandes distâncias entre si

e os seus mais de 330 mil eleitores, assim como o facto de tratar-se de uma grande sub-região com inúmeros problemas que extravasam as fronteiras administrativas de cada concelho, com traços de identidade comuns a todos.

Na opinião dos comunistas, apesar de possuir uma agricultura extensa e muito importante para a economia da região, um forte sector comercial, apoiado sobretudo em empresas familiares, de um sector industrial que precisa de ser melhor caracterizado mas com activi-

dades predominantes no calçado, madeiras, pedreiras, têxtil, vestuário e construção civil, estes concelhos têm sido fortemente discriminados no investimento público. Existem problemas seríssimos de falta de infra-estruturas, transportes, comunicações e rede de funcionamento dos serviços públicos de saúde, numa zona com uma numerosa classe operária que tem os salários

Existem graves problemas em infra-estruturas e serviços de saúde

médios mais baixos do distrito - a que não é alheia a elevada participação de população jovem e com falta de qualificação -, mais de 10 mil desempregados e muito trabalho precário, clandestino, ao domicílio e até infantil.

Preparar autárquicas

Esta região é, contudo, segundo o PCP, dominada politicamente por forças de direita, responsáveis pelo estado em que se encontra, mas é simultaneamente uma região de grandes lutas, como as dos 200 trabalhadores da fábrica de Calçado da Coca, em Lousada e dos da Electro Moagem do Marco contra a falência, dos trabalhadores da S. Oliveira do Marco e da Landim de Felgueiras contra a violação de direitos ou, ainda, das populações.

O PCP, segundo a avaliação

do Encontro, tem tido um papel de grande importância na mobilização social e políticas das populações, sendo que, para além de dificuldades já detectadas, dispõe de mais de

50 eleitos nas autárquias com um forte empenhamento na resolução dos problemas das populações, de uma base orgânica importante e de um conjunto de quadros homens, mulheres e jovens «capazes e com vontade de andar para a frente», que constituem, afinal, «o mais valioso património» do Partido no Interior.

Foi, entretanto, eleita a Direcção Sub-Regional do PCP para o Vale do Vouga e Baixo Tâmega, no sentido de um maior reforço do Partido e da luta para vencer atrasos, tendo o Encontro decidido arrancar, desde já, para a preparação das próximas eleições autárquicas, assumindo que a CDU concorrerá a todas as câmaras, assembleias municipais e ao maior número possível de assembleias de freguesia.

Todo o Encontro, como se tornou evidente no decurso dos seus trabalhos, foi marcado pelos reflexos positivos do 16.º Congresso e por manifestações de redobradas energias para o trabalho e para a defesa dos interesses das populações daquela região.

Fundação de Prevenção e Segurança

A ponta do iceberg

«A crise política decorrente da denúncia pública do escândalo da Fundação de Prevenção e Segurança é apenas a ponta de um enorme iceberg de uma política privatizadora ao serviço do grande capital», afirma a Direcção do Sector da Função Pública da ORI do PCP.

É que, segundo os comunistas, em nome de «uma pseudo-reforma» da Administração Pública e sob o slogan «menos Estado, melhor Estado», o aparelho de Estado está, de facto, a ser colocado «ao serviço de clientelas partidárias e do poder económico dominante», nomeadamente através da criação de Institutos Públicos, Sociedades Anónimas e Fundações.

Esta não é, contudo, a reforma da Administração Pública que corresponde aos interesses das classes trabalhadoras e que

o PCP reivindica. Pois «defender os Serviços Públicos e o vínculo de emprego público é indissociável da defesa das funções sociais do Estado».

No seu 16.º Congresso, o PCP retratou na Resolução Política aprovada «as perspectivas de uma efectiva alternativa de esquerda», nomeadamente no que respeita à Administração Pública, «clarificando e apontando as linhas fundamentais» para uma outra política, necessária e possível.

Assim, a terminar, os comunistas da Função Pública de Lisboa dizem que essa alternativa de esquerda, correspondente aos interesses dos trabalhadores, passa «pelo reforço do PCP», a que «não insensíveis» todos aqueles que não se revêem no «pantanal privatizador» da política de direita.

CAMARADAS FALECIDOS

António Basílio Júnior

Faleceu, no dia 28 de Novembro, com 78 anos de idade, o camarada António Basílio Júnior, natural do Couço. Era membro do Partido antes do 25 de Abril.

Leonel Rodrigues Cardoso

Faleceu no dia 8 de Dezembro, com 86 anos, o camarada Leonel Rodrigues Cardoso, membro do Partido desde os 14 anos. Foi preso duas vezes pela sua actividade de resistência ao fascismo. Actualmente estava organizado na freguesia do Lavradio, Barreiro.

Manuel Marques Fulgêncio

Faleceu, com 77 anos de idade, o camarada Manuel Marques Fulgêncio, ferroviário/serralheiro. Militante do Partido desde 1977, fazia parte da Assembleia de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo, como Secretário da Mesa da Assembleia Geral. Era um camarada estimado e respeitado por quantos o conheciam.

Olímpio Rogado Almeida

Faleceu, no dia 26 de Novembro passado, com 67 anos, o camarada Olímpio Rogado Almeida, natural de Pias, Alentejo. Militava activamente na organização do PCP em Belas. Durante anos, foi bombeiro dos Voluntários de Belas, sendo respeitado por quantos com ele conviveram. O seu funeral foi testemunho do pesar dos muitos amigos e camaradas que o acompanharam até à sua última morada.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Viana do Castelo

Honório Novo

ouve preocupações

Em coordenação com a Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP e do Gabinete de Apoio ao Cidadão, o deputado Honório Novo deslocou-se recentemente a Valença e Monção, com o objectivo de se inteirar in loco de duas situações que afligem as respectivas populações.

Em Valença, acompanhado por dirigentes locais do PCP e pelo Conselho Directivo de Baldios de Gondomil, o deputado comunista teve oportunidade de visitar o vale do rio Furna e aperceber-se das implicações que a exploração de oito pedreiras situadas nas freguesias de Gondomil, Sanfins e Boivão, exercem sobre o meio ambiente, particularmente sobre este afluente do Minho.

Em Monção, Honório Novo reuniu com os presidentes de Junta de Freguesia de Barbeita e Merufe e com um elemento do executivo da de Podame, ouvindo as suas preocupações no que respeita ao facto de a empresa «Águas do Minho e Lima» pretender localizar a captação de água para o abastecimento em alta dos concelhos de Melgaço, Monção e Valença, na freguesia de Cubalhã, a pouca distância da nascente do

rio Mouro. O objectivo é construir um paredão com cerca de 50 metros de altura, o que preocupa as freguesias a jusante da futura barragem pelo impacto que esta intervenção irá, naturalmente, ter sobre o rio Mouro, um dos menos poluídos do distrito e recurso de grande importância para a vida sócio-económica dessas freguesias.

Face às preocupações manifestadas, Honório Novo prometeu, através da Assembleia da República, solicitar os esclarecimentos que estas situações requerem.

Aliás, nesta mesma linha de actuação, Honório Novo apresentara já ao Governo, no passado mês de Novembro, um requerimento onde solicita informação sobre a extracção de inertes que há anos se processa no estuário do rio Lima.

Concretamente, o deputado quer saber quando irão terminar quer «a movimentação a céu aberto de granéis e inertes no porto comercial de Viana do Castelo», quer «a extracção para fins comerciais de areias no estuário do rio Lima». Mais, Honório Novo também pretende saber, que «acções tomou e pensa tomar o Ministério para fazer cumprir, neste aspecto, a Lei».

Comício em Almada reafirma orientações do Congresso

Levar à prática as decisões

Apenas quatro dias após a realização do XVI Congresso do PCP, a Organização Regional de Setúbal realizou um comício em Almada, no salão da Incrível Almadense, com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Antes das intervenções políticas, houve um momento musical com o grupo «Entre Tantos» que, com versões de «Os Vampiros» ou «A morte saiu à rua», entusiasmou a assistência.

A iniciativa, que contou com a participação de algumas centenas de pessoas que enchiam a sala e

as galerias, tinha como objectivo levar a todo o Partido as conclusões do XVI Congresso. Para além do secretário-geral intervieram também Maria João Barradas, da JCP, e Manuel Valente, da DORS e do Comité Central.

Para Maria João, o XVI Congresso foi «um momento alto para a afirmação e reforço do nosso Partido e do seu projecto de democracia e socialismo para o século XXI», e mereceu por parte da JCP da região de Setúbal um grande esforço, patente nos trinta recrutamentos de jovens para o Partido realizados nos quinze dias que ante-

cederam o Congresso. Inscrições que, simbolicamente, foram entregues ao secretário-geral, o que provocou uma reacção entusiástica de quem assistia ao comício.

2001 será ano de importantes batalhas eleitorais para o Partido

Intensificar a intervenção

Já Manuel Valente realçou que a forma como decorreu o Congresso «demonstrou que há uma profunda democracia interna e uma elevada consciência ideológica, política e de classe dos militantes do Partido» e que a reunião do órgão máximo do PCP confirmou a discussão feita no Partido, e na região de Setúbal, «em que participaram, na última fase, mais de 4 mil militantes.» Este dirigente comunista alertou ainda para os tempos que aí vêm, com batalhas importantes a travar, como as eleições presidenciais de 14 de Janeiro próximo e as eleições autár-

quicas de Dezembro de 2001, bem como a continuação e intensificação da luta social e de massas contra a política de direita do Governo PS.

Salientou ainda que, para o ano, «comemoraremos os 70 anos do nosso «Avante!», os 80 anos de vida e de luta do Partido, realizaremos a 25.ª Festa do «Avante!», que considerou importantes iniciativas de grande exigência e participação militante, fundamentais para a afirmação e reforço do PCP.

Carlos Carvalhas, por seu lado, garantiu que o PCP parte do Congresso com energias renovadas para a intervenção política. «Se é verdade que o Partido não fechou para Congresso,



A necessidade do reforço orgânico do Partido foi acentuada por Carlos Carvalhas

temos de preparar com força o reforço da organização e a dinamização

de todo o Partido», disse o secretário-geral do PCP, insistindo que a hora é de

levar à prática as orientações definidas no Congresso e de alargar a influência política e social do Partido.

O comício, que aconteceu no mesmo dia do debate parlamentar sobre a Fundação para a Prevenção e Segurança, serviu ainda para o secretário-geral denunciar que esta fundação foi criada com dinheiros públicos e que a «degradação interna do Governo junta-se à degradação da situação social a que as suas políticas nos conduzem», gerando um crescente descontentamento em relação a esta política. «É por isso que temos que chamar cada vez mais gente», concluiu Carlos Carvalhas.



Carlos Carvalhas no Fórum Estudante – O secretário-geral, acompanhado por António Abreu, visitou o espaço da JCP, um espaço marcado pela exigência de melhor educação

Câmara de Braga mentiu

A Comissão Concelhia de Braga do PCP pôs em causa, no passado dia 15, as afirmações da autarquia bracarense sobre a venda da Quinta dos Peões. O que está em causa é a venda desses terrenos, pertencentes à EPAC, que a autarquia disse, por mais de uma vez, desconhecer.

Interrogado sobre a questão pela bancada do PCP na Assembleia da República, o ministro da Agricultura respondeu que «em princípios de 1995, a EPAC deu conhecimento da sua intenção de venda dos terrenos que tinha em Braga a cerca de 22 entidades», o que, para a concelhia de Braga – e mesmo desconhecendo quais são as entidades referidas – é suficiente para não ser mais possível fazer crer que a Câmara desconhecesse o negócio.

O requerimento feito pelo deputado do PCP eleito por Braga, para que se fornecesse

a listagem das 22 instituições que conheciam antecipadamente o negócio, merece por parte da concelhia do PCP local o desejo para «que não demore muitos meses a resposta do Ministério.»

Perante a resposta do ministro da Agricultura, os comunistas do concelho reafirmam as críticas feitas na discussão feita na Assembleia Municipal, «que não era possível que o PS e a câmara ignorassem o negócio; que a câmara não fez qualquer diligência para o impedir, como era sua obrigação para defender o interesse público; que escudar-se nas responsabilidades (reais) do Governo PSD, servia às mil maravilhas os seus intentos, lavava as mãos, mas o negócio que beneficiou conhecidos interesses imobiliários seguiu conforme estava previsto», denuncia a nota de imprensa daquela concelhia do Partido.

Comunistas denunciam desemprego

A Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP (DORAV) denunciou o encerramento ou redução acentuada de postos de trabalho em variados e importantes sectores industriais.

A DORAV acusa, em nota de imprensa, «as políticas neoliberais do Governo PS, de forte concentração e protecção monopolista», pela situação que levou ao despedimento de mais de uma centena de trabalhadores da empresa corticeira Nortenha – até à data sem qualquer indemnização – e de outros tantos trabalhadores da Manuel Lima e Filhos, «obri-

gados a assinar o seu despedimento através da chamada «rescisão por mútuo acordo», por receio de ainda ficarem mais lesados», lê-se na nota daquela direcção regional.

Mas não fica por aqui. Os comunistas de Aveiro fazem um balanço, que reconhecem pecar por defeito, que revela uma situação ainda mais grave. Conta-se ainda o encerramento da empresa têxtil Machado e Campos, de Espinho, que empurrou para o desemprego, sem quaisquer garantias, mais de trinta trabalhadores. «Idêntico panorama é vivido com o encerramento do Centro Vidreiro, em

Oliveira de Azeméis, com a agravante de neste caso não estar minimamente garantido o pagamento dos salários em atraso e das indemnizações a que os trabalhadores têm direito», afirmam os comunistas aveirenses.

Outros casos preocupam aquela organização regional. «Em Estarreja, a par do progressivo e já dominante controlo do sector químico pelo grupo Mello, instala-se um clima de incerteza e insegurança, em especial nos trabalhadores da Uniteca», refere a DORAV que acusa, ainda, a administração da Quimigal de se tentar

furtar às suas obrigações legais de restabelecer os direitos dos trabalhadores. A eminência do encerramento da Padaria Central de Ovar faz pairar sobre as dezenas de trabalhadores desta empresa «a angústia do desemprego».

Este balanço ilustra, na opinião da DORAV, «a crescente impunidade que impele hoje nas relações de trabalho perante a indiferença dos organismos e institutos competentes», ou, até, de «muitos órgãos de comunicação social relativamente a todos estes atropelos das leis laborais».

Lucro manda agora na EDP

A vaga de mau tempo dos últimos dias privou de electricidade algumas localidades da freguesia de Ovar e várias freguesias do concelho, nomeadamente Esmoriz e Maceda, prolongando-se o corte de electricidade, neste último caso, por mais de 48 horas.

A Comissão Concelhia de Ovar do PCP, embora reconheça que o impacto do temporal possa ter causado estragos avultados ao nível da rede

eléctrica, não pode, contudo deixar de questionar o tempo que foi necessário para a regularização da situação, responsável pelos inúmeros prejuízos para os cidadãos e comerciantes da zona. Tanto mais que este incidente se verificou na altura em que o Governo, com a quarta fase de privatização da EDP, perdeu o controlo da empresa, agora ao serviço de grupos económicos onde o lucro «é a prioridade das prioridades».

Entretanto, em Benavente, corre entre a população um abaixo-assinado exigindo que a EDP forneça aquilo a que está obrigada: «energia eléctrica em condições e com qualidade».

O documento a circular, por iniciativa da Comissão Concelhia de Benavente do PCP, faz eco das preocupações que está a causar no concelho a «frequência escandalosa» com que verificam quebras de energia eléctrica, prejudi-

cando não os utentes como todo o comércio e indústria local.

O abaixo-assinado, criticando os milhões de contos gastos em publicidade para a privatização da EDP, lembra, ainda, que os portugueses pagam já hoje das mais altas taxas energéticas da Europa – de que, afinal são com frequência privados –, apesar da empresa registar lucros elevadíssimos e de os preços continuarem a subir.

Alentejo

Resultados de sorteio

De acordo com o sorteio da Campanha de Fundos do Alentejo, efectuado no Centro de Trabalho da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, no passado dia 11 de Dezembro o 1.º prémio – um Renault Clio 1.2 – coube ao número 79038; o 2.º prémio – um Pentium III e uma impressora HP-710-S – ao número 92042; e o 3.º prémio – um televisor a cores 51 cm – ao número 67894.

Greve na Saúde

Com elevada adesão, estiveram em greve no dia 7 os trabalhadores auxiliares e administrativos da Saúde (todos, excepto médicos e enfermeiros). A luta foi convocada pela FNSFP/CGTP, um ano depois de não obter qualquer resposta da ministra à audiência solicitada a 15 de Dezembro de 1999, para discussão do Caderno Reivindicativo então entregue e no qual, em mais de 30 páginas, era exigida resposta para problemas que afectam os mais de 60 mil funcionários deste sector. «Semelhante situação nem paralelo tem com os indesejáveis tempos de Leonor Beza», protestava a federação, na nota em que reafirmava a convocação da luta e imputava a Manuela Arcanjo as responsabilidades pelos incómodos causados aos utentes.

A federação, que não obteve resposta aos ofícios, nem aos insistentes telefonemas, nem depois de uma concentração de dirigentes e delegados sindicais, em Outubro, admite que «as acções de luta, caso a senhora ministra não arripie caminho e não marque a reunião que prometeu, irão prosseguir».

Museus e palácios

Foi convocada greve, também pela federação da Função Pública, nos museus e palácios dependentes do Ministério da Cultura. A paralisação, nos dias 9 e 10, foi convocada depois de a tutela ter desconvocado uma reunião onde deveria apresentar a sua contraproposta sobre carreiras dos guardas de museu, técnicos de conservação e restauro e outros. «O que é que andaram a fazer?», pergunta a FNSFP, salientando que a resposta do Governo é aguardada há seis meses. Entre outros motivos de descontentamento dos trabalhadores, é ainda apontada a não aplicação da reestruturação de carreiras da Administração Pública (que produz efeitos desde 1 de Janeiro de 1998) e a falta de regulamentação sobre retribuições dos funcionários que prestam serviço quando museus e palácios são cedidos a entidades externas. A última luta dos trabalhadores dos museus e palácios teve lugar há mais de um ano, lembra a direcção nacional da federação.

Aposentados

A integração no NSR (novo sistema retributivo da Administração Pública) continua a ser adiada pelo Governo, que «faz um ramalhete recheado de hipocrisia» com as medidas que incluiu no Orçamento do Estado para 2001, acusa o STFPSA, numa nota em que denuncia que ficaram excluídos os aposentados até 30 de Setembro de 1989, que tiveram funções de direcção e chefia, e todos os que se aposentaram depois daquela data e não beneficiaram das alterações nos escalões e carreiras.

Descontentamento na Administração Pública com salários a perder e matérias sem resposta

Acordo para lutar

O Governo decretou a actualização salarial que quis, a Fesap/UGT assinou para que fosse «acordo», a Frente Comum e os sindicatos prepararam-se para dar expressão de luta ao prejuízo dos trabalhadores.

O desfecho teve lugar na madrugada de quinta para sexta-feira, na semana passada. Décima a décima, escudo a escudo, com chantagem pelo meio, a propósito do Orçamento do Estado, o Governo chegou a 3,71 por cento de actualização salarial para 2001, onde engloba já a correcção da diferença entre os aumentos de 2000 e a inflação verificada.

A Frente Comum, que integra as estruturas sindicais mais representativas, quer da CGTP quer sem filiação, e o STE (da UGT) expressaram o seu desacordo, recusaram a assinatura e, numa primeira reacção, reafirmaram à Agência Lusa que, com aquele resultado, os trabalhadores da Administração Pública continuam a perder poder de compra.

Independentemente de requerer ou não a negociação suplementar, foram unânimes em garantir o descontentamento dos seus associados perante os valores acordados. A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública prevê um início de ano com forte contestação, uma vez que as perdas dos trabalhadores se vão agravar, particularmente com o próximo aumento de preços dos combustíveis.

Negociação e negociata

Na última ronda negocial, durante mais de duas horas – como refere um comunicado do STAL – a Frente Comum apresentou «propostas justas e realistas»: 1 por cento de correcção salarial em 2000, 5 por cento

para 2001, mil escudos para o subsídio de refeição. «Apesar do nosso esforço, o Governo desrespeitou todas as regras negociais, encontrando na FesapSintap/UGT a voz do dono, de que necessitava para o acordo que permite a continuidade de uma política de subserviência aos grandes interesses económicos e patronais que, há muito, vinham exigindo “moderação salarial”», diz o sindicato da Administração Local.

No comunicado aos trabalhadores, o STAL considera que «o resultado final acabou por se revelar uma verdadeira negociata». Apresentando um quadro com alguns exemplos de diferenças substanciais entre o «acordo» e as propostas da Frente Comum, o

sindicato afirma que, relativamente a 2000, não é recuperado o poder de compra, enquanto em 2001 prosseguirá a degradação dos salários.

O Sindicato da Função Pública do Sul e Açores também contestou vivamente o «encerramento unilateral» das negociações salariais, considerando o resultado como «aumento

negativo». Recorda que «o Governo começou por não apresentar qualquer proposta, fazendo chantagem para obter a aprovação do Orçamento do Estado»; «na segunda reunião, já com o Orçamento aprovado, propôs aumento de 3,2 por cento (incluindo neste valor a correcção salarial do ano 2000)», com um aumento mínimo de 3 contos e um subsídio de refeição de 670

escudos; na terceira reunião, «limitou-se a passar o aumento mínimo para 3500 escudos, o aumento para 3,4 por cento e o subsídio de refeição para 675 escudos»; na quarta reunião «apenas passou o aumento para 3,5 por cento»; por fim, «fecha o processo “dando” mais 0,21 por cento (correcção de 2000 incluída), mais 300 escudos no aumento mínimo e mais 5 escudos no subsídio de refeição».

Para «continuar a luta, em novas condições», o sindicato apela aos trabalhadores, para «que se mantenham unidos e empenhados na sua dignificação profissional, lutando por salários dignos, pela correcção das distorções e injustiças nas carreiras profissionais, pela defesa do vínculo do emprego público, contra o processo privatizador e pelos cadernos reivindicativos sectoriais».

Silêncio e vazio

O Governo deixou ainda sem resposta exigências de há muito dos trabalhadores da Administração Pública. O STAL recorda, entre outros, a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, a correcção de injustiças nas carreiras, o tempo para mudança de escalão, a aproximação dos salários aos níveis europeus, a eliminação do diferencial entre o índice 100 (mínimo no Estado) e o salário mínimo nacional.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores aponta os «rebuçados vazios» que, «para adoçar a pílula», o Governo ofereceu no último dia de negociações, e que representam «mais uma mão cheia de promessas, num “Anexo à Proposta de Revisão Salarial” cheio de temas como “emprego público”, “carreiras”, “formação”, “férias”, “classificação de serviço”, “abono para falhas”, “ajudas de custo”, “subsídio de risco, penosidade e insalubridade”, “trabalho por aposentados”, “regime de jornada contínua e de horários flexíveis” e “administrador público”». O facto é que «em nenhum destes temas apresentou propostas efectivas, pois não as consubstanciou em concretos projectos de regulamentação legal», mas «limitou-se a elencar problemas e promessas, algumas já com barbas puídas de tão usadas», denuncia o sindicato.



Protesto dos EFFAs

Representantes dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas deslocaram-se anteontem à residência oficial do primeiro-ministro (na foto) e ao Estado-Maior do Exército, na Avenida Infante Santo, para protestarem por ter passado mais um ano sem que os problemas fossem resolvidos. Uma nota distribuída pelo STEFFAs/CGTP refere a ameaça aos postos de trabalho ameaçados e a necessidade de revalorização das carreiras, particularmente nos estabelecimentos fabris do Exército. Além de «prendas» de Natal, os sindicalistas exibiram um rol de mentiras que faria governantes e chefes militares mais narigudos que Pinóquio.

Avance a reforma fiscal

As pressões patronais para travar a reforma fiscal e eventuais sequelas da demissão do secretário de Estado Ricardo Sá Fernandes levaram a CGTP-IN a reafirmar a exigência de aplicação de um urgente «pacote» de medidas nesta área.

Para a central, são «intoleráveis» as pressões patronais para que a reforma não avance, tanto mais que se arrasta uma situação de grave injustiça, em que os trabalhadores por conta de outrem são os principais contribuintes. Em conferência de imprensa, na semana

passada, Carvalho da Silva lembrou que o Governo assumiu um compromisso público na questão fiscal e deve avançar rapidamente com as reformas.

A ilustrar a situação de injustiça, o secretário-geral da CGTP apontou a contradição entre as condições de vida da maioria da população e os sinais exteriores de riqueza que marcam uma ínfima minoria. Para a Inter, não está em causa um desagravamento fiscal, mas uma questão de justiça, pondo fim a um «escândalo» evidente e obrigando a que as empresas, empresá-

rios em nome individual e profissões liberais passem a pagar de impostos o que efectivamente devem.

Estas questões foram expostas à Comissão Parlamentar de Economia e Finanças e, segunda-feira, ao ministro das Finanças.

Resposta à imposição

Comentando a actualização salarial decretada para a Administração Pública, Carvalho da Silva afirmou que os trabalhadores «não se vão vergar à imposição do Governo», que fica

desde já responsabilizado pelos conflitos que venham a eclodir.

Para a CGTP, o Governo não fez qualquer negociação colectiva e, apenas com o acordo da Fesap/UGT – «uma organização que mais parece um departamento do Governo», disse o dirigente da Inter – decretou um referencial inaceitável, quando até «dentro do Governo, houve quem dissesse que se podia ir além desse valor». Com as decisões que tomaram em matéria salarial, os executivos do PS provocaram perdas efectivas de poder de com-

pra a cerca de 200 mil trabalhadores, estima a CGTP, salientando que entre estes estão, sobretudo, funcionários com vencimentos ilíquidos até 80 contos.

Hoje à tarde reúne em Lisboa, no Teatro Villaret, o Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP, que vai analisar a situação político-sindical, o desenvolvimento da política reivindicativa em 2001, as políticas sociais e o processo de concertação social. A central informou que será colocado à aprovação o seu plano de actividades para o próximo ano.

Petrogal

A greve de três dias contra o bloqueio da negociação colectiva na Petrogal, que tinha sido convocada pela Fequimetal/CGTP e deveria ter início na passada segunda-feira, foi cancelada. Delfim Mendes, dirigente da Federação Intersindical da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, disse à Lusa que a administração da holding Galpenergia apresentou propostas não só de âmbito salarial, mas também relativas ao plano de carreiras, condições de trabalho e organização de horários. «As propostas apresentadas não são significativas, mas indiciam abertura para o diálogo por parte da empresa», explicou o sindicalista, adiantando que a federação vai agora analisar com os trabalhadores as propostas da administração da Petrogal.

TAP

Foi «com muita apreensão» que a CGTP reagiu à intenção, anunciada pelo presidente da TAP, de congelar os salários durante três anos e suspender por tempo indeterminado as negociações do Acordo de Empresa (nomeadamente as carreiras do pessoal de terra). Numa nota distribuída sexta-feira, a central considera «muito grave que, apesar dos sacrifícios já vividos pelos trabalhadores desde, pelo menos, 1993 (congelamento salarial nos anos de 1993, 1994 e primeiros seis meses de 1995, bem como as alterações profundas na regulamentação de trabalho desde 1993), sejam os mesmos trabalhadores a sofrerem de novo as consequências de uma política e de um projecto gizado pelos vários governos e administrações por eles nomeadas». Para a CGTP, «a complexa situação em que se encontra a TAP resulta, fundamentalmente, da aplicação obstinada do projecto de privatização e segmentação da empresa». Defendendo que a TAP «necessita de um parceiro estratégico e da entrada numa aliança que vise o seu reforço e não o seu desmembramento», a Inter sublinha que «os trabalhadores não têm culpa da situação» actual e «não podem, de novo, ver as suas condições e os seus direitos gravemente atacados, enquanto se aumentam os custos com a gestão».

Lanalgo

Foi anulada a venda do imóvel onde estava instalada a Lanalgo, informou segunda-feira o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal. O CESP/CGTP apoiou a luta dos trabalhadores contra um conturbado processo de degradação e falência da empresa e venda do seu edifício na baixa lisboeta por um preço dez vezes inferior ao valor da avaliação.



Este modelo de desenvolvimento, assente na precariedade, nos baixos salários e na não qualificação e valorização da mão-de-obra, é errado, está esgotado e contraria o progresso social

Cordão humano em Lisboa Precariedade é lixo

O aumento do trabalho precário tem na outra face o crescimento dos lucros das grandes empresas, mas faz parte de um modelo de desenvolvimento esgotado e contrário ao progresso social.

Para exigir do Governo que dê o exemplo no respeito das leis e no cumprimento dos direitos dos trabalhadores e que altere a política responsável pelo agravamento do emprego precário, a União dos Sindicatos de Lisboa mobilizou cerca de duas centenas de dirigentes

e activistas. A mensagem, dirigida ao ministro Ferro Rodrigues, que finalmente reconhece a precariedade como um problema, e à opinião pública, foi levada dentro de caixotes do lixo, numa deslocação em fila indiana, desde o Terreiro do Paço até ao Ministério do Trabalho,

Não são números

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, estão contabilizados 290 mil trabalhadores com contratos a prazo e outras formas de vinculação precária à entidade patronal. Atrás dos números estão pessoas (como dizia o PS em idas campanhas eleitorais) e estão também empresas.

No rol apresentado pela USL constam os CTT, que passaram de 1887 para 3003 trabalhadores precários no último ano. Grandes obras, envolvendo empresas como a Engil, MSF, Hagen, Soares da Costa, Somague, Teixeira Duarte, Abrantina ou Ferrovial, empregam mais de 2 mil trabalhadores em regime precário (dois terços do pessoal, ou mais), muitos dos quais imigrantes. São ainda apontados a Pizza Hut, o McDonald's e outros estabelecimentos de restauração em centros comerciais, o Instituto de Soldadura e Qualidade, a CLC, a Iglo, a Fima, a Codifar, a Eduardo Salvador, a Solvay, a Portugal Telecom (Informática, Inovação e Prime, TMN e Time-Sharing), a Novis, a Oni e a Optimus têm todo o pessoal precário; a Telecel (194 precários nos 200 trabalhadores do serviço a clientes, 320 precários nos 400 do apoio técnico) e a TV Cabo (400 precários dos 450 que estão no atendimento a clientes). Na vigilância e limpeza, com empresas como a Securitas, Charon, Grupo 8, Esegur, Climex, Iberlim, ISS Serwisystem, Ramel, Limpotécnica ou Vadeca, há quase 10 mil trabalhadores com vínculos precários.

Não abrangida pelo estudo da USL, a banca contribui fortemente para a instabilidade laboral e social. Segundo os eleitos nas unitárias no SBSI, o BPI impõe a precariedade de emprego a 15 por cento dos seus 7 mil trabalhadores e o BES a 25 por cento dos seus 10 mil, mas idêntica situação ocorre no BCP, na CGD e outros operadores.

Têm sido referidos pelos sindicatos 40 mil professores contratados e desempregados e milhares de contratos a prazo de pessoal auxiliar e administrativo na Educação e na Saúde.

na Praça de Londres, no dia 13, quarta-feira.

Além de «prendas» de Natal, enviadas em nome de trabalhadores de empresas com índices elevados de precariedade, a USL/CGTP entregou no Ministério o resultado de um estudo sindical, que abrangeu cerca de duas centenas de empresas do distrito, desde os CTT às grandes obras, cadeias de restaurantes, metalurgia, indústria química e farmacêutica, telecomunicações...

A crescer

Citando números do Instituto Nacional de Estatística, a USL confirma a tendência para o agravamento da precariedade na região de Lisboa e Vale do Tejo. A comparação entre o primeiro semestre de 2000 e o primeiro semestre de 1999 tem como resultado uma subida, em 12,8 por cento, dos contratos de trabalho não permanentes, a par da diminuição (0,6 por cento) do emprego criado com vínculo efectivo.

Na região encontram-se 44 por cento dos trabalhadores com vínculo precário no País.

São 290 mil, representam 22,7 por cento dos assalariados de Lisboa e Vale do Tejo, são sobretudo jovens (66 por cento têm menos de 35 anos) e, na maioria dos casos (53 por cento) são do sexo feminino.

«Num país onde alguns já falam da existência de «pleno emprego», nem a situação do desemprego está resolvida nem o emprego é certo e seguro», diz a USL, que reclama «a efectividade do princípio de que a um posto de trabalho permanente tem que corresponder um vínculo efectivo».

A estrutura distrital da CGTP aponta um conjunto de sectores e empresas onde «não se justificam os elevados índices de precariedade», tanto mais que «os seus avultados lucros garantiriam todas as condições, nomeadamente para a passagem a efectivos dos trabalhadores em situação precária, permitindo assim a elevação das suas condições de trabalho e de vida». Mas a precariedade, nas suas diversas formas, afecta «todos os sectores de actividade», incluindo a Administração Pública (central e local) e o sector empresarial do Estado.

Vidreira do Mondego vigia acção sindical

Frustrada mais uma tentativa para impedir a distribuição de informação sindical aos trabalhadores, a direcção da Vidreira do Mondego, na Fontela (Figueira da Foz), colocou dois quadros da empresa a «acompanhar» a acção dos dirigentes do STIV/CGTP. O sindicato, que já havia protestado e exigido a intervenção da Inspeção do Trabalho contra o facto de, no dia 12, ter sido impedida a entrada de dirigentes na empresa, considerou esta atitude como «um descarado policiamento da actividade sindical, que pensávamos já ter sido banido com a derrota do fascismo» e acusou os responsáveis da vidreira (do Grupo Saint Gobain) de procurarem,

assim, constrangir os trabalhadores no contacto com os sindicalistas.

Na empresa, até muito recentemente, não havia organização sindical, mas a situação alterou-se, com grande número de sindicalizações, eleição de delegados sindicais e representantes para a comissão de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho e, em Maio do ano passado, um jovem trabalhador da Vidreira do Mondego foi eleito para a direcção do STIV. O sindicato, além de reafirmar o apelo à actuação da Inspeção, tenciona «accionar os mecanismos para fazer prevalecer os direitos sindicais dos trabalhadores e da sua estrutura».

Premiar erros?

No Hospital Amadora-Sintra faltam profissionais, há listas de espera e situações caóticas nas urgências, denunciou a União dos Sindicatos de Lisboa, que antontem levou a cabo uma acção pública assinalando os cinco anos de gestão privada daquela unidade de saúde, construída e equipada com dinheiros públicos. O Governo entregou a gestão a uma empresa privada, mas os apregoados benefícios não se verificaram. Num folheto que distribuiu nas estações da CP da Linha de Sintra e na Amadora, a USL/CGTP refere ainda, além daquelas graves deficiências, a falta de rentabilização do aparelho de TAC (parado da meia-noite às dez da manhã, o que obriga a serem reenviados para outros hospitais doentes que ali chegam em situação de risco) e a contratação de estrangeiros sem lhes criar condições de integração e aprendizagem do Português. Apesar destes resultados, a gestão privada do Amadora-Sintra pretende manter a mesma linha e até alargar o negócio a «diversos centros de saúde da periferia», denuncia a USL, comentando que «os erros de gestão devem ser responsabilizados, mas o que parece é que são premiados». A União, que promoveu ainda um debate no Parque Delfim Guimarães, junto à estação da CP na Amadora, defende «o acesso à Saúde como um bem público e não como uma fonte de lucros».

França

Ao pessoal da EDF e CNR, em greve há mais de 15 dias, o STAL endereçou antontem uma mensagem de solidariedade, exigindo do governo francês que pare o projecto de comercialização da produção eléctrica em Rhone Valley que pretende «a concessão relacionada com a companhia belga Electrabel, uma parte do grupo Suez-Lyonnaise des Eaux».

Santa Casa

Em plenário de trabalhadores, no dia 12, foi decidido desconvocar a greve no Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, anunciou a FNSFP/CGTP. Na moção aprovada no plenário e divulgada pela federação são indicados, entre outros motivos para retirar o pré-aviso de greve, a aprovação e envio para promulgação e publicação do diploma sobre o enquadramento jurídico dos funcionários públicos do DJ e das carreiras informáticas da SCML nas novas carreiras. Além do Governo, também a provedora da Santa Casa respondeu positivamente a uma série de reivindicações dos trabalhadores relativamente ao novo «processo on-line» e implicações sociais e laborais da sua introdução.

Posição do Governo sobre co-incineração gera novos protestos pelo país

Saúde sim, co-incineração não

A decisão, anunciada pelo ministro José Sócrates, de avançar com a co-incineração, ainda nem tinham sido publicamente divulgadas as conclusões do relatório do Grupo de Trabalho Médico, gerou profunda contestação. Em causa está a saúde das populações. E o exercício da democracia.

As populações e movimentos ambientalistas de Souselas, Coimbra, e de Setúbal, reagiram de imediato ao anúncio governamental de

fazer desde já avançar o processo de co-incineração. Hoje mesmo, no Centro Cívico de Souselas, irá decor-

As dúvidas são muitas e os riscos ainda mais

alguns juristas a elaboração de um documento que reporte a possíveis contradições entre o princípio da precaução e a co-incineração. A CLCC vai

também pedir ao reitor da Universidade de Coimbra que solicite a especialistas da Faculdade de Medicina

um parecer sobre o relatório médico.

A Junta de Freguesia de Souselas tomou também posição pública, comprometendo-se a «lutar, por todos os meios constitucionais ao seu alcance, para que Souselas não continue a ser vítima de interesses financeiros de grupos económicos com a co-incineração de lixos perigosos e tóxicos».

Em Souselas, a população que vive próxima da Cimpor não aceita ser sujeita aos «risco socialmente aceitáveis» referidos no relatório e promete avançar com diferentes formas de luta. Depois da consoada de Natal à porta da Câmara Municipal de Coimbra, seguir-se-à um possível boicote às presidenciais. «Saúde sim, co-incineração não» foi a exigência unânime, em reunião que juntou mais de uma centena de populares, que cumpriram cinco minutos de silêncio frente à cimenteira.

Os souselenses garantem não desistir da contestação e pedem, antes do mais, o «estudo epidemiológico da população» referido no relatório do Grupo de Trabalho Médico.

A Comissão de Luta Contra a Co-incineração (CLCC) irá recorrer à Carta de Direitos Fundamentais aprovada em Nice, para o que será pedido a

Cidadãos pela Arrábida

O Movimento de Cidadãos Pela Arrábida, em conferência de imprensa, relativizou o parecer médico, considerando que está em causa «uma questão técnica de importância relativa, face à localização na Arrábida e à inexistência de um Plano Nacional de Resíduos».

O Movimento lembra que «o governo ainda não efectuou a inventariação de resíduos e a realização de um Plano Nacional de Resíduos, sem os quais a opção pela co-incineração será sempre um começo sem fim», e considera que o parecer da Comissão Médica deveria ter adoptado uma posição de prevenção.



A contestação popular tem acompanhado todas as tentativas dos governos de implementar a co-incineração

Em causa estão os diferentes «estudos contraditórios sobre a matéria» e mesmo as contradições entre a Comissão Científica e a Comissão Médica. Por exemplo, «a Comissão Médica terá concluído que não existe perigo para a saúde pública em condições de monitorização óptimas, mas a própria Comissão Científica Independente reconheceu que não há condições para uma monitorização sistemática e que teremos que confiar no operador da co-incineração».

Também a União dos Sindicatos de Setúbal questiona sobre as garantias «quanto ao perigo para a saúde pública» e manifesta a sua disposição de «continuar a mobilizar os trabalhadores para fazer sentir o seu protesto em conjunto com a população de Setúbal».

Sim, mas...

«Quando a comunidade científica tem dúvidas,

deveria haver precaução», defende a deputada do Partido Ecologista «Os Verdes», Manuela Cunha.

Ora as dúvidas estão presentes mesmo no relatório médico que dá o sim à co-incineração.

Assim, os médicos dão o seu parecer positivo desde que seja feita uma «prévia caracterização detalhada das condições ambientais e populacionais de cada local em causa, e das posteriores monitorização ambiental e vigilância epidemiológica». E chamam a atenção para o facto de poderem existir riscos não desprezíveis para a saúde em função das condições meteorológicas e geográficas, das diferenças de densidade populacional, e da caracterização da produção agrícola e animal.

Nos piores cenários, os estudos indicam que a co-incineração pode estar relacionada com «um eventual pequeno acréscimo no risco

de neoplasias (tumores)» em crianças que morrem perto da fonte poluidora e «um risco mais elevado em agricultores residindo nas áreas de maior impacto dos poluentes». O que, para as populações que vivem no local não se poderão considerar riscos nada desprezíveis.

Massano Cardoso, professor da Universidade de Coimbra, membro do Grupo de Trabalho Médico, é bem explícito quanto às razões do seu voto contra. «As dúvidas são muitas e os riscos ainda mais», afirmou aos jornalistas.

«Tenho de preservar a saúde das comunidades envolventes, porque existem riscos», sublinhou, e referiu, nomeadamente, diabetes, cancro, alterações cardiovasculares, comportamentais, hormonais e imunológicas.

Um quadro que está longe de inspirar segurança.

«Os Verdes» tomam posição

«Estas conclusões põem termo às certezas irreduzíveis sobre a segurança total do processo de co-incineração.» Esta a primeira ideia - a propósito das conclusões do relatório do Grupo Médico - realçada por Heloísa Apolónia, deputada de «Os Verdes», em declaração política sobre a co-incineração.

A deputada ecologista sublinha, a propósito, que o Grupo Médico, condicionou a implementação da co-incineração a uma prévia caracterização detalhada das condições ambientais e populacionais e que acaba por «estabelecer dúvidas quanto às localizações definidas.

«Os Verdes» salientam, por outro lado, a falta de unanimidade na comunidade científica. No próprio Grupo Médico, com o voto contra de Massano Cardoso. E entre os médicos, actualmente divididos quanto a esta questão, com destaque

para a Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, que já se pronunciou os riscos inerentes aos processos de co-incineração.

Neste quadro, «Os Verdes» defendem que o princípio da precaução é «aquele que salvaguarda a saúde pública e o ambiente» e lembram que a co-incineração visaria queimar apenas cerca de 10% dos resíduos industriais perigosos (RIP), ou seja menos de 1% da totalidade dos resíduos industriais.

Para os ecologistas a aposta fundamental terá que ser na redução, reutilização e reciclagem de resíduos. Área em que entretanto nada se avançou.

Os deveres de casa ainda não cumpridos

Em comunicado de imprensa, «Os Verdes» lem-

bram os restantes pressupostos - para além do parecer médico - que a lei actualmente impõe. Os «deveres de casa que a AR encomendou ao Governo», sem os quais nenhuma decisão é possível:

«- A obrigatoriedade do Governo adoptar medidas urgentes para uma adequada deposição ou armazenamento controlados dos resíduos industriais;

- Até 31 de Dezembro, a Comissão Científica Independente deverá elaborar um relatório sobre as várias modalidades de tratamento de resíduos industriais perigosos, do qual deverá constar o melhor tipo de tratamento para cada tipo de resíduo;

- O Governo terá de apresentar o inventário dos resíduos industriais produzidos e armazenados por distrito e

por actividade económica, a sua caracterização físico-química e o tipo de tratamento previsto;

- O Governo terá de apresentar a listagem dos locais contaminados com resíduos industriais, bem como as medidas de emergência para a sua identificação, vedação e descontaminação;

- O Governo terá de proceder à reabilitação de todas as povoações onde estão localizadas unidades cimenteiras».

Os acordos com as cimenteiras

«Na ânsia de cumprir os acordos já assumidos com o sector cimenteiro», o ministro do Ambiente «vem afirmando peremptoriamente que a co-incineração avança já em Abril», denunciam «Os

Verdes». E lembram ainda, na declaração política, que «o Governo anda de tal modo obcecado com a co-incineração, esquecendo todas as outras formas de tratamento, que até nas Grandes Opções do Plano, ainda não conhecia o resultado de qualquer relatório e já conclusa do avanço da co-incineração».

Uma facto que leva à conclusão lógica de que «já está tudo decidido há muito».

Neste quadro, o Partido Ecologista manifesta a sua solidariedade com as populações que lutam pela «recusa absoluta de mais factores de risco para a degradação da sua saúde». E conclui que «o Governo tem de perceber que o exercício pleno da democracia faz-se com as populações e na defesa dos seus interesses».

Cronologia de uma polémica

Abril de 1990 - O governo (social-democrata) lança concurso para a construção e exploração de uma central de incineração e unidade de tratamento físico-químico de resíduos industriais perigosos em Sines.

Final de 1990 - Perante a contestação popular e dos ambientalistas, o governo recua e decide reformular o processo.

Fevereiro de 1996 - É constituída a Scoreco, sociedade entre as cimenteiras Cimpor e Secil, um grupo francês de co-incineração.

Mai de 1997 - É assinado um memorando de entendimento entre o Ministério do Ambiente e o sector cimenteiro.

Junho de 1997 - Por resolução do Conselho de Ministros (98/97), a co-incineração em cimenteiras é aprovada como o método mais adequado para o tratamento de resíduos industriais perigosos.

Julho de 1998 - Quatro hipóteses de localização sobressaem do estudo de impacto ambiental - Maceira, Souselas, Alhandra e Outão.

Agosto de 1998 - Começa a consulta pública e com ela a contestação das populações e dos ambientalistas.

Dezembro de 1998 - Maceira e Souselas são os locais escolhidos para a co-incineração.

Janeiro de 1999 - Novo recuo do governo, desta vez do socialista. O executivo decide-se pela criação de uma comissão científica independente (CCI).

Mai de 2000 - Em 300 páginas, a CCI dá aval à co-incineração de resíduos industriais perigosos. Com uma novidade: a cimenteira de Maceira é substituída pela do Outão. A contestação regressa, com críticas à própria comissão por apontar locais, o que extravasaria as suas competências.

Junho de 2000 - No dia 8, o Conselho de Ministros aprova a co-incineração.

Junho de 2000 - No dia 15, o Parlamento discute um projecto de lei de «Os Verdes» para travar a co-incineração. A oposição em bloco aprova-o na generalidade, com o apoio dos cinco deputados socialistas por Coimbra.

Julho de 2000 - Da discussão do projecto na generalidade resulta a decisão de constituir um grupo de trabalho médico para analisar o impacto da co-incineração na saúde pública.

Agosto 2000 - O grupo de trabalho, constituído por cinco médicos, toma posse a 16.

Capoula cede à CAP

Existem fortes indícios de que as alterações introduzidas por Capoula Santos por via legislativa no processo de escolha das organizações com assento em órgãos consultivos do Ministério obedeceram aos ditames da CAP. Essa é pelo menos a suspeita da bancada comunista que não encontra outra explicação para uma alteração que vai ao arripio da prática do Governo e do próprio Ministério da Agricultura. O que motivou a apreciação parlamentar do diploma, na passada semana, a pedido do PCP. Na ocasião, Cândido Capela, em nome do Grupo comunista, acusou o Ministro de se ter deixado seduzir à tentação de quem aspira a ser a «representante monopolista de toda a lavoura» e se bate «pela discriminação negativa e artificial da representatividade da Congafri e da CNA». E se este desejo é antigo e não constitui novidade, já o mesmo não se pode dizer relativamente à atitude do ministro da Agricultura, essa sim um «dado novo e revelador» daquilo a que Cândido Capela qualificou de «capitulação» para «obter o silêncio da CAP em relação à política seguida pelo seu Ministério».

Não à tutela neoconial

Os deputados comunistas foram os únicos que não acompanharam um voto apresentado pelo CDS/PP sobre os recentes acontecimentos ocorridos em prisões moçambicanas. Todas as restantes bancadas votaram favoravelmente, à excepção do PEV, que se absteve. Embora manifestando a sua profunda preocupação pela perda de vidas humanas e pelos cidadãos atingidos, o Grupo comunista, como observou o deputado António Filipe, não pode deixar de repudiar a «nostalgia do império e da tutela neocolonial» que perpassa o texto do voto. Chega ao ponto, inclusive, de recomendar ao Governo português que seja vigilante na consolidação do processo democrático em Moçambique, o que levou o deputado do PCP a interrogar-se sobre onde iríamos nós buscar autoridade e legitimidade capaz de exercer uma tal vigilância. Por isso o firme repúdio da bancada do PCP por mais esta tentativa de «ingerência e de tutela neocolonial» em países que conquistaram a independência e seguem o seu caminho. Aprovados na semana transacta foram ainda, por unanimidade, três votos sobre a ETA, expressando condenação pelos actos por si perpetrados e solidariedade com as vítimas dos atentados e com os povos e forças democráticas de Espanha. Reconhecido é ainda a existência de um problema político que deve ser resolvido pela via política, pela via da negociação.

Projecto de lei do PCP combate práticas empresariais abusivas

Respeito pelos direitos dos trabalhadores

Baixou sem votação para discussão pública o projecto de lei do PCP que adopta medidas de prevenção e combate a práticas laborais que atentem contra a dignidade e integridade física e psíquica dos trabalhadores.

Em debate na semana transacta, juntamente com um outro do PS de idênticos objectivos que está agora também em sede de comissão especializada, o projecto comunista ganha importância e actualidade face à contínua violação de direitos dos trabalhadores por parte de entidades patronais.

Em causa estão sobretudo as várias formas de assédio nos locais de trabalho de que resultam graves consequências para os trabalhadores e para a própria produtividade do trabalho. De entre elas, como assinalou o deputado comunista Vicente Merendas, avultam os novos riscos profissionais como o stress e outros de origem psicológica e psiquiátrica, com particular incidência em termos de desgaste físico e moral.

Nessa medida, no entender da bancada comunista, está-se perante um problema «de respeito pela dignidade de quem trabalha e de respeito pelos direitos dos trabalhadores», valores pelos quais o

PCP desde sempre se tem batido.

Levar à desmoralização

E muito embora esta questão do assédio seja uma realidade «tão antiga quanto o próprio trabalho», como fez notar Vicente Merendas, a verdade é que só há cerca de uma década o fenómeno passou a ser encarado como «destruidor do ambiente de trabalho» e como factor conducente ao absentismo, devido aos desgastes psicológicos por si gerados que, no limite, têm muitas vezes empurrado o trabalhador a pôr termo à relação de trabalho.

Vicente Merendas, a este propósito, dando testemunho pessoal da sua experiência na vida sindical enquanto representante dos trabalhadores, citou casos concretos chegando ao seu conhecimento de «comportamento de assédio cínico cujo objectivo era o de transformar o trabalhador

A violência psicológica força muitas vezes o trabalhador a pôr termo à relação de trabalho



Respeitar a dignidade e os direitos de quem trabalha é condição de desenvolvimento

num fantasma». Nestes casos, sublinhou, valeu tudo, desde «retirar-lhe responsabilidades de trabalho» a «dar-lhe menos tarefas», passando por «torná-lo inútil» e submetê-lo a «todas as pressões até à sua total desmoralização».

«Há um momento em que a opção é a saúde mental ou o emprego e conheci casos de trabalhadores que tiveram de optar por pôr termo à relação de trabalho para preservarem a sua personalidade», referiu Vicente Merendas, para quem a violência psicológica «funciona como verdadeira estratégia empresarial» tendo em vista a reorganização, a redução de pessoal ou a diminuição de trabalhadores incómodos.

Sancionar infractores

Ora é esta «situação de abuso de poder» nos locais de trabalho, independentemente das motivações dos seus autores, que o Grupo Parlamentar do PCP pretende ver erradicada definindo para o efeito no articulado do seu diploma não apenas o conceito de assédio como dos actos e comportamentos que concretizem tais práticas. Não menos importante, visando cumprir tais objectivos, é o estabelecimento de um conjunto de sanções para os responsáveis e autores morais do assédio, a par da garantia das competentes reparações aos trabalhadores vítimas de tais práticas.

Quanto ao diploma subscrito pelo PS, embora parte do seu articulado tenha merecido uma avaliação positiva, não deixaram de lhe ser apontadas pela bancada comunista insuficiências na tipificação das condutas abusivas, a par de alguma confusão entre os actos e comportamentos em que se manifesta o assédio e os objectivos visados com o mesmo. Criticado foi ainda o facto de não prever qualquer reparação às vítimas e de não prever um regime de prova quando uma das principais dificuldades destas situações de assédio reside precisamente na ausência de provas flagrantes.

PCP critica governação PS e acusa

Política de clientelismo degrada democracia

Um dos traços da governação do PS tem sido a política de clientelismo e da submissão do poder político ao poder económico. Para Bernardino Soares, autor da acusação, esta é uma «causa real da degradação da democracia portuguesa». Por si denunciado, num balanço à política do PS, foi ainda o que considerou ser o «assalto dos socialistas ao aparelho do Estado e a cada vez maior confusão entre este, os grupos económicos e de interesse e o partido do Governo».

Em declaração política proferida em nome do Grupo Parlamentar do PCP, numa das sessões plenárias da semana transacta, o deputado comunista afirmou que o «PS e o Governo estão cada vez mais presos no seu próprio labirinto de contradições internas e jogos de poder, de interesses antagónicos e guerras de sucessão, sem conseguir disfarçar as consequências desastrosas da sua política para o País».

Citado como exemplo dessa degradação no plano social é a recusa sistemática do Executivo em proceder a

aumentos salariais justos para os trabalhadores da função pública. Mas lembrado foi também o facto de Portugal ser o país que na União Europeia tem os mais baixos salários mínimo e médio, as mais baixas reformas, a mais alta taxa de pobreza, sendo ainda aquele em que é maior o fosso entre os dez por cento mais ricos e os dez por cento mais pobres.

Trazida à colação por Bernardino Soares foi, noutro plano, a degradação do Serviço Nacional de Saúde, por exclusiva responsabilidade do Governo, a quem acusou de ter levado «mais longe do que nunca» o processo de privatizações, «colocando nas mãos do capital privado, designadamente estrangeiro, o controlo de sectores fundamentais da economia».

Tudo ponderado, para o PCP, o ciclo político iniciado com a recente remodelação do Governo «revelou-se ainda pior» do que o anterior. A demonstrá-lo, segundo o parlamentar comunista, estão as sucessivas crises numa turbulência em que

«cada vez que o primeiro ministro consegue a custo puxar a manta para tapar um problema logo ela falta para tapar outro igual ou pior».

O deputado comunista deixou igualmente claro que uma das conclusões saídas do XVI Congresso foi a «necessidade de o PCP reforçar o combate às políticas que o Governo tem

seguido até à data», afirmando que «cá estaremos para dar voz ao crescente descontentamento social e popular, para que ele se faça ouvir com nitidez na AR».

Fundação de Vara Apurar tudo

As demissões do ministro da Juventude, Armando Vara, e do secretário de Estado da Administração Interna, Luís Patrão, embora tardias, foram a consequência natural do escândalo relacionado com a Fundação para a Prevenção e Segurança. O caso, porém, está longe de poder ser dado por encerrado. O apuramento de todo o processo ainda não está concluído e deve ser levado até às últimas consequências, como defende a bancada comunista, para quem António Guterres é o responsável político por tudo quanto sucedeu.

Todos os factos que envolvem a criação da polémica fundação indiciam entretanto uma enorme falta de transparência e sublinham a importância de reflectir atentamente sobre os mecanismos de controlo da administração pública e o regime jurídico das contas públicas.

A reter dos desenvolvimentos ocorridos na passada semana, designadamente do debate parlamentar realizado faz hoje oito

dias, na sequência das desassombradas declarações do ex-ministro da Administração Interna em comissão parlamentar, fica sobretudo a ideia de que o Primeiro-Ministro saiu fragilizado, o que ficou patente no própria discussão quando, sob o fogo das críticas, revelou, entre hesitações e contradições, uma postura claramente defensiva.

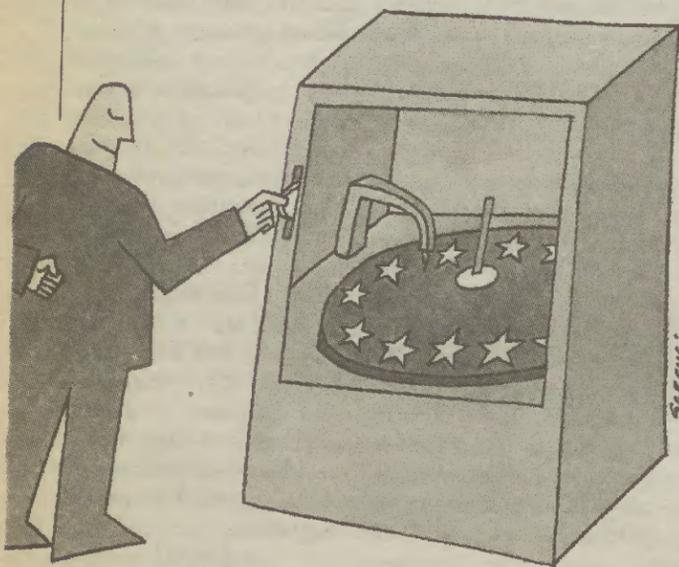
E o que sucedeu foi que nenhum dos factos exaustivamente elencados pelo deputado comunista António Filipe, não obstante o desafio por si feito, mereceu qualquer desmentido dos deputados ou dos membros do Governo presentes. E provado ficou assim, como assinalou o deputado comunista, que um membro do Governo, apesar das juras de transparência, «com recurso a pessoas da sua confiança pessoal e política, forjou um expediente para permitir a gestão de recursos públicos por uma entidade privada, furtando-se ao cumprimento das regras que o Estado definiu a si próprio».

O domínio dos grandes

● Pedro Guerreiro

No fundamental, Nice evidenciou o propósito dos governos das grandes potências de, antecipando o alargamento da União Europeia e a consequente perda de algum do seu peso político, procurarem garantir e mesmo reforçar o seu domínio e, por outro lado, assegurarem a possibilidade de aprofundarem uma maior integração. As conclusões, mesmo com as contradições evidenciadas, confirmaram os riscos anteriormente apontados, quanto ao reforço e aprofundamento do caminho para uma maior integração federalista e militarista, com graves consequências para a soberania de Portugal.

Do acordo quanto à revisão dos Tratados, salienta-se:
- uma maior abertura à institucionalização de uma UE com diferentes níveis de integração em torno e dominada por um «directório» das grandes potências, através da simplificação e extensão do âmbito de aplicação do



- o reforço do controlo político de um Estado membro por parte dos restantes com a inclusão de um «mecanismo de alerta» no artigo 7.º do Tratado da União Europeia, face ao não cumprimento dos «princípios» da UE;
- a passagem para decisão por maioria qualificada da regulamentação dos partidos políticos europeus e do «estatuto do deputado do Parlamento Europeu».

De referir ainda que, em Nice, foi proclamada a «Carta dos Direitos Fundamentais», cujo conteúdo reflecte uma regressão face a outros instrumentos jurídicos internacionais e nacionais - como a Constituição da República Portuguesa - e que muitos inserem num futuro processo constitucional.

Pequenos passos para o federalismo

Nice inscreve-se no processo, que não foi aí iniciado ou concluído, dos «pequenos passos» na direcção de uma maior integração. Desta forma, foi decidido iniciar-se o debate em torno da próxima reforma institucional prevista para 2004. Para a «agenda» deste novo «passo» é proposto o debate em torno da delimitação de competências entre a UE e os Estados membros, do estatuto da Carta dos Direitos Fundamentais, da simplificação dos Tratados, do papel dos parlamentos nacionais, tudo integrado de forma

instrumento que de futuro lhe dará suporte, ou seja, as cooperações reforçadas;

- uma nova limitação do direito de veto e consequentemente da soberania nacional, nomeadamente quando esteja em causa a defesa de interesses fundamentais de Portugal, através da extensão da decisão por maioria qualificada - mesmo que mais ou menos condicionada - a áreas tão importantes para o nosso país, de que são exemplo os fundos estruturais e os acordos de política comercial;

- o reforço do poder do conjunto das grandes potências no processo de tomada de decisão no Conselho face aos restantes países, através da valorização do critério demográfico em detrimento da representatividade dos Estados soberanos, aspecto tanto mais grave quanto se insere num quadro de extensão da decisão por maioria qualificada;

- o questionamento do princípio da presença de todos os Estados membros na Comissão Europeia, o órgão que detém o poder de iniciativa legislativa na UE, reforçando o seu carácter supranacional, ao mesmo tempo que a sua composição passa a ser decidida por maioria qualificada, reforçando-se os poderes do seu presidente;

- a manutenção por parte do conjunto das grandes potências - com destaque para a Alemanha - da sua influência no Parlamento Europeu;

mais ou menos «maquilhada» no desenvolvimento de um processo «constitucional/federalista» ainda com contornos a definir.

Nice consolidou a implementação da Política Europeia Comum de Segurança e Defesa, instrumento da acelerada militarização da UE, através da criação de um exército europeu, que visa dotar a UE com capacidade militar, articulada com a NATO e orientada para a intervenção onde quer que os «seus» interesses sejam postos em causa. Decisão que comporta graves riscos para a causa da paz e do desanuviamento das relações internacionais, sendo contrária aos interesses de Portugal.

No entanto, Nice não é um dado adquirido, dependendo ainda do processo de ratificação que deverá iniciar-se nos diferentes estados membros da UE.

Neste contexto faz sentido a realização de um amplo debate nacional sobre que construção europeia interessa aos trabalhadores e às populações do nosso país; que avalie os riscos do actual processo de integração europeia e que mobilize o nosso povo para a necessidade de um outro rumo; que assuma a defesa da soberania nacional como um valor fundamental e uma questão política estratégica para Portugal, na construção de uma Europa de cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos, aberta ao mundo, de paz e solidariedade.

O PCP considera o tratado de Nice mau para Portugal e defende a sua rejeição pela AR

Nice não é uma fatalidade

O PCP exige que o Governo assuma as suas responsabilidades e promova um grande debate nacional sobre as implicações das decisões de Nice.

No debate na Assembleia da República sobre a Cimeira de Nice, a bancada comunista, pela voz do deputado Honório Novo, demonstrou a evidência que «o alargamento da União Europeia foi apenas um pretexto» utilizado pelos países mais poderosos «para alterar em seu proveito o actual quadro institucional».

Considerando positivo que cada país mantenha um membro na Comissão Europeia, o deputado afirmou que «o preço pago pelo reconhecimento de um mero princípio, que deveria ser elementar e incontornável, foi demasiado elevado». Tanto mais, alertou, a prazo, este pode vir a ser «revisado e radicalmente alterado».

Mas é na nova distribuição dos votos no Conselho Europeu que melhor se evidencia o agravamento dos desequilíbrios entre grandes e pequenos. Enquanto Portugal vê os seus votos multiplicados por 2,4 (passando de cinco para 12), Alemanha, França, Inglaterra e Itália multiplicam os seus votos por 2,9 (passam de 10 para 29), enquanto que para a Holanda o multiplicador é de

2,6 e para a Suécia e para a Áustria, de 2,5. Finalmente a Espanha consegue quase que triplicar os seus votos (de oito passa para 27).

O alargamento foi só um pretexto para os grandes países reforçarem o seu poder

Feitas as contas, como explicou Honório Novo, «são oito os Estados que aumentam os seus votos numa proporção superior ao acréscimo garantido a Portugal».

Contudo, esta reponderação dos votos não foi o único passo dado em Nice para reforçar a influência dos mais poderosos no processo de decisão.

«As decisões a adoptar por maioria qualificada - tal como as minorias necessárias para bloquear decisões - dependem ainda mais do acordo ou da rejeição de três quanto muito quatro dos estados mais fortes». Como frisou o deputado comunista, aumentou a dependência de certos países, com especial destaque para a Alemanha, «país que é cada vez mais o verdadeiro dono dos destinos da União».

O fim do veto

Com a passagem de mais 40 temas para o domínio da

decisão por maioria qualificada, Portugal perde a possibilidade de vetar decisões contrárias ao interesse nacional, nomeadamente em áreas fundamentais como a dos fundos estruturais ou acordos comerciais, que poderão ser aprovados contra os interesses específicos do país.

Por fim, Nice deu luz verde às chamadas cooperações reforçadas, mecanismo que permite o aprofundamento da integração a um conjunto limitado de países, e avançou no caminho da militarização da União Europeia com a criação de um corpo de exército.

Como sublinhou Honório Novo, «Nice institucionaliza a Europa a várias velocidades, liquidando de forma definitiva o espírito de coesão estabelecido no Tratado de Roma».

E como de nada servirá que amanhã alguns venham lamentar «de forma hipócrita» o agravamento de problemas económicos e sociais no País em consequência das decisões de Nice, o PCP desafiou o governo a assumir as suas responsabilidades e a promover um amplo debate nacional sobre a matéria, lançando um repto aos representantes de outras forças partidárias que manifestaram opiniões críticas para que se juntem ao PCP na rejeição do acordo de Nice na Assembleia da República.

Serviços postais PE chumba proposta da Comissão

O Parlamento Europeu não concorda com a proposta da Comissão que pretende alargar liberalização nos serviços postais. O processo de co-decisão, que teve a sua primeira leitura na passada semana, fica para já marcado pelos pontos de vista radicalmente dos eurodeputados e da Comissão, como primeiros a entenderem que a abertura do mercado postal comunitário deve ser muito mais gradual e controlada do que sugere a proposta do executivo europeu.

Por conseguinte, o PE rejeitou a proposta da redução geral para 50 gramas do limite de peso reservado aos prestadores do serviço universal e pediu que esse limite seja de 150 gramas ou de quatro vezes a tarifa de base. Uma redução para 50 gramas ou duas vezes e meia a tarifa de base, conjugada com a liberalização total do correio transfronteiriço de saída e do correio expresso, foi considerada uma medida demasiado drástica que teria efeitos

devastadores para os fornecedores de serviços postais universais. O PE pediu ainda garantias de que serão preservados os serviços universais (a prestação permanente de um serviço postal em toda a UE a preços razoáveis para todos os utentes, mesmo nas regiões remotas).

A proposta da Comissão de abrir à concorrência o correio transfronteiriço de saída, os serviços especiais e o correio

expresso foi também rejeitada, tal como a sua definição enquanto serviços especiais. Os deputados opuseram-se ainda a que a vigência da Directiva 97/67 (que regula o sector actualmente) termine no final de 2006, tendo votado pela sua expiração no fim de 2008. Finalmente, o PE pronunciou-se por um elevado nível de emprego e uma maior protecção social na indústria de serviços postais.



A liberalização proposta pela Comissão Europeia foi considerada demasiado drástica



Intervenções centrais

Concluimos neste número a publicação das intervenções centrais e sectoriais proferidas no XVI Congresso do Partido Comunista Português. Para a semana contamos publicar intervenções das organizações regionais do PCP.

A situação internacional

Os últimos quatro anos confirmaram, no essencial, as análises do nosso XV Congresso em relação à caracterização da evolução mundial.

A instabilidade e a desordem instalaram-se nas relações internacionais com a tentativa imperialista de impor uma «nova ordem» hegemónica pelos EUA e pelo grande capital.

Intensificaram-se os ataques à soberania dos Estados mais débeis e à democracia. As injustiças e as desigualdades sociais aprofundaram-se numa escala nunca vista. Muitas centenas de milhões de seres humanos sobrevivem na mais negra miséria, num tempo em que as maravilhosas conquistas da ciência e da técnica permitiriam pôr, definitivamente, fim aos flagelos da fome, da doença, do analfabetismo e promover, com respeito pela Natureza e a preservação de equilíbrios ecológicos vitais — também eles violentamente agredidos pela corrida ao máximo lucro e pela mercantilização de praticamente toda a actividade social e humana — um desenvolvimento socioeconómico sustentado no plano mundial.

A guerra de agressão à Jugoslávia, o novo conceito estratégico da NATO e a rápida expansão na Europa desta aliança agressiva, o chamado «direito de ingerência», a militarização acelerada da União Europeia, confirmaram as mais sombrias previsões quanto à política agressiva do imperialismo e à disposição dos EUA e outras grandes potências de intervirem, por toda a parte, para abater fronteiras e resistências à expansão do mercado capitalista e à exploração das multinacionais. A repressão terrorista de Israel contra o heróico povo palestino ou as ameaças de agressão militar dos EUA na Colômbia, são exemplos recentes desta política, que temos de denunciar e combater com a maior firmeza.

O imperialismo continua na ofensiva e mostra-se determinado em vender cara a vida. A correlação de forças no plano mundial é ainda desfavorável às forças revolucionárias e progressistas. O capitalismo revela apreciável capacidade de sobrevivência e reprodução. É necessário encarar tão complexa situação e tão grandes dificuldades, não, obviamente, para concluir como

os nossos adversários queriam que concluíssemos e nos pressionam para que concluamos sobre a impossibilidade de vencer o poder do grande capital ou enveredar por caminhos de adaptação ao sistema, mas antes, para prosseguir ainda com maior determinação e confiança a luta em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, contra a «globalização» imperialista, pelo socialismo.

Neste caminho, como mostra a história do movimento operário e revolucionário, não há soluções fáceis nem modelos de pronto a vestir. Cada país, cada povo, cada partido comunista e revolucionário, enfrenta realidades específicas que determinam uma grande diversidade nos objectivos imediatos, na política de alianças, nas formas de luta. A «globalização» coloca problemas comuns, que exigem sem dúvida respostas comuns, mas não uniformiza os caminhos da libertação, não anula o espaço nacional como terreno imediato e incontornável da luta de classes, não diminui a importância das transformações democráticas e progressistas no plano de cada país, ainda que precárias e perigosamente expostas à intervenção multifacetada do capital globalizado. Exige, porém, mais do que nunca, o reforço da solidariedade e da cooperação internacionalista dos comunistas, dos progressistas, dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

As relações internacionais do PCP continuam a ser muito amplas, intensas e diversificadas. O nosso Partido e a sua Secção Internacional têm-se esforçado por consolidar relações tradicionais mas também por estabelecer e desenvolver relações com novos partidos e movimentos, resultantes das rápidas e profundas alterações que se processam na vida internacional e na recomposição e reorganização de forças de esquerda e revolucionárias. A Tribuna do nosso Congresso, onde contamos ainda com mais delegações que o anterior, reflecte bem esta realidade. É com profunda alegria que verificamos que não estamos sós, que contamos com um grande número de amigos sinceros, que por todo o mundo há forças que não capitulam que resistem, que lutam pela liberdade, a independência nacional, o progresso social, o socialismo.

O ponto 4.8. do Capítulo IV do Projecto da Resolução Política alude detalhadamente à actividade e à política de relações internacionais do PCP. Atribuímos particular importância às relações do nosso Partido com outros partidos comunistas e de esquerda dos países da União Europeia e de toda a Europa. É grande o nosso empenho na actividade do Grupo de Esquerda Unitária Europeia/EVN do P.E., o nosso apoio ao «processo das cimeiras» de partidos de esquerda, a realização do grande comércio internacional do Campo Pequeno por «Emprego com direitos» e outras iniciativas. Devemos prosseguir neste caminho, procurando melhorar as formas de articulação entre comunistas e outros progressistas e, sobretudo, trabalhar com persistente para ampliar decisivamente os caminhos de acção comum ou convergente. Toda a problemática da luta por uma outra Europa de progresso, paz e cooperação, de luta em defesa das conquistas e direitos dos trabalhadores, contra o militarismo e pela dissolução da NATO, interessa vitalmente o nosso povo. O que nestes dias se está a passar em Nice, com perigo de decisões graves para o futuro de Portugal, exige a maior vigilância do povo português.

É igualmente fundamental continuar a alargar as nossas relações com os partidos comunistas e as forças revolucionárias e progressistas de África, Ásia e América Latina, onde se situam algumas das mais agudas contradições do mundo contemporâneo. Tais relações, forjadas num processo histórico peculiar, cimentadas com a projecção internacional da resolução de Abril, e correspondendo à nossa concepção de fundo sobre o desenvolvimento mundial, são uma bela tradição do nosso Partido.

Consideramos que é uma necessidade imperiosa unir o mais amplo leque de forças possível no combate ao neoliberalismo e às suas devastadoras consequências. Contra as tentativas de instaurar uma «nova ordem» totalitária, todas as convergên-

cias e alianças, mesmo as mais limitadas e circunstanciais, são necessárias, incluindo sem ignorar as gravíssimas responsabilidades da social-democracia na ofensiva do capital, com forças do campo social-democrata, Verdes-ecologistas, movimentos emergentes de variado tipo.

Simultaneamente consideramos indispensável preservar e afirmar a independência ideológica, política e orgânica dos partidos revolucionários e estreitar a sua cooperação. Ao contrário do que pretendem os arautos do «pensamento único» «sobre a morte do comunismo» o movimento comunista e revolucionário, sob formas necessariamente renovadas, continua a ser uma necessidade para o combate anticapitalista e a transformação socialista da sociedade.

O internacionalismo, tendo como núcleo fundamental o internacionalismo proletário tal como é explicitado nos Estatutos e no Programa do nosso Partido, é um elemento estruturante da identidade comunista do PCP. A luta do povo português é parte integrante do processo universal de emancipação social e humana, processo que conheceu, no século que agora finda, gigantescos avanços libertadores.

É certo como já aqui foi dito pelo camarada Carvalhas, que se verificaram trágicas derrotas do socialismo e sérios recuos do movimento operário e revolucionário. E que vivemos hoje sob o fogo de uma violenta ofensiva do grande capital. Mas nada disto diminui o alcance daqueles avanços libertadores, inseparáveis da acção generosa e abnegada de gerações de comunistas e da sua cooperação e solidariedade internacionalista. Nem põe em causa, antes realça, a justeza dos valores, dos ideais, do projecto profundamente humanista dos comunistas.

Tirando lições da experiência e atentos às novas realidades, só temos um caminho: persistir, persistir, persistir! E sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, pela Democracia e o Socialismo.



Albano Nunes
Membro do Secretariado
do Comité Central

A intervenção junto da juventude

A Juventude identifica-se por sentimentos, interesses e problemas comuns.

A instabilidade, a vontade de independência, a necessidade de participação e de afectividade, o gosto de conviver e de fazer, de experimentar e de descobrir, a fraternidade e a constante procura da felicidade, são sentimentos próprios dos jovens, que fazem da juventude uma força social que aponta ao desenvolvimento e ao progresso.

É necessário respeitar, potenciar e valorizar essa força. É com esse objectivo que o PCP intervém junto da juventude, e que a JCP desenvolve a sua acção com a juventude, possibilitando assim uma forte ligação dos comunistas portugueses ao movimento juvenil.

Apesar das diferenças sociológicas, etárias, económicas, políticas e ideológicas dos jovens, estes têm construído importantes espaços de unidade em torno dos interesses da juventude e de confronto com as políticas de direita.

Assim, o reconhecimento e defesa dos anseios e direitos da juventude são, para a JCP e para o PCP, indissociáveis da construção de uma democracia avançada e dos objectivos e perspectivas da sociedade socialista. E quando falamos de direitos da juventude não os reconduzimos a uma mera consagração formal, mas antes ao exercício desses direitos, não podemos esquecer a tentativa do governo PS de impedir o exercício de direitos adquiridos pelas novas gerações.

O Movimento da Juventude assume formas de organização muito diferenciadas, formais e não formais, que intervêm em múltiplas áreas, desde a educação ao emprego, da cultura à arte, do desporto ao meio ambiente, entre muitas outras. Disso são exemplos realizações e

manifestações em que participaram milhares de jovens; tais como: a grande acção de luta dos estudantes do ensino superior contra as propinas em 1998, a campanha do Sim no Referendo sobre a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez em 1998, o 7.º Encontro Nacional de Juventude em 1999, a luta dos estudantes do ensino secundário pela Suspensão da Revisão Curricular e pela Educação Sexual nas Escolas, a ampla participação juvenil nas grandes acções de luta dos trabalhadores em Março e Junho de 2000, assim como a intervenção de milhares de jovens em várias associações.

A juventude sofre as consequências de diferentes áreas de governação e não há uma boa política de juventude no seio de políticas de direita. A política de juventude deve ser transversal às várias políticas sectoriais.

Perante esta ofensiva ideológica, afirmamos que só é possível combatê-la através da intervenção social, política e ideológica dos jovens.

É necessária uma política integrada e coordenada, com vista a apoiar e valorizar a participação dos jovens e que vá ao encontro dos seus anseios e aspirações.

O Movimento Juvenil é subestimado e desvalorizado por grande parte do poder político, destacando-se a discriminação que o chamado associativismo não formal sofre por não corresponder à padronização imposta por mecanismos que limitam e procuram abafar a criatividade juvenil, o que não é por acaso, afinal este poder que procura mistificar a participação dos jovens, impedir a elevação da sua consciência política e tem como objectivo o desincentivo à participação.

O PCP é o Partido da juventude, pois as suas propostas e a sua intervenção correspondem às justas reivindicações dos jovens, porque as lutas juvenis têm um insubstituível contributo dos militantes da JCP, organização revolucionária de e da juventude, e porque o seu programa e a sociedade nova que defendemos assentam em ideais de justiça, liberdade, democracia, igualdade, paz e solidariedade. É por este sonho partilhado com tantas gerações de jovens, por esta atitude transformadora e porque em todas as nossas acções está presente o projecto de sociedade em que queremos viver — o socialismo e o comunismo —, que afirmamos que o PCP é o Partido da Juventude!

A Juventude Comunista Portuguesa foi, nestes 4 anos, protagonista de várias lutas e realizações. Em Março de 1999 realizou-se o 6.º Congresso da JCP, que envolveu milhares de militantes na sua preparação e potenciou a organização da JCP em mais regiões do País, assim como o aprofundamento e alargamento a mais frentes de trabalho, nomeadamente a Juventude Trabalhadora, os direitos sexuais e a sexualidade, o combate ao racismo, o alcoolismo, a igualdade, a toxicodependência e o combate à pena de morte.

Valorizamos o facto de terem aderido à JCP 4200 jovens, desde o último Congresso do Partido, assim como o número de quadros da JCP que passaram para tarefas do Partido,

sendo também um sinal positivo que, das novas adesões ao Partido desde o XV Congresso, cerca de 40% tenham menos de 30 anos. Com estes dados não se pretende esconder as dificuldades, atrasos e deficiências, mas antes destacar as potencialidades do trabalho da JCP para o rejuvenescimento do Partido. Um rejuvenescimento potenciado com o valor imprescindível dos camaradas mais velhos, em que a aprendizagem é partilhada, que constrói um Partido sem fossos geracionais, que constitui aqui, também, um exemplo para a sociedade, pela valorização do papel de cada um, neste projecto que é de todos.

A continuação de um trabalho articulado e regular entre a JCP e o Partido é fundamental para o aumento da influência do Partido junto da Juventude, melhorando as várias formas de comunicação com os jovens, que passam pela realização de iniciativas de jovens, para jovens lá onde estão os seus problemas e as suas lutas.

A JCP é uma Organização que intervém e se reforça na luta, porque só com a luta é possível transformar a sociedade em que vivemos. Assim orgulhosos da história do nosso Partido, uma história indissociável das lutas dos jovens e dos trabalhadores, convictos que a felicidade é possível, continuamos a afirmar que o PCP é o Partido da Juventude, e o comunismo é a juventude do mundo.



Vanessa Silva
Membro da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP e membro do Comité Central do PCP



Política de quadros

Os quadros são o elemento essencial de toda a actividade partidária. Sem os quadros, sem os muitos milhares de homens, mulheres e jovens que dinamizam o Partido, que lhe dão vida, que o põem a funcionar de forma estruturalmente organizada, o Partido não estaria em condições de dar resposta aos problemas que diariamente enfrenta.

A intervenção do Partido na vida nacional, como gerador e catalisador de novas ideias e actividades inovadoras para o desenvolvimento da sociedade, não seria possível sem o contributo generoso e dedicado de dezenas de milhares de quadros incansáveis e esforçados, de incontestável capacidade que, a diferentes níveis de responsabilidade, desempenham variadíssimas tarefas e fazem do PCP um partido diferente na sociedade portuguesa.

Esta realidade coloca perante o Partido a imperativa necessidade de dar continuidade e desenvolver uma justa e correcta política de quadros.

A par dos passos positivos que se têm dado neste domínio continuam a verificar-se, em vários aspectos deficiências e atrasos que merecem reflexão: no melhor conhecimento e acompanhamento dos quadros, na sua preparação e formação, responsabilização e promoção.

O conhecimento e a avaliação dos quadros nem sempre têm em consideração a necessidade de uma apreciação global, tendo em

conta que são homens, mulheres e jovens com as suas características, com as suas qualidades e defeitos, com o seu presente e o seu passado. A linha principal da política de quadros do Partido tem sido baseada, ao longo dos anos, e continua a basear-se, na confiança, na ideia profundamente humanista da capacidade que o Homem possui para se educar e progredir. E sendo o nosso Partido o Partido da classe operária e dos trabalhadores, daqui a importância dos quadros operários, conscientes do seu papel e do papel da sua classe na luta pela transformação da sociedade, na luta por uma sociedade socialista e comunista.

É fundamental também o papel dos quadros intelectuais como de outras camadas intermédias, pela sua participação e intervenção a todos os níveis da actividade do Partido, pela contribuição que dão, em áreas específicas, à luta que é de todos os comunistas, seja qual for a sua origem ou classe ou camada social a que pertencem.

Por vezes a avaliação dos quadros é feita apressadamente, com superficialidade, de modo unilateral, com falta de espírito crítico e auto-crítico e acentuando só os êxitos ou só os erros.

As condições em que hoje desenvolvemos a nossa luta exigem dos quadros uma preparação cada vez mais elevada, diversificada e especializada.

A melhor escola para a preparação e formação dos quadros tem sido e continua sendo a escola da vida, do trabalho e da luta. É aí, no

contacto diário com a realidade e na busca dos caminhos para superar as dificuldades e transformar a vida, que se revelam e formam os traços característicos dos quadros do Partido.

Contudo o estudo em geral e, particularmente, o estudo do marxismo-leninismo, o estudo dos princípios teóricos baseado no estudo prático dos problemas da nossa luta e da rica experiência do nosso próprio Partido é fundamental para não só elevar o nível político, ideológico e cultural dos quadros, mas também para forjar o seu carácter.

A preparação política dos quadros é uma tarefa essencial e inadiável em que todo o Partido tem de se empenhar e que só pode progredir se forem tomadas algumas medidas de direcção e organização, aos vários níveis da responsabilidade partidária. A preparação dos quadros mais jovens tem de ser vista como indispensável ao desenvolvimento e ao futuro do Partido.

Uma outra base fundamental de preparação, educação e formação dos quadros do nosso Partido é o trabalho colectivo, que cada vez mais é necessário incentivar.

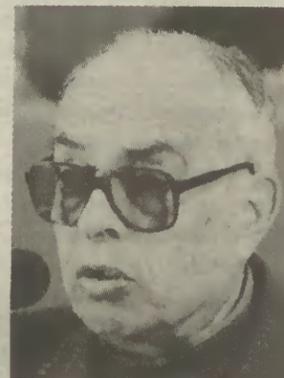
Os quadros não surgem por acaso. Os quadros emergem da massa dos militantes, das

empresas, dos campos e doutras frentes de actividade em que o Partido intervém. Os quadros nascem na luta, destacam-se pela sua intervenção e papel que aí desempenham.

No conjunto dos quadros do Partido, não queremos deixar de destacar os funcionários do Partido. A necessidade e o papel dos funcionários na actividade e na organização do Partido resulta directamente da sua natureza revolucionária e de classe, que determina também as características do seu estatuto político, como militantes com especiais responsabilidades num partido que se define como «da classe operária e de todos os trabalhadores.»

Ser funcionário do Partido não é seguir uma carreira profissional. É servir com grande disponibilidade um ideal político, ligando com ele a vida, mesmo à custa de sacrifícios e perdas. Ser funcionário do Partido é uma opção de vida, que deve ser considerada e respeitada.

Nas massas, no seio da classe operária e no próprio Partido existe uma fonte inesgotável de potencialidades. É necessário, com audácia e determinação, procurar a forma de descobrir, reconhecer e seleccionar os quadros de que o Partido necessita.



José Vitoriano
Membro da Comissão Central de Controlo

O PCP na luta pela alternativa

A luta por uma alternativa de esquerda está inscrita e abordada na proposta de Resolução Política do nosso Congresso com uma das grandes e capitais tarefas e objectivos do nosso Partido.

A este respeito, queremos sobretudo chamar a atenção para algumas ideias fundamentais que inspiram ou consubstanciam a orientação proposta.

Primeira ideia: a luta por uma alternativa de esquerda, que o nosso Partido situa e integra na perspectiva da sua luta de mais largo prazo por uma democracia avançada e pelo socialismo, corresponde à incontornável necessidade do PCP afirmar claramente perante os portugueses que nova política propõe e que diferentes soluções governativas defende para a aplicar, é uma exigência das próprias responsabilidades democráticas e nacionais do PCP e está em inteira coerência com a sua orientação designadamente, para não recuar mais no tempo, desde a Revolução do 25 de Abril.

Acresce que se, por absurdo, o nosso partido abdicasse ou cancelasse este seu objectivo de luta estaria objectivamente a facilitar a vida e o futuro ao engano em que, infelizmente, demasiados portugueses tem caído e que consiste em supor que não há alternativa à política de direita e aos governos periodicamente alternantes do PS e do PSD que a executam.

O nosso firme combate à política de direita e a nossa vigorosa defesa e proposta de uma política de esquerda podem ser justamente considerados um elemento da nossa identidade política e ideológica.

Mas já a nossa colocação como partido de oposição à política de um governo ou de sucessivos governos (definição que aliás nem sequer cobre toda a nossa postura e intervenção na sociedade portuguesa), por mais justificada, honrosa ou prolongada que seja, tem de ser vista com uma circunstância e não como um elemento identitário ou como um inultrapassável horizonte do nosso projecto político. Ou seja, nós não desertamos de nenhum terreno de luta e de resistência e não desanimamos com nenhuma circunstância ou conjunturas desfavoráveis, mas o nosso objectivo natural de partido político, e melhor ainda de partido comunista, é dar concretização prática à políti-

ca de esquerda que consideramos necessária e de pesar e participar nas soluções governativas que melhor e mais seguramente a garantam.

Segunda ideia: na linha de reflexões anteriores e designadamente do XV Congresso, insistimos na necessidade de não aprisionar a nossa visão sobre a questão da alternativa no terreno do imediatismo ou do voluntarismo e de não mais projectar sobre ela nem uma injustificada autoflagelação sobre a demora na sua conquista nem a apetência por soluções milagrosas, golpes de asa e receitas mágicas. Insistimos, e este é um ponto fundamental, na concepção da luta por uma alternativa de esquerda, não como um acto, uma iniciativa, ou um acontecimento mas como um complexo processo a desenvolver e um exigente caminho a percorrer cujo êxito dependerá de vastas e profundas mudanças nomeadamente na correlação de forças político-partidárias, na atitude, consciência e opções eleitorais de centenas de milhares de portugueses.

Terceira ideia: é a nossa plena consciência do que o principal factor de bloqueio da alternativa de esquerda de que o país precisa tendo sido o sólido, voluntário e prolongado enfeudamento do PS aos eixos essenciais da política de direita que mais determina a nossa convicção de que a possibilidade da alternativa depende, não tanto de uma mudança voluntária na orientação do PS, mas antes que esta previsivelmente só possa vir a ocorrer sob o efeito de uma fortíssima pressão social e política e de uma significativa quebra eleitoral do PS nomeadamente em favor do PCP.

Quarta ideia: reafirmamos não apenas que o nosso Partido é uma força necessária e indispensável para a conquista de uma alternativa de esquerda mas sobretudo que o reforço da sua influência social, política e eleitoral é um factor decisivo e determinante para que venha a ser possível em Portugal uma alternativa democrática e progressista ao cansado, nefasto e desgraçado rotativismo entre PS e PSD.

Quinta ideia: entre outros, na nossa concepção são também afluentes destacados do processo de luta pela construção da alternativa de esquerda, por um lado, o desenvolvimento das lutas e movimentos sociais em torno de interesses e objectivos concretos mas favore-

cendo uma agregação de massas na exigência de um nova política que induza novas opções eleitorais dos trabalhadores e dos cidadãos, e por outro, como é nosso firme empenho, a ampliação e aprofundamento do diálogo, da reflexão e acção comum entre forças, sectores e correntes democráticas e de esquerda, movimentos sociais e cidadãos que se reconheçam na aspiração a uma alternativa.

Sexta ideia: a ninguém adianta caricaturar, empobrecer ou deturpar a nossa orientação sobre esta questão-chave resumindo-a a anseios nossos de uma qualquer arranjo governamental, de repartição de pastas ou de poder pelo poder. Somos de facto um partido com vocação de poder e com aptidão e legitimidade para o exercer e jamais alguém nos remeterá para o limbo da marginalidade política no regime democrático que, decisivamente, ajudámos a fundar.

Mas que não haja nem ilusões, nem desconfianças nem fantasmas: a orientação que propomos tem como critério básico e pedra de toque nuclear, prévia e determinante a realização de uma política de esquerda (cujos eixos essenciais temos largamente divulgado e se encontram exemplificados no ponto 2.8. da proposta de Resolução Política) e não abrange nem se contentará com retoques acessórios ou rectificações menores na política de direita seguida pelo PS.

Sétima ideia: a expressão alternativa de esquerda pode ser e é uma bandeira de luta, uma causa, um objectivo unificador das propostas de uma nova política e, para ter existência neste sentido, até lhe podia bastar o empenho e o papel do PCP. Mas já a construção e real concretização de uma alternativa de esquerda é muito mais do que isto, porque é também não apenas a definição e o compromisso de uma nova política mas igualmente um projecto de exercício do poder, o que no quadro das instituições democráticas, exige incontornavelmente para a sua viabilização uma convergência ou

acordo entre forças que disponham de uma maioria parlamentar, o que a manter-se o actual quadro partidário, remeterá nomeadamente para o papel do PCP e de um PS que tenha sido forçado a adoptar finalmente outras orientações e opções de fundo.

Quando se afirma isto na Proposta de Resolução Política não se está nem a alimentar ilusões, nem a criar expectativas, nem a fazer previsões. Está-se sim a fazer uma constatação objectiva e a dizer uma verdade óbvia cuja recusa seria lançar um espesso nevoeiro sobre a credibilidade da alternativa porque lutamos e obscurecer a esperança que queremos animar e o horizonte de luta para que queremos mobilizar.

E isto porque, oitava ideia, a luta firme e determinada que cabe ao PCP desenvolver, em primeiro lugar pelo seu próprio e vital reforço, no caminho

para a construção de uma alternativa de esquerda não pode ser guiada nem por juízos estáticos, nem pela pretensão de decidir abstractamente hoje aquilo que só mais tarde a vida nos pedirá uma decisão concreta, nem pelas respeitáveis conjecturas, pressentimentos e previsões, sejam pessimistas ou optimistas, de cada um de nós sobre a sua possibilidade ou viabilidade.

Verdadeiramente, e como em tantas outras nossas batalhas, a luta pela construção de uma alternativa de esquerda só pode ser guiada por uma visão dinâmica e rasgada da acção e dos processos políticos, pela segurança nas nossas próprias convicções e orientações e sobretudo pela consciência de todos nós de que a alternativa de esquerda é uma urgente necessidade nacional e pela nossa firme determinação de trabalharmos com audácia e espírito criador para que mais e mais portugueses, compreendendo connosco a sua necessidade e urgência, construam connosco, pela sua vontade e luta, a viabilidade e possibilidade da alternativa de esquerda, para bem do nosso povo e de Portugal.

Viva a unidade na diversidade dos comunistas portugueses!



Vítor Dias
Membro da Comissão
Política do Comité Central

A nova ordem comunicacional e a ofensiva anticomunista

O debate que estamos a travar neste Congresso culmina o debate amplo, participado, aberto, livre, democrático, iniciado há dez meses e que envolveu muitos milhares de militantes do Partido. Todos sabemos que assim foi. Todos sabemos que tal debate não tem paralelo em qualquer outro partido nacional. E não há silenciamentos sobre esse facto nem malabarismos de oratória que ocultem esta realidade provada e comprovada.

Três breves opiniões sobre esta questão:

1. O Partido é o mais amplo espaço de debate democrático existente;

2. O êxito deste debate mostra que no próximo Congresso poderemos fazer, e certamente faremos, mais e melhor;

3. Trocar este espaço – que é o nosso – pelo espaço armadilhado da comunicação social dominante – que é o espaço dos grandes grupos económicos – pode trazer e traz, a quem opte por esse caminho, fáceis protagonismos e notoriedades, mas em nada contribui, bem pelo contrário, nem para o acerto das decisões que tomamos nem para a unidade e coesão do Partido.

Sabendo-se que os detentores do poder económico são simultaneamente os proprietários da imensa maioria dos órgãos de comunicação social, é fácil entender a génese, o objectivo, o conteúdo de classe e os métodos de intervenção da nova ordem comunicacional – ou seja, dessa poderosa e diversificada rede de meios de comunicação que, invocando o «pluralismo», a «isenção» e a «independência», faz chegar a todos os recantos do Mundo tudo o que aos detentores do poder interessa que chegue.

O anticomunismo constitui, naturalmente, uma das principais linhas de intervenção dessa nova ordem. Curiosamente, a ofensiva anticomunista padece de uma flagrante contradição: difundindo amplamente que «o comunismo morreu» faz do «morto» um alvo preferencial dos seus ataques. É caso para perguntar: então se o comunismo morreu para quê e por quê tão forte ofensiva?; para quê e por quê o recurso a tão poderosos meios contra um ideal e um projecto cuja morte é tão amplamente anunciada?

É óbvio que os que elaboram e difundem essa ofensiva sabem que as coisas são bem diferentes daquilo que apregoam. Sabem que a derrota dos regimes socialistas do Leste da Europa – com as consequências terríveis que teve para os trabalhadores e os povos de todo o Mundo – não foi a derrota dos ideais que estiveram na base dessas primeiras tentativas de construção de sociedades novas. Sabem que a luta pelos ideais de liberdade, de justiça social, de fraternidade, de solidariedade percorre toda a história da Humanidade e está indissolivelmente ligada a todos os avanços e conquistas alcançados. Sabem que as experiências podem falhar e falham; que os homens podem errar e erram, podem morrer e morrem – mas sabem, também, que os ideais não morrem e que o ideal comunista permanece vivo e actual e continua a ser a fonte de força essencial da luta de milhões de comunistas em todo o Planeta. É por isso, é porque sabem que os comunistas constituem o principal obstáculo à concretização dessa nova ordem imperialista de cariz totalitário, que a

ofensiva anticomunista existe e se desenvolve recorrendo a todos os meios de que dispõe.

Creio que todos temos a noção das enormes dificuldades que se colocam à luta que travamos e à concretização dos objectivos dessa luta. Mas creio, igualmente, que todos estamos conscientes da força dos nossos ideais, da justeza do nosso projecto de sociedade e da nossa determinação e disponibilidade para a luta que é necessário continuar e continuar sempre.

Na ofensiva anticomunista à escala nacional, o nosso Partido é, naturalmente, o alvo prioritário. Vemos isso todos os dias e vemos-lo, de forma mais acentuada, em alturas de congressos. Nenhum de nós se surpreenderá com isso. Na verdade, a existência de um Partido que, a poucos dias do final deste ano 2000, se afirma claramente determinado a dar continuidade, com coerência, a oitenta anos de luta constante pela liberdade, pela democracia, pelos direitos e interesses dos trabalhadores, do povo e do País, pelo socialismo e pelo comunismo – um partido com estas características é esta determinação constitui um exemplo incómodo para os que persistem na esperança vã de matar e enterrar definitivamente o ideal e o projecto comunista. Não o conseguiram no passado, não o conse-

guem hoje, não o conseguirão no futuro.

A ofensiva anticomunista, particularmente na sua versão anti-PCP, é de facto muito forte. Mas o Partido é mais forte, sairá fortalecido deste Congresso e prosseguirá o caminho iniciado em 1921, assumindo com orgulho a sua heróica história, erguendo com honra o testemunho que, passado de geração em geração, está presente neste Congresso e incorporará as decisões e orientações que aqui serão definidas. Este nosso PCP é o que é, é o que nós, comunistas, queremos que seja: um partido comunista, revolucionário; consciente do papel indispensável e



José Casanova
Membro da Comissão
Política do Comité Central

insubstituível que desempenha na sociedade portuguesa; ocupando dignamente o espaço que é o seu enquanto partido da classe operária e de todos os trabalhadores; sempre posicionado ao lado dos explorados, dos humilhados e ofendidos; solidário com a luta dos trabalhadores e dos povos de todos os países; firme e fiel à sua base teórica – o marxismo-leninismo – e aos seus princípios e características essenciais; aberto às evoluções e aos ensinamentos da vida; que não vira as costas à luta por mais difíceis e adversas que sejam as situações e que, a par das batalhas do dia-a-dia pelos interesses e direitos do povo português, prossegue a luta

mais vasta e mais ambiciosa pela construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, a sociedade socialista e comunista. Reforçar este partido, quer do ponto de vista orgânico e interventivo, quer do ponto de vista da sua unidade e coesão internas, quer no que respeita à sua influência social, eleitoral e política é a melhor e mais eficaz resposta que podemos dar à ofensiva anticomunista. Temos a noção das muitas insuficiências e debilidades do Partido; assumimos, colectiva e individualmente, os nossos erros e as nossas falhas. E sabemos que a força e o reforço do nosso Partido estão na nossa capacidade de corrigir essas insuficiências e debilidades e na força e no reforço da sua ligação às massas trabalhadoras e em particular à classe operária.

Não nos consideramos detentores de verdades absolutas nem de saberes totais. Sabemos o que sabemos, conhecemos a força que temos e as potencialidades de a desenvolver e aumentar. E, mais importante do que isso, sabemos o que queremos e o que não queremos. E em momento algum prescindiremos do direito e do dever de sermos nós, comu-

nistas, a decidir o que somos e o que queremos ser.

Diz-se com frequência, por vezes como se se estivesse a revelar uma descoberta sensacional, que o mundo mudou e está a mudar. Trata-se de uma verdade tão verdadeira hoje como era ontem como será amanhã. Mas não basta constatar essa realidade de todos os tempos. A questão essencial está em saber qual o sentido das mudanças em cada momento e qual o papel dos comunistas face a essas mudanças.

As mudanças verificadas na última década geraram graves regressões civilizacionais e criaram aos comunistas novas e mais difíceis condições de luta. E se é certo que muitas das conquistas antes alcançadas têm sido defendidas com a luta; e se é igualmente certo que muitas e muitas lutas pelo progresso e pelo futuro continuam a travar-se em todo o Planeta, também é verdade – e todos o sabemos – que os tempos que vivemos são tempos duros e difíceis e que nos exigem a nós, comunistas, a coragem, a determinação, a confiança, a coragem, a determinação, a confiança que nos caracterizam. Os desafios aí estão e nós cá estamos prontos para os enfrentar, como sem-

pre. Sem impaciências nem desânimos; com determinação e confiança.

Vivemos um tempo simultaneamente difícil e fascinante. Talvez possamos dizer, mesmo, que temos o privilégio e a responsabilidade de viver este tempo que vivemos: um tempo que nos mostrou o fracasso temporário do sonho mais belo e mais ambicioso da História da Humanidade – mas um tempo em que já vimos um pedaço do futuro que queremos e pelo qual lutamos; um tempo de graves regressões civilizacionais, de inversão de valores, de imposição do egoísmo e do individualismo – mas um tempo em que nós, comunistas, assumimos conscientemente o papel de portadores dos mais importantes valores humanos, de portadores assumidos da solidariedade, da fraternidade, da liberdade, da justiça social; um tempo em que, em nome das mais falaciosas «modernidades», o ser humano é reduzido a um objecto descartável – mas um tempo em que nós, comunistas, consideramos o ser humano o centro das nossas preocupações e pensamos, e dizemos, e defendemos que qualquer cidadão, pelo simples facto de existir, tem direitos que nin-

guém tem o direito de lhe negar; um tempo em que a desumanização constitui elemento integrante do sistema dominante – mas um tempo em que nós, comunistas, na luta por uma sociedade nova sublinhamos o conteúdo humanista do nosso projecto de sociedade, sublinhamos que o comunismo é um humanismo.

Vivemos, por tudo isso, um tempo fascinante nas contradições e dificuldades que nos coloca: um tempo difícil e que precisa de nós, da nossa inteligência, da nossa sensibilidade, da nossa capacidade, do nosso conhecimento, do nosso saber, da nossa coragem – um tempo que nos coloca a responsabilidade de resistir. Mas de resistir fazendo futuro, de resistir fazendo dos caminhos da resistência caminhos do futuro e para o futuro. Vivemos hoje o tempo da coragem necessária e é assumindo-nos como comunistas – com todas as implicações que isso tem – que podemos ser e seremos o motor e a vanguarda dessa coragem.

Por isso e para isso somos comunistas. Por isso e para isso somos militantes deste nosso Partido Comunista Português.

Sobre os pequenos e médios empresários

Enquanto empresário militante comunista, começo por vos afirmar que, no universo empresarial de Pequenas e Médias Empresas portuguesas, 88% (oitenta e oito por cento) é constituído por micro-empresas, correspondendo a mais de um milhão de empresários, que fazem parte da população activa portuguesa. Estes números continuam entretanto a crescer.

Camaradas, a dinâmica da exploração levada a cabo pelos grandes interesses, monopolistas e financeiros, para isso tem contribuído.

Primeiramente, porque não lhes interessa ter encargos sociais e outros, sendo-lhes mais fácil obter lucros endossando estes encargos. Por esta razão fomentam a criação de empresas subsidiárias, para as quais transferem essas responsabilidades e obrigações, utilizando-as a seu bel-prazer, deixando-as ao abandono e na falência quando delas não necessitam.

Em segundo lugar, porque a muitos desempregados, bem como a trabalhadores indenni-

zados pelo encerramento ou pelas chamadas reestruturações de empresas, não resta muitas vezes outra alternativa a não ser a criação do seu próprio posto de trabalho, juntando-se ainda a estes muitos trabalhadores que, perspectivando uma vida melhor, se lançam na aventura de serem empresários.

Uns e outros mudam de estatuto, mas na esmagadora maioria continuam a ser vítimas dos grandes interesses económicos e financeiros, que a armadilha da globalização está a levar por diante, continuando, agora como empresários trabalhadores, a não usufruir das mais-valias por si criadas, vendo estas ser absorvidas, nomeadamente pela Banca e Seguradoras, que levam grande parte daquelas.

É neste contexto que o número de militantes comunistas, empresários, continua a crescer, crescendo também:

– A sua consciência e posicionamento de classe, não querendo ser tropa de choque do grande capital;

– A sua necessidade de constituição e organização de verdadeiras Associações de Classe;

– A necessidade de, face à sua representatividade, melhorar a sua organização partidária;

– A necessidade de fazer sentir no todo do Partido a importância e peso desta área nos processos económico e social, visando a sua abrangência e mobilização na luta contra os sugadores das mais-valias.

Nós, empresários comunistas, estamos e queremos continuar a estar bem neste partido dos trabalhadores. Sou dos que pensam que a solução para os problemas dos micro, pequenos e médios empresários não passa

pela mão-de-obra barata, precária e sem direitos. Mas, pela exigência de outra política económica que ponha cobro aos privilégios e vantagens do grande capital, dos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros!

É cada vez mais premente uma política de direcção, quadros e desenvolvimento orgânico, que tenha em consideração esta realidade. Que explore as potencialidades da política de alianças com esta camada social e o seu interesse relevante para a construção de uma alternativa democrática à política de direita. Que represente um contributo para o fortalecimento do Partido, o que sinceramente espero e tenho a convicção que sairá deste Congresso.



Manuel Francisco Botelho e Aguilhas
Membro da DORAL

Os problemas da agricultura

Cinco anos de Governos PS agravaram a situação da maioria dos sectores agro-florestais, pondo em causa a sobrevivência das pequenas e médias explorações de tipo familiar.

Em dez anos, de 1989 a 1999, desapareceram 183 mil pequenas explorações. Uma redução de 30,5%, enquanto aumentava o número e a área média das grandes explorações. Só nos últimos sete anos o número das explorações leiteiras reduziu-se em mais de 60%! Entretanto, os «ganhos de produtividade» do Sector Leiteiro, resultado da concentração da produção e da selecção genética, esbarram agora na «quotas» leiteira, mal negociada. Assisteste-se a este absur-



Vítor Martins
Membro da Organização Regional de Trás-os-Montes

do, os agricultores pagam multas por excesso de produtividade e têm as ajudas mais baixas da União Europeia por causa da baixa produtividade. A superfície agrícola não cultivada é de 40%. O défice da balança agro-alimentar anda pelos 500 milhões de contos anuais. O rendimento médio dos pequenos e médios agricultores baixou, nos últimos 10 anos, quase 40%. Nas Ajudas ao Rendimento, 1% dos grandes proprietários embolsa 42% do total anual (100 milhões de contos).

Como insistentes vezes o PCP tem denunciado, esta situação, no essencial, decorre da aplicação da PAC – Política Agrícola Comum. De uma PAC que tem sido reformada segundo

as imposições da OMC – Organização Mundial do Comércio, onde dominam os interesses dos países grandes produtores/exportadores, das respectivas multinacionais da agro-indústria e do comércio agro-alimentar.

Mas este contexto externo, muito desfavorável, não desculpa as responsabilidades directas e próprias do Governo PS. Mais, não raras vezes as consequências da PAC ainda são agravadas pela política agrícola dos governos PS. Política agrícola que poderia ser sintetizada, e esta intervenção acabada, na sua decisão de propor a condecoração «por mérito agrícola e de grande democrata» a um conhecido reacçãoário e, durante 20

anos, secretário-geral da confederação dos latifundiários. Salientamos a redução do investimento público; a falta de controlo das importações; o desmantelamento do aparelho do Estado; uma política agrícola inteiramente subordinada aos interesses da grande exploração capitalista e da grande propriedade alentejana; a abdicação da defesa dos interesses nacionais nas negociações comunitárias.

Com a Agenda 2000 agravou-se a PAC que já vinha desde 1992. Mais baixas nos preços à produção que os subsídios não compensam. Mais importações sem controlo eficaz. No actual III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), aumenta 15% em média a comparticipação

financeira própria dos agricultores nos projectos de investimento agrícola. Isto num contexto de enorme descapitalização e endividamento do sector. O «famoso» PDRu – Plano de Desenvolvimento Rural, revela-se como mais uma panaceia que não sustém o abandono forçado da produção, a desertificação humana e ambiental. A recente reforma da OCM, Organização Comum de Mercado das Frutas e Hortícolas, mantém os graves aspectos de discriminação dos agricultores do Sul da Europa.

O desastre das «vacas loucas» é, só por si, elucidativo. A política de «dois pesos e duas medidas» que vigora na União Europeia penaliza Portugal em relação a outros Estados.

Por outro lado, não está esclarecido, nem pela União Europeia nem pelo Governo Português, como vão ser salvaguardados os legítimos interesses e direitos da produção pecuária familiar. Aliás, algumas dessas medidas podem mesmo resultar em novos incentivos ao modo de produção agrícola do tipo industrial que está na génese deste desastre da BSE.

Não se acomodaram os agricultores portugueses. Duas grandes manifestações nacionais (1998 e 2000); dezenas e dezenas de pequenas e grandes movimentações regionais, com concentrações, desfiles de máquinas agrícolas, plenários e reuniões. Reforço da acção reivindicativa internacional, com destaque para a manifestação conjunta com agricultores da Galiza junto a Vila Verde da Raia (Chaves) e para a grande manifestação de 29 de Maio, em Évora, na qual se juntaram cerca de 11 mil agricultores portugueses e espanhóis.

Vivam os agricultores portugueses!

Ao longo destes 5 anos algumas vitórias se obtiveram: a adopção, pela União Europeia e pelo Governo português, do princípio da «modulação», atribuindo proporcionalmente menos ajudas para as grandes explorações, e a «promessa» de redução das prestações dos pequenos agricultores para a Segurança Social.

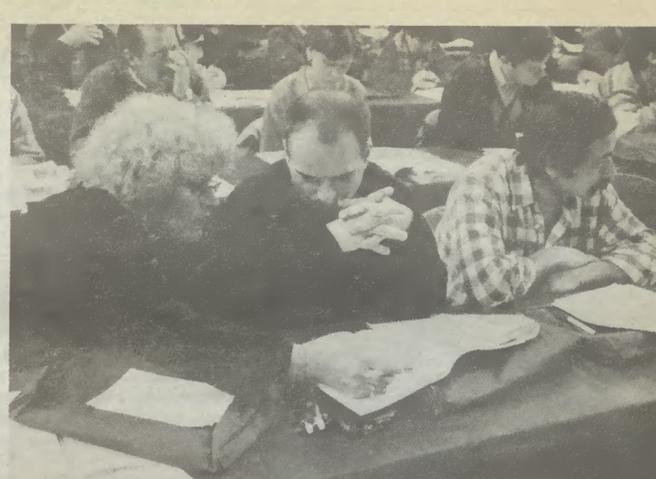
Juntam-se-lhes muitos outros «pequenos» resultados que, embora parciais, têm impedido uma ainda maior degradação das condições de vida e de trabalho da lavoura portuguesa.

A força dos pequenos e médios agricultores, das suas organizações de classe, e em particular da CNA, a sua resistência através da luta e do trabalho, continuarão a abrir os caminhos para outras políticas agrícolas.

Por uma outra PAC e por outra política agrícola nacional. Por políticas capazes de garantir aos agricultores a justa remuneração pelo seu trabalho. Por uma repartição socialmente mais justa dos dinheiros públicos. Pelo acesso à terra e ao investimento produtivo. Por políticas que garantam ao nosso país a soberania e a segurança alimentares.

É nesta luta que os Comunistas e o PCP estão e estarão empenhados. Em observância às suas tradições, às suas alianças sociais básicas, à sua prática militante e à política de um partido de classe.

Por respeito a tantas e tantas gerações de agricultores portugueses. Com confiança, rumo a um futuro melhor nos campos deste nosso Portugal.



Sobre os serviços públicos

A Revolução portuguesa não trouxe só a liberdade. Produziu também alterações profundas na estrutura económica e social do País, nacionalizando empresas e sectores estratégicos da economia, consagrando na constituição amplos direitos sociais, particularmente os explicitados no seu artigo 81.º que enuncia as incumbências prioritárias do Estado.

Como sabemos, após o 25 de Abril e num período revolucionário de curta duração, o Estado criou as condições para que empresas estratégicas em áreas como a energia eléctrica, as telecomunicações e os transportes, contribuíssem decisivamente para a redução das assimetrias regionais e o desenvolvimento do país. Alargando a rede eléctrica que foi levada aos mais recônditos pontos do País. Realizando volumosos investimentos nas infra-estruturas de telecomunicações, o que possibilitou a milhares de pessoas em localidades esquecidas o acesso à rede telefónica. Melhorando significativamente a rede de transportes públicos, o que permitiu igualmente que milhares de pessoas vissem melhoradas as acessibilidades e reduzido o seu isolamento. Criou o passe social. Tudo isto foi feito a preços socialmente justos. As empresas públicas estiveram ao serviço da grande maioria dos



José Luís Rego Mendes
Membro da DORL do PCP

portugueses, na esteira dos ideais e valores da Revolução de Abril.

Com o avanço da contra revolução avançou também uma fortíssima ofensiva contra as nacionalizações, designadamente as empresas prestadoras de serviços públicos, descapitalizando-as, utilizando-as como meio para a contracção de empréstimos para o Estado. Com a política de direita foi lançada uma feroz e hábil campanha ideológica, desvalorizando o papel da empresas públicas, executando uma má gestão e promovendo a ideia de que as privatizações trariam melhores serviços, criando um ambiente psicológico favorável à entrega das empresas e serviços públicos ao grande capital.

Os sucessivos governos têm vindo, com as privatizações e a subjugação aos ditames da UE, a pôr em causa o papel e funções sociais do Estado que a si cabem assegurar.

O poder executivo abriu as portas ao aparecimento e desenvolvimento de monopólios privados, em que o capital estrangeiro domina. Passou a imperar a lei do lucro fácil e imediato, o que é incompatível com a prestação do serviço público em quantidade e qualidade.

Despediram milhares de trabalhadores, procuraram reduzir os direitos sociais, dispararam

os preços na electricidade, foi criada a taxa de activação telefónica, encerraram linhas e ramais ferroviários, cortaram carreiras rodoviárias.

Hoje mais de 20% do orçamento familiar é consumido em gastos com água, gás, electricidade, telefone e transportes.

Condicionando a oferta e a qualidade dos serviços, privilegiam os sectores e áreas geográficas mais lucrativas, afectando os padrões de segurança (veja-se, a título de exemplo, a famosa cegonha que «provocou» o apagão).

As empresas de serviços públicos estão a deixar de ter como objecto principal da sua acção os serviços que prestam, passando estes a constituir uma actividade subsidiária, um meio para acumulação de lucros, como é exemplo a EDP (em 5 anos 480 milhões de contos), e para a especulação bolsista de poderosos grupos económicos e financeiros.

Por isso, os trabalhadores lutaram e lutam em defesa das empresas, dos seus postos de trabalho e dos seus direitos, aliando esta luta à defesa da prestação do serviço público a que o Estado está obrigado pela Constituição.

Por isso, os utentes dos serviços públicos lutam em defesa da prestação com qualidade desses serviços e por preços socialmente justos. Foi assim contra a taxa de activação telefónica, com a recolha de 120 mil assinaturas. Foi assim na luta pela redução das tarifas eléctricas, com 50 mil assinaturas. Foi assim na exigência do não aumento dos passes e bilhetes dos transportes onde, em apenas alguns dias, se recolheram 25 mil assinaturas.

Têm sido também importantes as lutas dos trabalhadores das autarquias e das populações contra a entrega aos privados dos serviços de recolha de lixo e de distribuição de água.

Como resultado dessas lutas destacou-se a decisão do Tribunal que deu razão aos utentes do serviço telefónico fixo ao anular a taxa de activação e impoñdo à empresa a devolução do dinheiro aos utentes.

Desde a primeira hora que o PCP criticou e lutou contra aquela política, reclamando e exigindo um forte e dinâmico Sector Público e que o Estado assumisse na íntegra as suas funções.

A crescente exigência de qualidade de vida e promoção do desenvolvimento do País implica a melhoria, modernização e desenvolvimento dos serviços públicos. O alcançar de tal objectivo passa pela luta dos trabalhadores e das populações pela paragem imediata dos processos de privatização e pela reclamação de que o Estado assumia um papel maioritário e dominante.

No momento actual impõe-se o lançamento de uma campanha pela redução dos preços dos serviços públicos, tendo em conta o seu peso nos orçamentos familiares.

Só uma forte responsabilidade do Estado na prestação dos serviços públicos – nalguns casos total, dada a natureza dos sectores na operação das actividades – pode permitir a força e capacidade necessária para, com uma gestão eficaz, garantir uma orientação e uma prática de acordo com o interesse da esmagadora maioria da população portuguesa e o respeito da Constituição da República.

Sobre os reformados

Em primeiro lugar, quero saudar, em nome dos reformados, pensionistas e idosos, o nosso XVI Congresso.

Como é conhecido, os reformados, pensionistas e idosos são em Portugal mais de dois milhões e meio, o que significa que se trata de uma parcela grande no conjunto da população e da sociedade portuguesa.

Por razões conhecidas, do aumento da esperança de vida, o número de reformados vai continuar a subir, sendo a média de vida hoje, em Portugal, de 71 anos para os homens e 78 para as mulheres. Estudos e estatísticas apontam que em 2010, a média de vida será de 85 anos.

É, sem dúvida, hoje, e pelo peso que representam na sociedade portuguesa, um problema social e político que não pode ser ignorado nem subestimado pelo Estado e Governo do Partido Socialista.

Os reformados, pensionistas e idosos constituem uma camada social, na sua maioria, a viver de pensões de extrema pobreza e abaixo dos limites mínimos de subsistência. Os níveis de exclusão social, pobreza e miséria, são muito grandes, onde falta tudo: com carências quase todas de apoios culturais e recreativos, com uma vida social bastante reduzida, a falta de assistência médica e

medicamentosa, a falta de habitação social condigna e a preços sociais, de passes sociais sem restrições de horários e limitações que geram grande isolamento e solidão.

O programa do Governo PS, para esta legislatura, reconhece: «que os idosos têm, em Portugal, uma vida extremamente difícil». É também um facto que a política conhecida nos últimos anos do governo PS, pouco fez para alterar esta realidade.

Avançou com a resolução de alguns problemas pontuais, que no conjunto pouco alterou a situação de miséria com que se debatem os reformados em Portugal, ficando por resolver um conjunto enorme de problemas sociais e de fundo, problemas que se mantêm de uma forma escandalosa como nos governos anteriores do PSD/Cavaco Silva.

As pensões de reforma continuam a ser a questão central da luta e acção reivindicativa.

É necessário que os reformados continuem a sua acção e luta pela exigência de melhores pensões de reforma, para fazerem face aos encargos da sua vida pessoal e familiar, como os pagamentos das rendas de casa, da água, da luz e do telefone, e para a sua subsistência diária, sem que tenham de recorrer aos bancos alimentares.

É necessário que o Governo PS encare, como prática política do seu governo, a resolução dos problemas que atingem esta camada da população portuguesa que, depois de uma vida de luta e trabalho, é confrontada com pensões de miséria que geram e criam privações de toda a ordem.

É necessário que os reformados e as respectivas organizações tomem, cada vez mais, a consciência de que são uma força social activa da sociedade e que só organizados e na luta pode defender os seus legítimos direitos e interesses.

A existência do movimento unitário dos reformados, em Portugal, organizados à volta do (MURPI) – Confederação Nacional dos Reformados Pensionistas e Idosos e Inter-Reformados Nacional, só tem expressão e razão de existir se continuar a manter o carácter para o qual foi inicialmente criado, tendo como projecto central da sua acção a luta e a acção reivindicativa e ser o intérprete dos anseios dos reformados junto do poder político e em conjunto com os trabalhadores no activo.

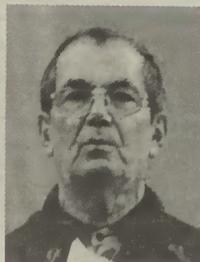
Os reformados sabem que na Assembleia da República, nas Autarquias Locais e no Parlamento Europeu as propostas mais justas e coerentes na defesa dos direitos são sempre as do PCP.

O PCP é a força política indispensável à luta e dignificação das condições de vida dos reformados, pensionistas e idosos. Foi quem na Assembleia da República apresentou o maior número de iniciativas legislativas em defesa dos interesses dos reformados.

Nas Autarquias e Câmaras CDU, o PCP tem dado importante apoio na construção ou aquisição de Centros de Dia e de convívio, apoiando iniciativas

vas e actividades culturais e recreativas de tempos livres e de lazer, permitindo a sua participação na vida activa da sociedade.

No Parlamento Europeu os deputados do PCP intervieram na área social em defesa dos reformados, em questões como: a pobreza, as pensões de reforma e invalidez e Ano Internacional do Idoso.



Rodrigo Cabaços
Membro da Direcção do MURPI e membro do PCP

Sobre o «Avante!»

Se fôssemos comparar, pelo número de linhas consagradas no Projecto de Resolução Política, a importância que o «Avante!» tem nas preocupações do Partido em relação a outras frentes de trabalho e sectores de actividade, poderíamos chegar à triste conclusão de que, Congresso a Congresso, e nomeadamente para quem originariamente redige as Teses e procura fixar as contribuições saídas dos debates preparatórios, o órgão central do Partido merece uma atenção menor.

Não nos parece que possamos medir assim a atenção que o Partido dedica ao «Avante!».

Com efeito, o Projecto assinala o papel de grande relevo que o «Avante!» desempenha na formação ideológica dos membros do Partido, na batalha das ideias, na divulgação de posições e realizações do Partido, na sua compreensão como um todo nacional.

Assinala também a necessidade de combater as subestimações existentes na promoção e difusão do nosso jornal, importante forma de dinamização da Organização e de ligação aos militantes, de contacto com pessoas muito diversas, de afirmação audaciosa das propostas e ideais do Partido.

E, apreciando os passos dados nesse sen-

tido a partir da remodelação efectuada em Fevereiro deste ano, faz notar os avanços conseguidos, **ainda que de forma desigual, no conjunto das organizações partidárias.** Avanços que comprovam **existirem grandes potencialidades para alargar a difusão quando as organizações tomam medidas nesse sentido** e que mostram que, no caso específico de um jornal como o nosso, declaradamente político e partidário, as melhorias no tratamento dos conteúdos, na forma e na diversidade dos mesmos e na sua apresentação gráfica, se podem tornar mais atraente a leitura e aumentar o interesse dos leitores e a sua fixação, não são determinantes no aumento sustentado da difusão do jornal.

A difusão e promoção da imprensa partidária, assinala o Projecto de Resolução Política, **é uma tarefa de todo o Partido. O sucesso desta tarefa, tendo em conta a natureza e a função da imprensa partidária, nomeadamente do «Avante!» como órgão central do Partido, só é possível ser alcançada se assente na Organização do Partido.** O aumento de 20 por cento na tiragem, que foi possível anunciar na Festa do «Avante!», é resultado do esforço levado a cabo em algumas organizações. Outras ainda não compre-

enderam a necessidade desse esforço ou não conseguiram vencer as dificuldades colocadas pela tarefa.

Embora sublinhando esse papel estritamente partidário, o «Avante!» é, além do mais e principalmente, um jornal. Só que não é como os outros.

O facto de o considerarmos um jornal – e não um simples boletim das actividades e das propostas partidárias – levou a sua Redacção, colectivo de camaradas onde se assinalam exemplos de profissionalismo, de qualidade de trabalho e de grande dedicação partidária, à elaboração de um projecto de remodelação que, prosseguindo no caminho encetado há vinte e cinco anos, quando o «Avante!» finalmente se tornou uma publicação legal, que tem em conta elementos de atracção para a leitura. Nova arrumação das secções, diversificação de temas e conteúdos, encurtamento de textos, recurso a um numeroso conjunto de colaboradores sobre áreas mais variadas e, finalmente a arquitectura de um novo grafismo, mais arejado, dinâmico e atraente.

Mas, repetimos, o «Avante!» não é um jornal como os outros.

É uma voz única no panorama da imprensa. Da imprensa partidária, onde é o único jornal digno desse nome; da imprensa em geral, onde há muitos anos, infelizmente, se perfila como único jornal de esquerda de expansão nacional.

Também por isso nos não faltam críticas. Justas e injustas.

Não se atrevem os nossos inimigos – que atentamente nos lêem – a acusar-nos de falta à verdade dos factos. Isso nos fazem às

vezes, porém, alguns falsos amigos, como ficou patente em certas vezes caluniosas a que demos guarida durante o debate preparatório deste Congresso.

Mas atrevem-se – os inimigos, os adversários e, também, alguns falsos amigos –, a acusar-nos das escolhas que fazemos.

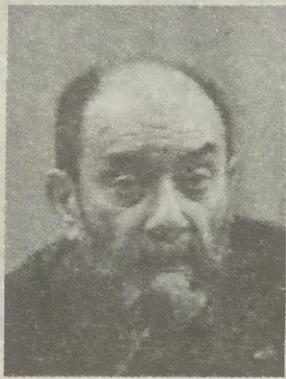
Tais acusações têm razão de ser.

Acusam-nos de não sermos como os outros e de sublinharmos de mais essa diferença.

São acusações que nos agradam. Porque correspondem à verdade. São as mesmas que dirigem ao Partido de que somos voz. Uma voz que tem identidade própria e que pretende servir os fins a que se destina.

Por isso nas nossas páginas procuramos dar destaque aos problemas, aspirações e lutas dos trabalhadores. Às iniciativas dos comunistas nas várias frentes de trabalho. Aos problemas da Juventude e às suas lutas em que a JCP tem papel destacado. Às questões internacionais valorizando as batalhas anti-imperialistas e contra a globalização capitalista.

Decerto muitas falhas e lacunas apresenta ainda o nosso trabalho. Damos conta delas diariamente e procuramos corrigi-las, tal como ouvimos com atenção as críticas que pretendem ajudar-nos. Mas mantemos firmes no caminho encetado há quase setenta anos por gerações de comunistas que com muito maior firmeza e sacrifício deram ao Partido esta voz que pretendemos manter clara e que queremos que chegue mais longe.



Leandro Martins
Membro do Comité Central

Princípios fundamentais e prática política

Em ideias e acções que percorreram o nosso século tem havido um permanente questionar de caminhos. De uma coisa estou certo: nós, comunistas, fizemos e fazemos parte de um tempo revolucionário que questionou e descobriu formas de fazer avançar grandes transformações do mundo.

À custa da História e também da nossa própria experiência, penso que descobrimos alguns princípios. Com grandes custos para nós. Mas com uma determinada certeza: a de alterar o que esteja errado.

Não renegamos o património adquirido, mas temos na mira novas aquisições de permanente inovação com base nas experiências sociais disponíveis e nas sempre novas situações existentes.

Por que adoptámos nós o marxismo-leninismo? Por coerência de análise, baseada em experiência e acção revolucionária, e não só em simples pragmatismo simplista.

Nos nossos fundamentos teóricos temos a base de um conhecimento racional, de uma análise e crítica da economia e da sociedade, articulada com uma teoria da História. Em meu entender, isto tem sido essencial para a unidade ideológica e organizativa dos comunistas, e perdê-lo seria abandonar uma referência determinante, quer para a nossa conservação como partido, quer para uma renovação contínua de ideias.

Permitiu-nos ou não o marxismo-leninismo reconhecer na sociedade capitalista a essência de fenómenos tão ocultos para além da sua aparência? Permitiu-nos ou não, ligar experiência adquirida ao conhecimento do presente, em análise concreta de situações concretas?

Na encruzilhada histórica que defrontamos, poderão alguns camaradas interrogar-se: não seria preferível deixar cair referências que, para muita gente, têm hoje conotação negativa? Só por ingenuidade podemos admitir que uma simples maquilhagem nos abria portas e possibilidades sem que trouxesse consigo desistências da função insubstituível que exercemos na sociedade portuguesa. A renovação não passa por aí.

Em torno da preparação do nosso Congresso multiplicaram-se, através da comunicação social, sugestões, conselhos e exigências para alterarmos traços (para nós fundamentais) da natureza e identidade do Partido.

A nossa guerra não é contra a comunicação social (sem esquecer que ela não é neutra

nem isenta). Mas não aceitamos que seja através dela que se pretendam determinar temas, terrenos, objectivos e formas da nossa acção. É no Partido que temos espaços para isso – e se não tivéssemos teríamos de os criar.

O que não podemos aceitar é que, invocando o exercício de uma pretensa «discussão horizontal não filtrada» se desloque a discussão democrática do Partido para uma discussão ultravertical, essa sim, filtrada por critérios mediáticos privilegiando em geral e dando protagonismo a posições e atitudes que viciam e desfiguram o funcionamento do Partido, atingem a sua acção, e são usadas contra o seu prestígio e influência.

É certo sermos muitos milhares de militantes com opiniões distintas, experiências diferentes, sensibilidades diversas. Encontramos no centralismo democrático um fundamento orgânico que procura conduzir a unidade de acção à coesão funcional. Tendendo a coordenar com coerência a acção do Partido em sectores e regiões diferenciados, com características e composição social diversas.

Temos que reconhecer que nem sempre é fácil apurar opiniões diversificadas, integrar a contribuição de opiniões diferentes em acção comum, participada por milhares de homens e mulheres, de origem social, experiência de vida, formação pessoal e até temperamento diferentes. O que o centralismo democrático nos permite é estabelecer – estavelmente – a ligação desburocratizada, viva, participada, dos militantes entre si e com a direcção do Partido, para definição da sua orientação e acção, bem como assegurar a ligação entre essas contribuições e a natureza de classe, os objectivos programáticos e os princípios orgânicos do Partido.

Sabemos que a diversidade de opiniões contribui de modo essencial para um pensamento comum, mas que este nunca dispensa a reflexão individual. O respeito pela diversidade de opiniões e a liberdade de opinião é indispensável no centralismo democrático. A imposição administrativa ou autoritária não pode substituir a discussão política e ideológica. Mas um debate frontal exige também a confissão das opiniões optativas, clareza, lealdade. O debate é condição essencial do centralismo democrático. O voto é livre expressão de opinião. E a maioria crítica para a decisão. Válida para todos.

Há no entanto que distinguir entre o legítimo (e necessário) confronto de opiniões

visando atingir uma posição colectiva – e a confrontação sistemática, pondo em causa a coesão e funcionamento dos organismos e do próprio Partido. No debate e confronto de ideias, não «vale tudo». Temos normas, colectivamente elaboradas e livremente aceites. Quantas vezes opiniões, mesmo sendo válidas, não ficam prejudicadas pela forma como são defendidas? Será legítimo, por exemplo, taxar de «suspeição» as críticas, os desacordos ou opiniões que se oponham às nossas, exercendo assim inaceitável pressão para as desacreditar ou fazer calar? Ou lançar a suspeição sobre todo o funcionamento do Partido apresentando-o como viciado por um ambiente de suspeição?

Não iremos enredar-nos aqui, certamente, na teia de intrigas e pressões que através da literatura mediática procuraram condicionar este Congresso. Mas não quero deixar de referir que as rotulagens de «renovadores» e «ortodoxos» caricaturam a realidade do nosso Partido e que com os fantasmas de «perseguições», «suspeições» e «caça às bruxas» se sopram brasas que atizam calúnias e campanhas de anticomunismo.

A experiência tem mostrado também que o desrespeito expresso ou implícito por essas normas conduz à transformação de diferenças de opinião em tendências e ao combate de lideranças, próprio dos partidos que funcionam como gestores do sistema capitalista – cuja real direcção e estabilidade, é bom lembrar, é gerida pelo poder económico, à margem e por cima das forças políticas que o representam no plano político.

Quando a diferença de opiniões se transforma em confrontação permanente e se cristaliza em tendências, gera lógicas adversas, com pólos de direcção contrapostos. Que ninguém duvide que isso levaria a um grave perigo para a nossa acção e influência, criando dinâmicas de fragmentação do Partido.

Pergunto se renunciar ao centralismo democrático, engendrado e criado à nossa custa e com o nosso engenho, seria ou não pôr em causa a capacidade de estruturação nacio-

nal do PCP, a sua independência de círculos dominantes, com tudo o que isso representaria de prejuízo para as nossas responsabilidades ante os trabalhadores e, até, para a defesa e aprofundamento da democracia portuguesa. Para quê? Marginalizando-nos em reprodução de problemas, ideias e processos gerados por uma sociedade capitalista, que sem garantir a sua própria dinâmica anda a arriscar o próprio mundo?

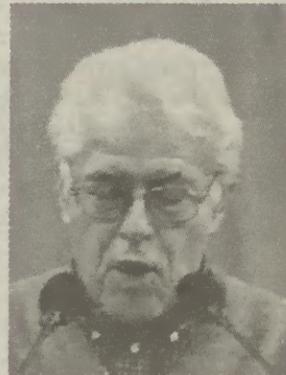
No nosso Partido conseguimos uma coesão orgânica e funcional necessária – indispensável – para garantir a sua capacidade de acção e a sua influência não só nas nossas bases sociais de apoio fundamentais, como em relação a outras camadas sociais potencialmente revolucionárias.

Para essa estabilidade o centralismo democrático tem sido um instrumento orgânico fundamental. Sem derivas. Sem guinadas de orientação política. Nem vassouradas orgânicas.

Renovação? O PCP tem experiência disso. Quando e como as situações e condições o exigem. Inovando, criando, transformando, sem perder património histórico e objectivos fundamentais. Os críticos da nossa coerência política e ideológica nem vêm que a nossa história está marcada por renovações. Desde a criação de condições para a luta em clandestinidade à passagem para um grande Partido de massas em democracia. Desde o entrelaçar de gerações com passagem de testemunho ao novo Programa do Partido aprovado no XII Congresso, tendo como horizonte uma democracia socialista capaz de garantir a real aplicação dos direitos-humanos: políticos, económicos, sociais, culturais e nacionais. Utopia? Não, projecto de futuro. De luta e de proposta.

Há uma história que está à nossa espera. Mas que não pode esperar por nós, dentro ou fora do nosso país, em erros, atrasos de análises ou hesitações. Porque a história tem memória. E desde há mais de um século que está nela inscrita a nossa.

Pode custar? Há-de custar, decerto. Mas enquanto comunistas a nossa preocupação principal tem que ser uma, custe o que custar – a de transformar o mundo.



Aurélio Santos
Membro da Comissão Central de Controlo e membro do Comité Central

Festa do «Avante!»

Em nome do colectivo da Festa do «Avante!» saúdo todo o Partido e o XVI Congresso, convicto que na actual difícil situação partidária, só com todo o Partido e com a nossa firme determinação será possível vencer as dificuldades.

O Partido, os trabalhadores, e o povo português exigem-no; está nas nossas mãos fazê-lo.

Recordo aqui que desde a FIL, passando pelo Jamor, Ajuda, Loures e finalmente na nossa Quinta da Atalaia, são 25 anos, 25 Festas de intensa luta e esforço partidário para a sua realização, não da Festa pela Festa, mas inseridos na luta e na vida do Partido, no percurso acidentado da Revolução Portuguesa. Mas é gratificante ouvir no Partido e pelo país — como é exemplo o de alguns que trabalham neste Pavilhão —, que foi na Festa que aprenderam uma profissão, que contactaram com outras actividades, que conviveram com outra gente, enfim, que se tornaram e fizeram Homens e Mulheres.

É gratificante ouvir em largos e variados sectores da sociedade portuguesa a grande admiração pela capacidade de organização e de actuação que o Partido e a Festa mostram com a realização de uma Festa, que ultrapassa em muito, na sua influência, as

fronteiras partidárias. Esta realização partidária é hoje já uma afirmação de capacidade, de unidade, de liberdade, de abertura e de permanente renovação, que sendo património do Partido é já património do povo português. É com alegria e determinação que o saberemos defender.

A Festa — que não uma feira — continua a ser uma indispensável afirmação cultural e de massas do PCP. Sabemos — e todos o reconhecem — que nenhuma outra força partidária seria capaz de a imitar:

- porque é uma afirmação da mobilização e militância plena (na Atalaia, e também de Norte a Sul), na concepção, no projecto, na construção, na realização e no funcionamento;

- porque é uma afirmação de militância de operários, camponeses e empregados, de quadros técnicos e intelectuais que desinteressada e generosamente mantêm na prática os valores dos nossos princípios;

- porque sendo uma Festa da juventude é uma Festa da criatividade, da liberdade, do progresso que acompanha o pulsar da vida, valores inseparáveis e perenes sem os quais a Festa deixaria de ser a Festa de Abril e passaria a ser a feira da Atalaia;

- porque é a Festa da unidade de todo o Partido e simpatizantes, integrando as von-

tades, os esforços, as propostas, as ideais de um vasto leque de contribuições e opiniões — as mais diversas —, que asseguram uma ligação quotidiana aos problemas, contradições e anseios que atravessam a sociedade portuguesa;

- porque é uma grande Festa do Povo.

A Festa não pode ser:

- um acto de rotina, burocracia ou tarefismo, (com o seu desgastante e desmotivador desenrascar) porque terá de ser uma afirmação viva, inovadora e criativa do Partido;

- uma tarefa esgotante e cansativa, porque tem de ser uma afirmação feliz e galvanizadora da energia revolucionária que cada um tem dentro de si;

- uma repetição ano após ano, porque terá de ser uma afirmação da vida que não paralisa no tempo, antes se renova dia a dia;

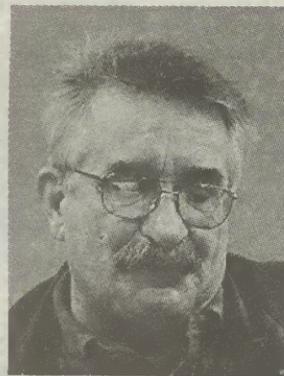
- uma colagem a actos, presenças ou situações casuístas, porque terá que reflectir um Partido coerente e com propostas actuais e actualizadas.

Em 2001, com um Partido aberto à vida e atento às mudanças, lutando por uma transformação social e apto a responder às tarefas e desejos que se colocam, empenharemos as nossas forças na superação das dificuldades, na luta política que se avizinha e, em que serão marcos importantes a comemoração dos 80 anos do Partido, os 25 anos da Festa do «Avante!» e as eleições autárquicas.

Para tal é exigida qualidade (profissional, humana e de valores) e também determinação, organização, unidade, espírito de ambição e de juventude, capaz de prosseguir nas novas condições o prestígio e o historial de 80 anos de luta

e de 25 anos de Festa.

Nós estamos dispostos a manter firme esta frente de trabalho e a empenharmos as nossas melhores forças com determinação na defesa e reforço do Partido para a concretização de uma alternativa de esquerda, no interesse dos trabalhadores e do Povo Português.



Fernando Vicente
Membro do Comité Central
e do Secretariado da Festa
do «Avante!»

As eleições autárquicas de 2001

Chegar a esta tribuna e dizer-vos que o tempo passa a correr constituirá uma afirmação capaz de suscitar alguma estranheza ou expectativa. Mas ela ganhará provavelmente sentido e compreensão se vos acrescentar que estamos a pouco mais de uma ano da realização das eleições autárquicas, e que elas constituirão uma das mais importantes batalhas políticas de 2001. E que este horizonte no tempo, aparentemente distante, está já suficientemente próximo face às exigentes e complexas tarefas capazes de lhe dar a resposta necessária e com êxito.

Abordar hoje estas eleições tem naturalmente a sua margem de incerteza.

É verdade que não é hoje possível determinar com inteiro rigor o quadro político, eleitoral e até legal em que decorrerão as próximas eleições. Em que medida voltarão a pesar como em 1997 factores nacionais e não tanto o mérito do trabalho autárquico de cada força política. Qual a arrumação das forças políticas em presença, qual a amplitude dos acordos à direita e qual a extensão dos acordos mais ou menos disfarçados da direita com o PS. E se a lei eleitoral continuará a possibilitar a manifestação de vontade livre dos eleitores na constituição dos órgãos municipais ou se pelo contrário, prevalecerá a intenção de acabar com a eleição directa para as Câmaras e assim acentuar factores de bipolarização e dramatização eleitoral.

Mas também já hoje há seguramente algumas certezas.

A primeira, a que decorre de virmos a enfrentar nestas eleições um adversário disposto a tudo fazer para manter e ampliar o controlo sobre a vida do País, obcecado com o poder absoluto, manifestamente determinado a usar e abusar do aparelho de Estado e dos seus meios para condicionar e viciar a disposição e vontade do eleitorado. Se há hoje algo de seguro é que o PS e o Governo não olharão a meios para atingir fins, e que lhes sobra em meios o que lhes falta em escrúpulos. Não são acusações gratuitas. Basta olhar para o que se assiste para prever até onde irão. É vê-los já a

colocar quadros do PS na direcção de centros de emprego, de formação profissional, do Inatel ou de governos civis com o único objectivo

de os utilizar para os promover como candidatos a apresentar às eleições autárquicas. É vê-los a usar posições de chefia em estruturas do Estado para colocar obstáculos ao normal desenvolvimento do trabalho de autarquias da CDU. É vê-los a utilizar os ministérios para instrumentalizar e desviar investimentos como são ostensivo exemplo o papel do ministro Jorge Coelho com as Obras Públicas, do ministro José Sócrates a seleccionar projectos para o Ambiente e

ciudades para o Polis, ou Elisa Ferreira na gestão do III QCA. Um cortejo de atitudes e procedimentos que condena por si os que os promovem, mas que encontrará na denúncia política e no esclarecimento a resposta que as não deixará impunes.

A segunda certeza, e aquela que mais importa, está em que é no nosso trabalho e na nossa acção que encontraremos a resposta mais segura e adequada à batalha eleitoral que temos por diante.

Desde logo a necessidade de concebermos a preparação destas eleições no quadro geral da acção do Partido. O que não significa desvalorizar as acções e medidas especificamente eleitorais, nem subestimar o contributo decisivo que o mérito do nosso trabalho autárquico dão para a construção do resultado eleitoral. Mas com a consciência de que também da nossa acção geral, da amplitude da luta de massas, do movimento social de protesto, da valorização da presença e afirmação do Partido decorrerão elementos que nos permitem criar as condições mais favoráveis para travar este combate.

Há que adoptar desde já as medidas indispensáveis à intervenção eleitoral. Ou seja afirmar o nosso trabalho, divulgá-lo e valorizá-lo; encontrar força no apoio popular às nossas propostas e projectos; constituir listas capazes de responder às expectativas das populações e assegurar um trabalho futuro ao nível das nossas responsabilidades;

confirmar e ampliar a CDU como um amplo espaço de participação e realização democrática e em que seja crescente o número de cidadãos que se juntem aos militantes do PCP, dos Verdes e da ID.

Há que ter presente o peso inestimável do nosso trabalho autárquico enquanto factor de confiança e apoio eleitoral e a necessidade de o manter ao nível das expectativas e aspirações das populações. E assim dar uma atenção crescente aos inúmeros problemas que no dia-a-dia se colocam e procurar resolvê-los. Considerar como a primeira das prioridades a participação e a ligação às populações, necessárias à sensibilização para os pequenos problemas que só a proximidade às pessoas nos dá. Continuar a dar a indispensável e devida atenção às pessoas, particularmente as com maiores dificuldades, fazendo-as sentir que contam, elevando a sua estima própria, combatendo o seu desencanto e desilusão.

E temos também de fazer aquele esforço de olhar para trás, não apenas para ver tudo o que de positivo realizámos, mas também para ter em conta as insuficiências e os erros que em momentos anteriores estiveram na origem de insucessos e de resultados menos conseguidos. Ou seja, avaliar agora aqueles aspectos do nosso trabalho que podem ajudar a alimentar insatisfações, dar pasto a avaliações críticas e cimentar desencantos. Seja no eventual distanciamento face aos problemas e às populações que inevitavelmente conduzem ao isolamento na gestão, à rotina e à dificuldade de dar aqueles novos passos e iniciativas que a situação exija. Seja a insuficiente ligação das organizações do Partido às populações e à sua capacidade de influir socialmente que se traduz na dificuldade de percepção do ambiente político local e da capacidade de querer ouvir

e perceber sinais e opiniões que se podem manifestar no momento da eleição. Seja na menor observância de critérios de rigor na nossa conduta e procedimentos no exercício dos cargos com os inevitáveis e acrescidos custos eleitorais, se comparados com outros.

Preparamo-nos para travar esta batalha em todo o País no quadro da CDU, à excepção da cidade de Lisboa onde a avaliação do trabalho realizado pela Coligação Mais Lisboa aponta para a sua continuação.

Estamos certos das dificuldades mas também das nossas possibilidades, da força da acção organizada do Partido e do reconhecido valor e prestígio do nosso trabalho autárquico.

Por isso nos propomos concorrer ao maior número de autarquias e assim ir o mais longe possível na afirmação, pela sua presença, do papel e influência do PCP.

Por isso apresentamos como objectivo a confirmação das nossas posições, a conquista de novas autarquias e o alargamento da nossa presença a outras. São objectivos exigentes, mas necessários e possíveis.

O principal desafio que nos está colocado é o de ter presente que está nas nossas mãos, e no nosso trabalho, agir para influir positivamente no quadro geral em que decorrerão as próximas eleições. E afirmar a CDU e o PCP como uma grande força nacional autárquica, com um peso e uma influência correspondentes ao valor do seu trabalho e do prestígio conquistado pela sua obra junto do nosso povo.

E assim contribuir também nas autarquias, importante frente de trabalho onde militam e intervêm milhares de comunistas, para a acção convergente e a luta geral do PCP pela construção de uma vida melhor e de uma nova sociedade.



Jorge Cordeiro
Membro da Comissão Política do Comité Central

Solidariedade e luta

Como é habitual, os delegados ao Congresso não esqueceram os povos em luta nem a actual situação internacional. Contando com a presença de 63 delegações de partidos comunistas e forças progressistas, o Congresso aprovou duas moções.

A primeira - aprovada por maioria, com uma abstenção - denuncia a corrida aos armamentos, a militarização do planeta, o novo conceito estratégico da Nato e o papel desempenhado pelos EUA.

A segunda - aprovada por maioria, com duas abstenções - manifesta a solidariedade com a luta do povo palestino contra a ocupação israelita e exige o regresso à mesa de negociações.

Nestas páginas publicamos as duas moções aprovadas.

Justiça para a Palestina

O XVI Congresso do PCP saúda fraterna e calorosamente o povo palestino e a sua longa e heróica luta de libertação nacional, contra a ocupação e brutal repressão israelita, pelo direito à sua pátria, à sua autodeterminação, à paz. Nesta longa caminhada pela liberdade são inúmeras as vítimas, em

memória das quais nos inclinamos.

Apesar dos acordos assinados entre a Autoridade Palestina e o governo israelita, apesar das sucessivas concessões palestinianas, haveria de chegar em fins de Setembro último a pérfida provocação de Ariel Sharon que suscitou a

indignação e o levantamento popular.

Mais uma vez a Intifada - símbolo de luta e resistência para todos os povos em luta - voltou às ruas dos territórios ocupados.

Mais uma vez as pedras de revolta e indignação, mas também de coragem e convicção, foram o grito da liberdade tentando fazer frente ao arrogante poderio militar israelita. Mas do outro lado das pedras estão mísseis, helicópteros, metralhadoras. Desse lado está o horrível poder da força repressiva. São cerca de três centenas de mortos e mais de 10 mil feridos as vítimas de mais esta agressão israelita, contando-se entre elas uma imensamente triste maioria de jovens e crianças.

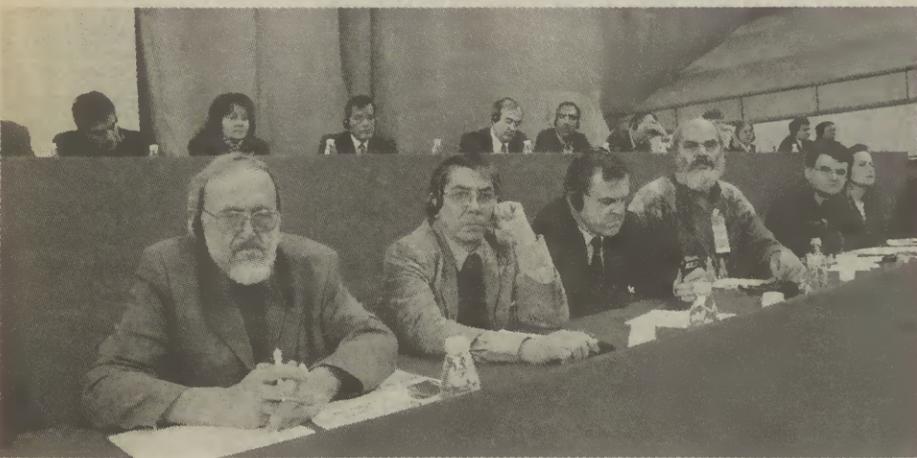
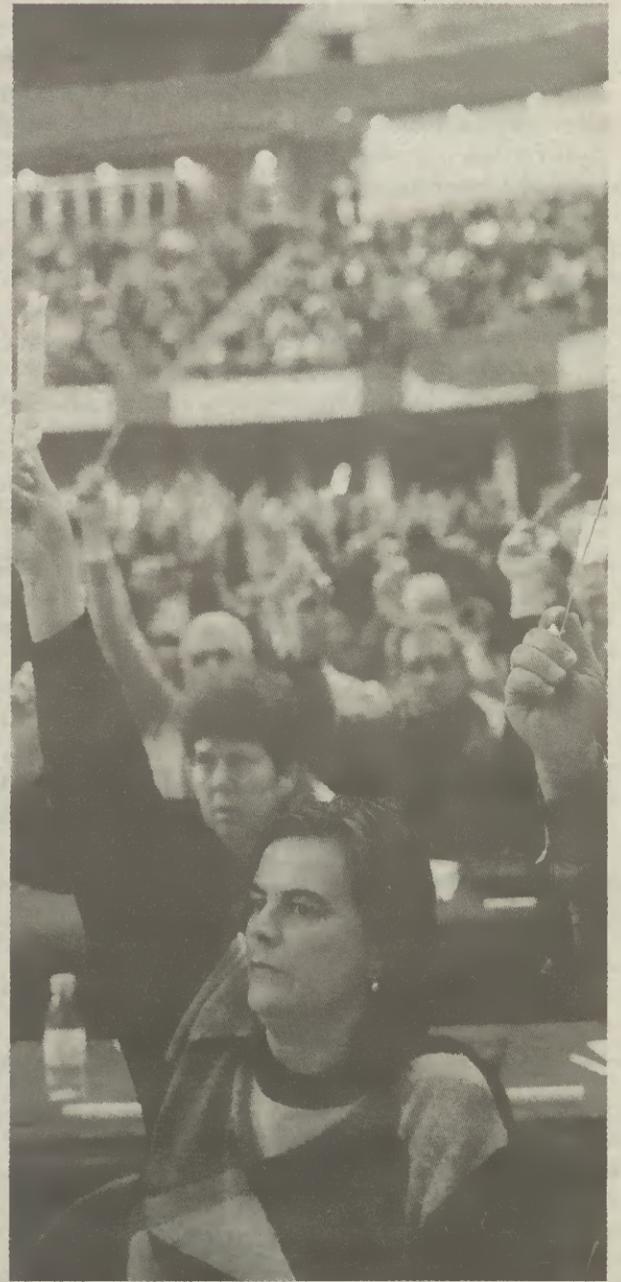
O XVI Congresso do PCP, reunido em Lisboa nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro:

- condena veementemente a política de autêntico terrorismo de Estado e de genocídio do povo palestino conduzida por Israel contra o povo palestino. Condena igualmente a hipocrisia e cumplicidade dos EUA e outras grandes potências com esta política;

- exige o fim imediato da violência e repressão israelitas, a retirada das tropas de Israel para as posições anteriores a 28 de Setembro e o regresso à mesa das negociações reconhecendo os direitos nacionais do povo palestino;

- manifesta a sua solidariedade ao povo palestino, à OLP e a todas as suas componentes e à sua luta pela libertação dos territórios ocupados e a edificação do Estado da Palestina.

Só com a retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados, a criação de um Estado da Palestina com Jerusalém Leste como capital, a libertação dos presos políticos das cadeias de Israel e o regresso ou devida compensação para os refugiados palestinos se conseguirá a tão necessária paz, justa e duradoura, no Médio Oriente.



Em defesa da paz

A humanidade enfrenta um gigantesco desafio. Sob a batuta imperial da administração dos EUA prossegue a corrida aos armamentos nucleares, incluindo no espaço, e a militarização do globo. O novo conceito estratégico da NATO, a guerra de agressão à Jugoslávia, o propósito de estacionar armas nucleares na República Checa, na Hungria e na Polónia, a criação do «exército europeu» e a transformação da União Europeia num bloco político-militar, o reforço da cooperação militar dos EUA com o Japão, são elementos altamente preocupantes.

O objectivo desta corrida é colocar o planeta à mercê dos EUA, da NATO e dos seus principais aliados e impor as suas ambições imperialistas. Esta política militarista choca-se com os interesses de todos os povos e da própria humanidade.

O XVI Congresso denuncia a participação do governo de Portugal nesta orientação, seja apoiando no essencial a política dos EUA, seja par-

ticipando activamente na NATO, como no caso da guerra contra a Jugoslávia.

O XVI Congresso do PCP reclama o progressivo desvinculamento de Portugal da estrutura militar da NATO com vista à saída deste bloco político-militar e a sua dissolução. Reclama também uma nova posição de Portugal na União Europeia com defesa activa de uma política de cooperação e segurança entre todos os Estados e povos da Europa.

O XVI Congresso considera que a verdadeira segurança não assenta nos arsenais de armamentos de todo o tipo, mas sim numa política de desenvolvimento económico sustentado que assegure aos trabalhadores e aos povos uma vida digna, conforme as suas necessidades e aspirações.

A política militarista dos EUA e das grandes potências capitalistas não respeita as aspirações dos trabalhadores e dos povos a viver em paz e de acordo com a sua opção soberana, recorrendo para o efeito a ingerências, pressões, chantagens, bloqueios e até brutais agressões.

O XVI Congresso do PCP expressa a sua solidariedade a todos os povos vítimas de agressões e em luta pela sua liberdade, pela defesa da sua soberania, integridade territorial e direito a determinar o seu próprio caminho de desenvolvimento.

O XVI Congresso considera que no dealbar de um novo milénio é possível viver em paz, e que o PCP tudo fará, como grande Partido nacional, para atingir esses objectivos.

O XVI Congresso considera que nesta luta cabe um papel insubstituível aos Partidos Comunistas e a outras forças e organizações progressistas que, com o seu inquebrantável apego à paz, podem mobilizar os cidadãos, os trabalhadores e os povos para esta luta.

O XVI Congresso do PCP exorta os seus militantes, simpatizantes, as mulheres, os homens, os jovens, todos os amantes da paz, a empregarem os seus esforços na luta para deter a política de guerra e a agressão imperialista e operar uma viragem no sentido da cooperação e segurança internacional.

O XVI Congresso saúda todos os movimentos da paz e de solidariedade, valorizando a sua riqueza unitária e perseguindo com eles o sonho antigo do Homem, o sonho de viver em paz.

GM e Ford reduzem custos

A General Motors, a maior companhia do mundo, anunciou que vai reduzir cinco mil empregos na Europa, ou seja, dez por cento do total de assalariados no velho continente, tendo igualmente decidido acabar com a Oldsmobile, a marca mais antiga do grupo. O gigante de Detroit admitiu que os lucros vão ser muito inferiores às expectativas do quarto trimestre e apontando perdas no mercado europeu na ordem dos 181 milhões de dólares (cerca de 37 milhões de contos). Entretanto, a bolsa de Wall Street reagiu bem às más notícias do construtor automóvel, cujas acções mantiveram-se em alta, já que o anúncio foi acompanhado de um plano de redução da produção e do emprego. Por seu lado, o director geral da Ford Europa, David Thursfield, revelou a intenção da companhia acelerar a sua reestruturação na Europa com receio de prejuízos que podem atingir os mil milhões de dólares. Thursfield, segundo o jornal britânico Financial Times, chegou mesmo a anunciar uma redução de pessoal em 10 por cento.

Fusão suprime 16 mil empregos

O grupo bancário Lloyds TSB prepara-se para suprimir cerca de 16 mil empregos, passando de 107 mil para 91 mil trabalhadores, se se concretizar a fusão com o banco Abbey National. Esta instituição, que emprega 30 mil pessoas, já confirmou a oferta de compra da parte do Lloyds, mas parece preferir uma fusão com um outro banco, o Bank of Scotland, segundo o jornal britânico The Sunday Times.

UE concede empréstimo à Ucrânia

A Comissão Europeia aprovou na passada semana a concessão de um empréstimo de 585 milhões de dólares (130 milhões de contos) à Ucrânia, destinados à construção de dois reactores nucleares cuja produção deverá compensar o encerramento definitivo da central de Tchernobil. Os novos reactores, a instalar nas centrais nucleares de Khmel'nitski e de Rivne, são financiados pela agência europeia para a energia atómica, Euratom.

Vitivinicultores exigem viabilização da Casa do Douro

A força da lavoura

Milhares de vinicultores da região duriense manifestaram-se na passada semana junto à Assembleia da República, onde decorria um debate de urgência sobre a difícil situação da Casa do Douro.

Os agricultores, que se deslocaram até Lisboa em cerca de 130 autocarros, passaram primeiro pela Rotunda do Marquês de Pombal onde deixaram uma coroa de flores em homenagem àquele governante, que decretou a criação da Região Demarcada do Douro no século XVIII. Fortemente vigiados por um contingente de cerca de 80 elementos do Corpo de Intervenção da PSP, só depois chegaram ao largo frente ao palácio de S. Bento, onde receberam a solidariedade do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e de outros dirigentes comunistas.

No hemiciclo, o debate decorria a pedido da bancada social-democrata, mas esse facto não impediu o deputado do PCP, Lino de Carvalho, de recordar as responsabilidades do PSD na crise da Casa do Douro.

Como sublinhou, a criação da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro foi uma imposição do PSD em 1995, que na altura «ignorou olímpicamente» as justas críticas do PCP à nova organização institucional que iria retirar poderes e receitas à Casa do Douro, em prejuízo da produção e dos produtores. Lino de Carvalho recuou mesmo a 1986 para lembrar que o PSD chegou a propor, pura e simplesmente, a extinção da Casa do Douro. «Vê-se agora quem tinha (e tem)

razão! Vê-se agora quem é o responsável pelo pecado original», salientou o deputado comunista.

As dificuldades da Casa do Douro afectam 30 mil produtores

Mas também o PS, «que à época acompanhou algumas das nossas preocupações», não está isento de críticas. Lino de Carvalho acusou o partido do Governo de ter «rapidamente passado uma esponja por cima dos seus compromissos» e de ter arrastado «até ao limite a assinatura do protocolo de saneamento financeiro com pressões intoleráveis sobre a então direcção da Casa do Douro».

As razões da crise

O processo de indefinição e de dificuldades financeiras por que tem passado a Casa do Douro ao longo dos últimos anos deve-se, segundo explicou Lino de Carvalho, aos interesses do grande comércio exportador e dos maiores produtores de vinho fino. Estes sectores «sempre aspiraram a terminar com as regras vigentes para a produção do generoso» e «nunca esconderam o desejo de reduzir substancialmente os poderes da Casa do Douro enquanto instituição representativa da lavoura duriense que concentra a responsabilidade de defesa da produção e dos produtores e sem a qual a balança de forças na região se

desequilibraria em absoluto a favor dos mais fortes». Recordando-se que a Casa do Douro representa 30 mil produtores, 85 por cento dos quais produzem menos de 10 pipas.

Solidária com a manifestação, a Confederação Nacional da Agricultura exigiu em comunicado que o Governo «se deixe de baixas manobras e apoie jurídica e

financeiramente as estruturas da Casa do Douro, com integral respeito pelos direitos históricos da instituição e dos lavradores e da região duriense».



Carlos Carvalhas deixou uma mensagem de solidariedade aos lavradores do Douro e reafirmou o empenhamento do PCP na resolução dos problemas



A qualidade do famoso vinho pôde ser comprovada por quem passou pela manifestação

Comunistas apontam soluções

Os manifestantes acabaram por abandonar Lisboa levando consigo mais uma mão cheia de promessas do Governo. Foi o próprio ministro da Agricultura que garantiu no Parlamento que vai ajudar a Casa do Douro a ter «autoridade financeira sustentável» para resolver os cerca de 20 milhões de contos de passivo. No entanto, o governante não disse como. Só o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de resolução que, esse sim, propõe soluções concretas para as reivindicações dos vitivinicultores do Douro.

O documento defende a alteração dos estatutos da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro e da Casa do Douro, de modo a permitir a recuperação por esta última dos poderes públicos de controlo da disciplina e da regulação de produção de vinho do Porto. Em causa estão designadamente as atribuições que detinha no controlo das «contas correntes» e da «conta produtores», as declarações de produção, a repartição do benefício bem como da gestão e escoamento dos stocks e do cadastro dos produtores, com as correspondentes receitas.

O PCP preconiza a intervenção do Estado na resolução da actual crise financeira o que passa pelo pagamento à Casa do Douro das dívidas do Estado de modo a que aquela instituição possa cumprir o protocolo de saneamento financeiro celebrado com o Governo em 1998.

O projecto estabelece ainda a garantia na próxima campanha do crédito de litragem na proporção do volume de benefício não utilizado estes anos por cada produtor devido às condições climáticas. Por outro lado, os comunistas consideram que a transferência de novos direitos de plantação só deverá concretizar-se após parecer vinculativo da Casa do Douro e em favor dos pequenos e médios vitivinicultores, aos quais devem ser alargadas as condições de acesso aos apoios financeiros ao abrigo do 3.º Quadro Comunitário de Apoio.

Agricultores do Oeste exigem apoios

Agricultores da Associação de Criadores e Produtores Agrícolas do Oeste (ACPAO) desfilaram, na segunda-feira, nas Caldas da Rainha, exigindo o apoio do governo para os prejuízos na produção de maça e na venda de bovinos.

O desfile com tractores percorreu as principais ruas da cidade, causando constrangimentos no trânsito, e só parou junto à Zona Agrária do Alto Oeste e à Câmara Municipal onde foi entregue um documento com as exigências dos agricultores.

Designadamente exigem a abertura de uma linha de crédito a cinco anos, sem juros, e isenção de pagar segurança social

durante um ano, segundo afirmou à Lusa, António Ferraria, presidente da Federação de Agricultores do Distrito de Leiria (FADL), filiada na Confederação Nacional da Agricultura.

O mesmo dirigente referiu que o «pedrado» – problema decorrente de condições climáticas adversas – provocou este ano «quebras da ordem dos 75 por cento na produção de maça na região». Mas também os produtores de carne bovina, que passam sérias dificuldades devido à doença das vacas loucas, exigem ser compensados para poderem manter as explorações.

Desacordo salarial paralisa Espanha

Dois milhões de funcionários públicos espanhóis entraram em greve, na passada quinta-feira, reivindicando um aumento salarial de 4,7 por cento face aos 2,0 por cento da proposta governamental. A greve geral de 24 horas foi precedida por dezenas de outras manifestações marcadas para o final do dia em mais de 40 capitais de província. A paralisação afectou todos os serviços públicos, desde a saúde ao ensino, aeroportos, correios, tribunais, entre outros. O problema dos aumentos salariais ameaça a paz social vivida ao longo dos últimos anos, sobretudo pela perda de poder aquisitivo face ao descontrolo da inflação. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) publicados na semana passada, o salário médio dos trabalhadores espanhóis cresceu 2,4 por cento no terceiro trimestre do ano, quando a taxa de inflação em finais de Setembro se situava em 3,7 por cento.

Tribunal confirma vitória de Iliescu

O Tribunal Constitucional romeno confirmou na passada semana o resultado das eleições presidenciais, cuja anulação fora pedida pelo candidato da extrema-direita, Corneliu Vadim Tudor, a pretexto de «fraude eleitoral». A segunda volta das presidenciais foi ganha pelo antigo Presidente Ion Iliescu com 66,83 por cento dos votos, contra 33,17 de Tudor. Na primeira volta, o candidato da extrema-direita e conhecido por posições ultranacionalistas e xenófobas, obtivera 28 por cento. Durante a campanha para a segunda volta anunciara «uma gigantesca fraude eleitoral» contra a sua candidatura, denúncia que os analistas interpretaram como a justificação de uma derrota inevitável, já que praticamente todos os partidos apelaram ao voto contra a extrema-direita.

Putin em Cuba

Vladimir Putin terminou no domingo uma visita de quatro dias a Cuba, a primeira de um presidente russo à ilha desde o fim da União Soviética. Putin manteve várias rondas de conversações oficiais com Fidel Castro, com quem assinou cinco acordos de cooperação bilateral nas áreas económica, jurídica e sanitária. Qualificando Cuba como «amigo antigo e fiel», o presidente russo confessou à imprensa cubana que «o lugar ocupado pelas companhias russas tem vindo a ser substituído pelas concorrentes ocidentais». «É o momento de restabelecer os nossos laços com Cuba e responder aos interesses económicos da Rússia», afirmou.

Sondagem revela que a maioria da população norte-americana é favorável à eleição directa do presidente

Colégio Eleitoral elege Bush

O imbróglio das presidenciais norte-americanas chegou ao fim. Ganhou George W. Bush, o candidato com menos votos.

Seis em cada dez norte-americanos querem passar a eleger o presidente dos EUA por votação directa, revela uma sondagem publicada esta semana pela cadeia de televisão ABC e pelo diário *The Washington Post*. Caso este sistema estivesse em vigor, não seria Bush mas sim Al Gore a ocupar a Casa Branca nos próximos quatro anos.

Com a actual forma de eleição, o candidato **perdedor** conquistou mais 300 000 votos do que o seu adversário declarado **vencedor**, facto que o eleitorado norte-americano está longe de conseguir assimilar com naturalidade.

O debate para a reforma do sistema eleitoral está lançado, mas as forças que se opõem à mudança, a começar pelos próprios congressistas e senadores, deixam adivinhar que a batalha não será fácil.

Alegam os defensores do actual processo que, a desaparecer o Colégio Eleitoral, cuja composição é definida em função da população de cada Estado, os Estados

com menos população, isto é, politicamente menos rentáveis, correm o risco de ficar esquecidos. Tendo em conta que, na modalidade vigente, muitos dos pequenos valem menos do que poucos dos grandes, o argumento é no

Al Gore perde com 300 000 votos a mais do que Bush



A 20 de Janeiro, Bush toma posse, mesmo sendo o candidato menos votado

mínimo obtuso, pelo menos à luz dos mais elementares princípios democráticos. A comprová-lo está o facto de, tal como aconteceu este ano, um candidato poder ter a maioria dos votos à escala nacional mas perder no Colégio Eleitoral.

Quatro votos muito disputados

Na segunda-feira, cumprindo o calendário legalmente fixado, o Colégio Eleitoral, composto por 538 «grandes eleitores» dos 50 Estados do país, votou e elegeu de facto o presidente: 271 votos para Bush e 267 para Gore.

O resultado da votação foi enviado para Washington, onde finalmente será aprova-

do a 6 de Janeiro na sessão conjunta da Câmara dos Representantes e no Senado. O novo presidente toma posse a 20 de Janeiro.

A polémica gerada em torno da eleição dos 25 «grandes eleitores» da Flórida, que acabou por ser resolvida pelo Supremo Tribunal dos EUA com o reconhecimento da incapacidade de proceder à recontagem dos votos dentro dos prazos legais, fez convergir as atenções para a votação do Colégio, ao contrário do que é costume. De acordo com declarações de diversos representantes do Colégio, as pressões sobre os eleitores assumiram proporções nunca vista, tentando influir no seu sentido de voto.

Uma organização com o nome de Cidadãos pela Ver-

dadeira Democracia desencadeou mesmo uma campanha na Internet fornecendo o nome, morada e número de telefone de representantes republicanos ao Colégio Eleitoral e apelou ao público para lhes enviar a seguinte mensagem: «Se o Colégio Eleitoral contradisser a vontade popular da nação, a democracia norte-americana fará face a uma crise de legitimidade. Você tem o poder de ajudar a nossa nação a evitar essa crise.»

O esforço não resultou, nem tão-pouco as tentativas de aliciamento que os representantes disseram ter recebido. Pela quarta vez na história dos EUA, o futuro inquilino da Casa Branca é o candidato menos votado. Coisas da democracia à americana.

Previsões da CIA para 2015

O risco de ataques contra os EUA, envolvendo armas químicas, biológicas ou nucleares, é hoje maior do que durante a guerra fria e continuará a aumentar nos próximos 15 anos. Quem o afirma é um conjunto de especialistas convidados pela CIA para fazerem o prognóstico da evolução mundial nos próximos 15 anos, num documento divulgado segunda-feira pelo *Washington Post*.

O relatório, intitulado *Tendências Globais 2015: um diálogo sobre o futuro com especialistas não governamentais*, está longe de se poder considerar optimista. Se, por um lado, segundo as previsões, os EUA vão reforçar a sua liderança a nível mundial, por outro lado, admite-se que o processo de globalização da economia pode dividir o mundo entre os que têm e os que não têm, suscitando «frustrações, desigualdades e agravamento das tensões existentes», com todas as suas consequências e implicações a vários níveis, incluindo o reforço do crime organizado e o crescente recurso à violência. O alvo preferencial seriam os EUA, com ataques «cada vez mais sofisticados, concebidos para provocar um grande número de vítimas». Segundo os peritos, «o objectivo dos adversários será transportar o seu armamento para uma distância próxima do território norte-americano que permita o ataque», e não o recurso a armas intercontinentais.

Perspectivas negras

De acordo com o estudo, alguns cenários, improváveis, mas possíveis, podem ocorrer, como uma «aliança geoestratégica de facto» entre a China, Rússia e Índia, para contrabalançar a influência norte-americana; ou o colapso da União Europeia devido a divergências políticas; ou ainda a formação de uma coligação internacional com «diversos objectivos antiocidentais».

Descendo ao pormenor, o relatório prevê para a Rússia um futuro sombrio: considerando que, do ponto de vista económico, a Rússia já bateu no fundo, os prognósticos são de décadas de decadência, com «a população a pagar a factura social sob a forma de alcoolismo, doenças cardíacas, drogas e a degradação do sistema sanitário».

Para o Japão, os peritos prevêem a redução da sua influência económica, enquanto para a China as opiniões se dividem, com alguns a antecipar o crescimento do seu poderio graças ao desenvolvimento económico, e outros a pôr em causa a estabilidade do país devido a pressões sociais e políticas.

Quanto aos recursos, o sector mais problemático será o do abastecimento de água, embora a fome persista, não por falta de alimentos a nível global mas devido às guerras e aos deficientes sistemas de distribuição. No respeitante ao abastecimento de água, as previsões apontam para três mil milhões a de pessoas a viver em países com «perturbações de água», sobretudo em África, Médio Oriente, Sul da Ásia e Nordeste da China.

Ainda segundo os especialistas, a população mundial deverá passar dos 6,1 mil milhões actuais para 7,2 mil milhões em 2015.

Espanha

Ford Europa e Gillette despedem pessoal

O director-geral da Ford Europa, David Thursfield, anunciou esta semana a redução de pessoal nas empresas da companhia na Europa em pelos menos 10 por cento ao ano, segundo o jornal económico *Financial Times*. Esta informação foi no entanto desmentida por Bern Maier, porta-voz da multinacional em Colónia, Alemanha, segundo a *France Press*. Maier negou que exista um novo plano para reduzir o número de trabalhadores nas filiais europeias, e afirmou que Thursfield se havia referido a redução de custos e não de efectivos.

No meio deste clima de incertezas, o director da Ford Europa visitou esta semana as instalações da Ford espanhola em Almussafes (Valência) onde reuniu com a direcção da empresa e com o Governo de Valência.

A expectativa criada pela presença de director-geral da Ford baseia-se, segundo o diário espanhol *El País*, no facto de a multinacional ter dado a conhecer, no início do ano 2000, parte dos planos sobre o futuro da produção na Europa. A sucursal espanhola pretende a produção dos novos Mazda e Fiesta, mas o desconhecimento dos planos para a região de Almussafes

levou os sindicatos a pressionar a empresa, nos últimos meses, no sentido de uma clarificação da situação.

Entretanto, a Gillette anunciou esta semana o despedimento de 2700 trabalhadores, o encerramento de oito fábricas, treze centros de distribuição e uma redução de 25 por cento das regalias dos trabalhadores. A empresa alega crescentes dificuldades devido à valorização do dólar e à falta de novos produtos no mercado. Desde 1998 a empresa já despediu 4700 pessoas, reduzindo o número de operários em cerca 20 por cento.

A Gillette, sediada em Boston, apresentou um lucro, no terceiro trimestre deste ano, de 350 milhões de dólares, com 54 fábricas em 20 países e representação em mais de 200, e prevê chegar aos 430 milhões de dólares (valores líquidos) até ao final do ano. Os accionistas consideram, no entanto, que a empresa «adormeceu», deixando de apresentar novos produtos e mantendo excesso de pessoal.

A reestruturação da Gillette em 2001 custará 250 milhões de dólares, segundo os cálculos, e deve permitir uma poupança de 125 milhões de dólares anuais.

Tensão no sul da Sérvia

Kostunica exige medidas contra terroristas albaneses

Em vésperas das eleições legislativas na Sérvia, o governo federal jugoslavo ameaça intervir no vale de Presevo se a ONU não tomar medidas contra os separatistas.

As autoridades jugoslavas «exigem que o Conselho de Segurança da ONU adopte, no mais curto prazo possível, medidas para a retirada urgente dos terroristas albaneses» da zona de segurança que separa o Kosovo do vale de Presevo. A exigência consta de uma declaração divulgada no passado fim-de-semana em Bujanovac, no vale de Presevo, no final de uma reunião dos governos da Federação jugoslava e da Sérvia, sob a presidência de Vojislav Kostunica. Segundo o documento, caso a ONU não intervenha «a República Federal da Jugoslávia fará valer o seu direito legal e legítimo para resolver o problema recorrendo às medidas internacionalmente autorizadas para a luta contra o terrorismo».

A tomada de posição dos responsáveis jugoslavos surge na sequência do agravamento da situação que se vive na chamada «zona de segurança» que separa Presevo do Kosovo. Nessa faixa desmilitarizada, de cinco quilómetros, cuja população é maioritariamente de origem albanesa, repete-se o cenário que levou à guerra no Kosovo: um grupo autodenominado Exército de Libertação de Presevo, Medvedje e Bujanovac (ELPMB), infiltrado na zona a partir do Kosovo, ataca as forças de segurança sérvias. O objectivo é incorporar a região no Kosovo, na expectativa de uma futura independência. As emboscadas têm-se intensificado nos últimos tempos, tendo provocado já a morte de quatro polícias sérvias.

Entretanto, no domingo, uma patrulha conjunta dos

Estados Unidos e da Rússia foi atacada por atiradores não identificados, quando tentava fechar a área de separação entre Pristina, capital do Kosovo, e o sul da Sérvia. Na véspera, dois sérvios foram mortos e um terceiro ficou ferido na sequência de confrontos com as tropas belgas da Força Internacional de Paz (Kfor), durante uma manifestação em Leposavic, de maioria sérvia, a 60 quilómetros de Pristina. Num comunicado, o Partido Democrático da Sérvia, do presidente Kostunica, acusou as forças belgas de dispararem «irresponsavelmente» contra os manifestantes, sublinhando que o incidente era mais um sinal do fracasso da missão internacional.

Independentistas albaneses atacam forças sérvias em Presevo

O agravamento da situação no Kosovo e no vale de Presevo domina as atenções dos sérvios e é motivo de crescente preocupação para o partido de Kostunica, sobretudo tendo em conta que no próximo sábado, dia 23, têm lugar as eleições legislativas na Sérvia. Os sérvios, que consideram o Kosovo o berço da nacionalidade, tenderão naturalmente a votar em quem melhor defenda a soberania e a integridade territorial do país.

Críticas a Clinton e esperança em Bush

Consciente das implicações desta complexa situação, Kostunica pediu a convocação de uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU para a próxima semana.

Aparentemente, o presidente jugoslavo deposita grandes esperanças na futura administração de George W. Bush, designadamente



Em Presevo assiste-se aos mesmos acontecimentos ocorridos no Kosovo

quanto à redução da presença norte-americana nos Balcãs.

Segundo a CNN, Kostunica manifestou no domingo a

sua convicção de que a Jugoslávia não teria sido atacada pela NATO se o inquilino da Casa Branca fosse um republicano, e acusou Clinton de se ter desviado «dos princípios básicos da política externa dos EUA» ao levar a Aliança Atlântica a bombardear a Sérvia. «Tivemos o azar de ser o primeiro e talvez o último país no mundo que sentiu na carne esse conceito insano de bombardeamento humanitário», disse Kostunica.

As esperanças de Belgrado, ainda segundo a CNN, estarão no entanto a causar preocupações nos aliados europeus da NATO, tanto mais que, durante a campanha eleitoral, Condoleezza Rice, futura conselheira de Segurança Nacional, admitiu que a participação das tropas norte-americanas em missões internacionais poderia vir a ser reduzida. Rice chegou mesmo a afirmar que os norte-americanos poderiam sair da Bósnia e do Kosovo, deixando a presença nos Balcãs a cargo dos aliados europeus.

Forças da Kfor fomentam prostituição

Em 1999, durante 78 dias, a NATO bombardeou a Sérvia, alegadamente para deter a «limpeza étnica» que as autoridades de Belgrado estariam a promover contra a população de origem albanesa na província do Kosovo.

Um ano depois, o Kosovo é uma região praticamente «pura» em termos étnicos - poucos são os sérvios que ali permanecem, mas nem por isso a vida social na região é menos conturbada.

Na noite de domingo, a cadeia de televisão pública alemã, ARD, denunciou no programa Weltspiegel que a Macedónia, onde se encontram estacionadas forças da ONU, se transformou num imenso bordel, sendo a prostituição de menores prática corrente. Os soldados da Kfor, designadamente os alemães, constam entre os principais clientes.

De acordo com a ARD, que cita testemunhos de soldados e de jovens prostitutas, os bordéis são frequentados por centenas de alemães, com conhecimento dos superiores hierárquicos. O Ministério alemão da Defe-

sa negou-se a confirmar as declarações, mas reconheceu que a problemática da prostituição nos Balcãs é sobejamente conhecida do Exército federal alemão, pelo que foram tomadas «medidas de precaução». Ao que parece, as medidas resumem-se à proibição de os soldados saírem em grupos de mais de três elementos, e à obrigação de serem sempre acompanhados por um oficial. O Ministério fez ainda questão de sublinhar que a Kfor «não pode em caso algum actuar contra actividades ilegais suspeitas no âmbito civil nem tão pouco levar a cabo uma investigação».

O que as autoridades alemãs não dizem é que não é suposto que as próprias forças da Kfor alimentem as actividades ilegais, como é o caso da prostituição. Segundo a ARD, o número de bordéis na Macedónia aumentou significativamente desde a chegada da Kfor. Fontes citadas pela cadeia de televisão garantem que pelo menos um milhar de adolescentes se prostituem, incluindo algumas menores de 15 anos.

Crise em Israel

Benjamin Netanyahu não se candidata ao cargo de primeiro-ministro de Israel, porque não está interessado em governar o país com a actual maioria parlamentar.

A decisão, divulgada na madrugada de anteontem, baralha uma vez mais o jogo político que se trava no país, criando novas perspectivas para a recondução do actual primeiro-ministro demissionário, Ehud Barak.

No início da semana, numa manobra claramente destinada a abrir o caminho ao regresso de Netanyahu, o

Parlamento israelita (Knesset) aprovou uma lei que permite a qualquer cidadão apresentar a sua candidatura ao cargo de chefe de governo nas próximas eleições antecipadas, exclusivamente destinadas ao preenchimento daquele lugar. De acordo com a legislação anterior, apenas os membros do Parlamento se podiam candidatar, o que excluía à partida o dirigente do Likud, dado este ter renunciado ao assento no Knesset após ter sido derrotado por Barak nas eleições gerais,

em Maio de 1999. A chamada Lei Netanyahu, aprovada por ampla maioria dos 120 deputados em três leituras sucessivas, transformou-se no entanto num presente envenenado para o principal interessado, quando o próprio se apercebeu que, a ser eleito, como todas as sondagens apontavam, teria de se haver com um Parlamento cuja composição não permite nenhuma maioria sólida. Num tal cenário, Netanyahu ficaria tão fragilizado como sucedeu com Barak no último ano e meio,

permanentemente dependente de complexos acordos de poder.

O antigo primeiro-ministro e dirigente do Likud tentou por todos os meios conseguir um consenso para a dissolução da Câmara, provocando assim a realização de eleições gerais antecipadas para o Knesset e para a chefia do governo, mas foi mal sucedido. Alguns partidos, e em especial o ultra-ortodoxo Shas (17 deputados), estão pouco interessados numa ida às urnas numa altura em que todas as son-

dagens apontam para uma perda da sua popularidade.

A situação criada com a desistência de Netanyahu deixa o Likud de novo entregue a Ariel Sharon, cuja candidatura parece inevitável, o que favorece Barak, sempre segundo as sondagens. Entretanto, sem estar resolvida a crise política em Israel, também a questão palestina não avança. A aumentar continua apenas o número de mortos da nova Intifada, que ascende já a mais de 300.

Violência na Argélia mata 200 pessoas

A Argélia vive um novo período de violência, com a ocorrência de novos massacres, sábado e domingo passado. Durante o fim-de-semana, quarenta pessoas, entre os quais 16 estudantes e dois contínuos, foram mortos, em acções atribuídas a grupos islâmicos. Segundo habitantes da região, os alunos foram mortos por balas disparadas de um grupo armado, presumíveis membros do GIA, que entrou no liceu, situado no centro de Médéa. Este é o pior massacre de civis registado desde o início do Ramadão, o mês do jejum sagrado muçulmano, a 27 de Novembro. Segundo dados não oficiais, 200 pessoas foram assassinadas em várias situações de violência na Argélia, na sua maioria civis e membros das forças de segurança.

Haider no Vaticano

O Papa João Paulo II «cobriu-se de vergonha» ao receber no sábado passado o líder da ultradireita austríaca Joerg Haider, afirmou o eurodeputado britânico Claude Moraes. Moraes, que preside em Estrasburgo ao intergrupo do Parlamento Europeu contra o Racismo, considerou que o Vaticano causou «um enorme prejuízo» ao honrar Haider. «É uma vergonha que o Papa e o Vaticano recebam um político que, além de tudo, proferiu nas últimas semanas cada vez mais declarações neofascistas e xenófobas», acrescentou o deputado trabalhista de Londres. Entretanto, pelo menos 31 pessoas ficaram feridas e sete tiveram de prestar declarações na polícia na sequência de violentas manifestações, realizadas em Roma, contra a visita do líder de extrema-direita austríaca.

Kremlin contra patrão da «Media-Most»

O director-geral do canal de televisão privado russo NTV, Vladimir Gussinski, está detido em Espanha desde o dia 12, a pedido de Moscovo. Entretanto na sexta-feira passada, o Tribunal de Arbitragem pela Inspeção de Finanças apresentou uma queixa que exige a «liquidação» de várias empresas da holding Media-Most, entre as quais a NTV e a editora «Seim Dniei» por incapacidade de pagamento dos seus impostos.

Reagindo a esta situação, numa carta-aberta ao presidente Vladimir Putin, o Conselho Social da NTV, ao qual preside Mikhail Gorbachev, acentua que «na demanda da Inspeção de Finanças se revela finalmente o objectivo da campanha que se desenrola há vários meses contra a NTV: a sua liquidação».

Várias organizações de jornalistas de nove ex-repúblicas soviéticas juntaram-se aos seus colegas russos, pedindo a Putin para intervir neste assunto que, segundo os jornalistas, envolve a violação de liberdade de imprensa.

O PCP e a política de Segurança

● José Martins

Após um longo período de letargia, a área da Administração Interna e a sua componente fundamental, as Forças de Segurança, a seguir ao Golpe contra-revolucionário do 25 de Novembro de 1975, foram reactivadas e sujeitas a um processo intenso de governamentalização, partidarização e instrumentalização, que as desviaram das suas missões constitucionais e colocadas ao serviço das classes que sustentavam o poder de então (grande capital e agrários) e empregues, com inusitada violência e brutalidade, em centenas de acções contra os trabalhadores e outras camadas da população que lutavam pela defesa das conquistas da revolução, do regime democrático, pelo direito ao trabalho e melhores condições de vida.

desempenhou um papel decisivo, tanto na denúncia e combate à política de segurança da direita, como na defesa dos direitos e liberdades das populações e no apoio aos direitos de cidadania, associativos e sindicais dos agentes das forças de segurança, bem como, na definição de uma verdadeira política alternativa de segurança.

Política de segurança que, pelo seu conteúdo profundamente democrático, mereceu o apoio das populações e obrigou o Partido Socialista, ainda na oposição, a assumir compromissos de suspender as *superesquadrões* e de implementar uma política assente na prevenção e proximidade, com a abertura das esquadrões de bairro; da superação definitiva da dualidade de estatutos entre as forças de segurança (PSP e GNR), atribuindo a uma e a outra características de polícia civil; e da

proximidade, processo de civilização da PSP, Regulamento Disciplinar da GNR e o reconhecimento, em palavras, de direitos associativos e sindicais para a polícia), continuam a persistir indecisões, omissões e atrasos graves que são responsáveis pelo crescimento da inquietação e sentimento de insegurança das populações, pelo mal-estar e instabilidade nas Forças de Segurança. E sublinha que o direito constitucional das populações e dos cidadãos à segurança e tranquilidade continua longe de estar satisfatoriamente garantido e, em alguns aspectos, conheceu mesmo agravamentos.

Como causas desta situação, a *Resolução Política* responsabiliza o Governo do PS pela ausência de uma estratégia clara, no sentido de privilegiar os factores de prevenção, de completa desmilitarização e efectiva civilização das Forças de Segu-

Objectivos estratégicos

No campo das propostas a *Resolução Política* define, embora em traços gerais, as traves mestras de uma política de segurança democrática, afirmando que ela é indissociável de uma política de desenvolvimento integrado de justiça social, de melhor qualidade de vida no plano económico, cultural, de reconhecimento dos direitos e de inserção dos imigrantes e das minorias étnicas, de prevenção e tratamento da toxicoddependência, do combate resolutivo ao crime organizado, de uma efectiva desmilitarização e democratização das Forças de Segurança.

A *Resolução Política* constata o mérito indiscutível da acção do PCP, que, notado por estes princípios e visando a defesa e reforço do regime democrático, desenvolveu um conjunto de iniciativas políticas sem paralelo no quadro partidário, com destaque para o Projecto de Grandes Opções de Segurança Interna e para a criação dos Conselhos Municipais de Segurança.

Finalmente, a *Resolução Política* afirma de forma inequívoca que o PCP, fiel aos seus compromissos, continuará a intervir para a concretização de uma política capaz de assegurar às populações a efectivação do direito democrático e constitucional à segurança, combatendo o crime, defendendo a legalidade democrática e pugnando pelo carácter civilista e judicializado das Forças de Segurança e a sua proximidade dos cidadãos, dotando-as de um código deontológico e de uma formação científica e técnico-profissional adequada e humanizada, desenvolvendo a cooperação policial no interesse da segurança pública, limitando a actuação das polícias municipais às suas competências de polícia administrativa, recusando o envolvimento de Portugal em forças e acções de polícia supranacionais, promovendo a melhoria das condições de trabalho dos profissionais, reforçando os seus direitos, incluindo o direito ao associativismo socioprofissional para a GNR e sindical para a PSP.

Notas finais

A *Resolução Política*, como é natural e compreensível, na sua elaboração, teve que se cingir às grandes preocupações e linhas fundamentais que o PCP considera indispensáveis para uma verdadeira e democrática política de Administração Interna e, por este facto, não traduz, obviamente, todo o conjunto de iniciativas, medidas e reflexão que fazem parte do património de trabalho e de estudo do PCP sobre esta problemática.

Mas o conteúdo da *Resolução Política*, saída do XVI Congresso, não deixa dúvidas (pela análise crítica e medidas propostas), quanto ao carácter democrático e humanista da política de segurança que o PCP propõe à sociedade portuguesa e ao País.

Os Portugueses aspiram a viver em segurança e liberdade

O PCP não tem outros interesses que não sejam corresponder às aspirações mais legítimas do Povo Português de forma coerente e consequente.

Aliás, como sempre fez e continuará a fazer!



Para esta situação, foram desenvolvidas estratégias refinadas de ideologização dos efectivos destas forças, na base da caracterização dos trabalhadores, do movimento operário e do Partido, como sendo o *inimigo interno*, da sua crescente militarização e da imposição de uma disciplina cega e autoritária, bem como do cerceamento dos mais elementares direitos, tudo para que fossem atingidos os objectivos de induzir os agentes a agir sem pensar e docilmente serem empregues na repressão de tudo e todos os que se opunham à política antidemocrática dos sucessivos governos.

Como consequência desta política, com objectivos essencialmente repressivos, desenvolveram-se processos complexos. Processos que tiveram expressão, por um lado, no abandono da vertente da segurança das populações e no aumento em flecha dos índices de criminalidade, e por outro, a consciencialização dos próprios profissionais das forças de segurança acerca do grau de manipulação e instrumentalização e de repressão a que estavam submetidos. Tal situação, contribuiu para acelerar e agudizar as contradições, a níveis incontroláveis, favorecendo o crescendo da contestação, que aglutinou e imobilizou vastíssimos sectores da sociedade, incluindo os próprios polícias, acabando por derrotar parcialmente a política de segurança repressiva da direita e encerrando assim um perigoso e vergonhoso ciclo desta importante área do Estado.

Neste longo período, de repressão e perseguições, de resistência e luta, o PCP

criação de uma Academia das forças de Segurança que integrasse as Escolas de Polícia e absorvesse as áreas de formação de agentes da GNR na Academia Militar.

Medidas e compromissos que, volvidos que são cinco anos da sua permanência no Governo, infelizmente, carecem da necessária concretização. No caso da GNR, existem mesmo indícios graves, de que se estarão a preparar manobras no seu interior, com o objectivo de impor como facto consumado a atribuição da *condição militar* a esta força e aos seus agentes. Tal manobra, concertada dos sectores mais conservadores da sociedade civil e militar, representaria perigos evidentes para os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e um recuo de dezenas de anos no processo de afirmação da cidadania e da dignificação dos profissionais desta força de segurança.

Situação actual

É neste quadro, e reflectindo sobre ele, que intervém a *Resolução Política* sobre **Administração Interna e Forças de Segurança**, no âmbito da realização do XVI Congresso do PCP.

A *Resolução Política* examina e analisa a evolução pela qual passou a área da Administração Interna desde o XV Congresso (1996) até ao actual momento e onde, à laia de relatório, começam por considerar que os últimos cinco anos de Governo PS/ António Guterres, pese algumas orientações e medidas positivas (abertura das esquadrões de bairro e polícia de

rança – as escolas de polícia ainda funcionam numa vertente militarista –, permanecendo em relação à GNR tendências para o reforço da sua militarização, com a pretensão de alguns sectores político e militares de a envolver em missões externas, numa perspectiva de projecção de força e de constitucionalidade duvidosa, o que, a não ser contrariado, levaria ao acentuar da confusão entre *política de segurança* e *política de defesa*, com pesados perigos para os direitos democráticos dos cidadãos.

E com base nesta evidência, a *Resolução Política* expõe sinteticamente outros traços negativos, quando afirma que a falta de determinação política, de meios e de formação adequada para o combate ao crime organizado e violento e ao tráfico de droga; as actuações ilegais dos Serviços de Informações e de Segurança (SIS); os casos da intolerável violência policial; uma política de imigração com características xenófobas e racistas, no espírito dos Acordos de Schengen; a crescente integração nas políticas europeias de segurança (EUROPOL e Serviços de Informação Schengen), determinam limitações graves à liberdade dos cidadãos e à soberania nacional.

No quadro deste raciocínio, a *Resolução Política* sublinha que o Governo do PS continuou a negar aos profissionais das Forças de Segurança a satisfação de importantes e justas reivindicações socioprofissionais. E em relação ao sindicalismo na PSP, o PS não revelou vontade política, empenhamento e maleabilidade necessárias para contrariar a posição e o voto conservador dos partidos da direita, PSD e CDS-PP.

Crises do mercado

Uma das características da moderna sociedade de mercado dito livre, movido pelo estímulo alucinante do consumo de inutilidades e pela competição desvairada entre empresas, é a *crise crónica*. De quê? De tudo, da ética, das instituições, da segurança nas ruas, da estabilidade no emprego, da confiança nos representantes políticos, e por aí vai. Poderíamos falar mesmo de tudo, pois as dúvidas abalam tanto a confiança nas pessoas que tratam de questões materiais como espirituais.



própria. As ideias também são disseminadas como qualquer produto no mercado livre. Quem não é livre é o cidadão que engole remédios, ideias, crenças, alimentos sintéticos. Daí as crises que se multiplicam.

Nas grandes cidades brasileiras há uma crise no mercado imobiliário. Não se vende, não se arrenda, mesmo baixando os preços para metade. Não falta dinheiro, o que falta é decisão. Alguém precisa abrir um escritório profissional, mas não sabe como serão os novos impostos e se haverá mercado para o seu produto. Tudo é incerto e oscila de acordo com interesses superiores. Outros gostariam de comprar um apartamento, mas as notícias sobre o aumento da criminalidade naquela cidade assustam. Quem vive em cidade pequena sente falta dos recursos socioculturais que existem na metrópole, mas lá ele vai gastar mais tempo em transporte urbano que no intermunicipal. Quase todos querem mudar, mas não estão certos de que será para melhor. Querem sair, livrar-se de uma rotina de



nobreza medieval que considerava uma despromoção qualquer trabalho manual. Para manter o devaneio da modernidade impõe-se a **confiança** nos demais, para combater a alienação exige-se a **participação**.

Nem uma coisa nem outra são oferecidas no grande mercado livre. O consumismo condicionou **alienação de olhos fechados**.

O exemplo americano

Um grande exemplo desta situação foi-nos oferecido pela inusitada falência institucional norte-americana com o fiasco das últimas eleições presidenciais. Demonstraram ao mundo que a democracia naquele país foi arquivada no museu histórico. Justamente os que

quer outro lugar reconhecidamente prejudicado pelo subdesenvolvimento.

Tudo se explica para quem não se deixa impressionar pela publicidade do grande império:

- A democracia é uma bandeira demagógica para ofuscar os ingénuos;

- A alta tecnologia só é aplicada para a obtenção de lucros e de poder;

- As instituições nacionais servem apenas para definir os limites da liberdade popular;

- O sistema político norte-americano é autoritário e controlado pela velha elite que mantém duas faces de uma mesma moeda;

- O poder imperial é decidido pelo dito *livre* comércio, ou seja, pelo jogo político dos grandes grupos económicos.

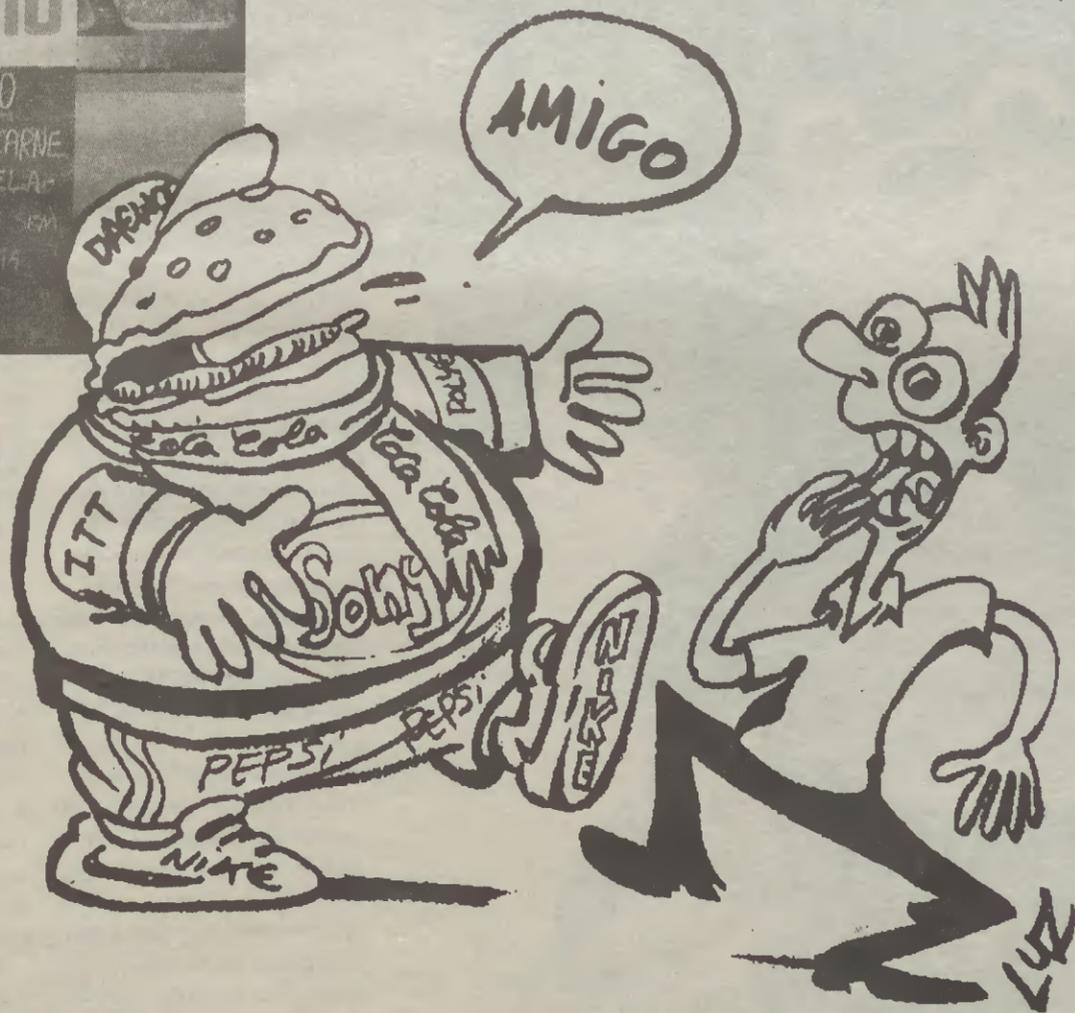
- A história da democracia nos Estados Unidos, uma bela página do património da humanidade, é desrespeitada na pátria dos seus heróis. (Haverá uma certa semelhança com a implosão do socialismo na pátria de Lenin?)

Dá para confiar?

Os norte-americanos espalharam pelo mundo o modelo da sua *democracia*, com toda a máscara que a acompanha. No Brasil, onde a subordinação ao vizinho rico é cada vez mais patente, são gastos milhões com a farsa eleitoral que expande uma alegria forçada e mentiras evidentes em discursos e filmes. O conteúdo é o que menos importa, encaixado no modelo do que se entende por *ética* e *respeito pela cidadania*. São distribuídas camisetas e bonés, os carros de som torram a paciência da população, grandes *shows* são contratados para a última semana, o rádio e a televisão são desligados nos horários eleitorais porque ninguém aguenta mais tanta enganação. Assim é a campanha, para que o povo se sinta considerado como cidadão participante.

Os 3 mil milhões de dólares das eleições norte-americanas são equivalentes aos que o Banco espanhol Santander pagou pelo BANESPA (o antigo banco do Estado de São Paulo) e que vai recuperar com as isenções de imposto e outros actos feitos pelo Governo brasileiro em menos de 10 anos. Houve muitos protestos no Brasil, assim como muitos votos nas eleições norte-americanas. É um direito *democrático de participação* como outro qualquer, que a elite aceita de acordo com o seu «Colégio» particular. De antemão não se confia nos resultados de uma democracia sob controlo.

A baixa cotação da opinião popular nesse mercado livre é tal que para se encontrar recurso orçamental no Brasil para que o salário mínimo seja equivalente a 90 dólares (18 mil escudos) no 3.º Milénio, depois de muitas ideias rejeitadas de corte nos sectores de saúde, educação, cultura, infra-estruturas, e outros já de si carentes, alguém teve uma ideia luminosa: fiscalizar o pagamento do INSS pelos grandes sonegadores e recuperar os muitos milhões de dólares que voaram para os bancos estrangeiros roubados pelos conhecidos corruptos da elite. Tarefa árdua, esta, que, pelo menos, evita a discussão sobre o luxo nababesco das embaixadas brasileiras, dos tribunais nas grandes cidades, da renovação das frotas de carro de luxo para uso oficial. Dá para confiar?



Já não se acredita em ninguém, pois a mentira é um instrumento de manipulação da opinião pública perfeitamente enquadrado na economia de mercado.

Num dia vemos a propaganda de um novo medicamento fantástico para aliviar os que sofrem das vias respiratórias, à base de corticóides. Tempos depois vemos, no mesmo canal televisivo, a denúncia de que tais tratamentos provocaram osteoporose até em crianças. Isto para citar apenas um caso, entre milhares, no campo da medicina. Temos também as pílulas de emagrecimento, ou para dormir, as multivitaminas, os alimentos inventados, as ginásticas, assim como as crenças religiosas. Todos se digladiam em nome da verdade, mentindo. E não há tempo para o cidadão, que vive nesta selva, aprofundar o seu conhecimento para ter, realmente, uma opinião

vida insuportável, das angústias que o médico dirá ser o famoso *stress* recomendando ar puro, exercícios, tranquilidade, que são os produtos mais caros e raros para quem vive nas cidades atulhadas de gente descontente.

Procurando a raiz das crises encontramos duas carências essenciais: de **confiança** e de **participação**. Os cidadãos aceitaram como evolução a possibilidade de delegar as suas funções aos especialistas ou aos empregados, e hoje não há crianças que façam os seus carrinhos ou as suas bonecas de trapos, adultos que consertem a torneira que vaza, adolescente que pregue o botão que falta. Compra-se tudo feito, paga-se para que outro encontre a solução mais banal para os problemas. A criatividade embota-se e surge o orgulho com a incapacidade pessoal como se fosse um mérito. Lembra a

se outorgam o direito de fiscalizar o cumprimento das regras democráticas nas eleições dos demais países e de denunciar como ditadores os que não obedecem às suas ordens, escolhe o Presidente da República dentro de um Colégio Eleitoral inventado há 200 anos e despreza o voto popular. Pior ainda, faz um simulacro de eleição com técnicas que nem o mais atrasado país do Terceiro Mundo utiliza, para *fazer de conta* que o povo elege o seu candidato. A sua alta tecnologia informática é superada pela ponta do lápis e pelo furo de um papel mal feito e mal impresso que deve ser lido um a um por pessoas com boa visão. A revisão dos votos indica as falhas vergonhosas da contagem primitiva, que jamais ocorreriam numa aldeia indígena no meio da mata brasileira, equatoriana, africana, ou de qual-

• A. Melo de Carvalho

A evolução do Olimpismo, ao longo de todo o século, viveu contradições que, sob formas diversificadas, ainda hoje se mantêm. Por exemplo, durante as décadas de 60 e 70, muitos foram aqueles que se dedicaram a desvalorizar os Jogos Olímpicos, argumentando com o seu «gigantismo», com o excessivo nacionalismo representado pelos hinos, medalhas, bandeiras e desfiles.

Na sua opinião os Jogos estavam condenados a desaparecer, substituídos por outras organizações mundiais. Parecia que o próprio sucesso do Movimento Olímpico (que recebia cada vez mais adesões devido aos países que iam conquistando a sua independência devido ao processo de des-

As contradições do Olimpismo (1)

atidade dos outros países socialistas, provocou um autêntico «terramoto» na ordem desportiva internacional. Estes países, acusados de utilizar o desporto para fins políticos, «serviam-se» dos Jogos Olímpicos como palco internacional para afirmarem o seu progresso.

Com maior ou menor clareza era esta a razão apontada para se acabar com os tradicionais cerimoniais de entrega de prémios, com os hinos, com as classificações não oficiais, etc. Em última

rou-se profundamente: muitos do que então denegriam sistematicamente os Jogos e que pressagiavam o seu próprio desaparecimento, tiveram de rever as suas posições perante a resistência que o Movimento Olímpico demonstrou perante os ataques aos Jogos Olímpicos de Moscovo.

A verdade é que, por detrás daquele movimento de contestação, se consolidava uma estrutura, directamente relacionada com a realidade viva e palpitante da emancipação de muitos povos, e que um pequeno número de Comitês Olímpicos nacionais não conseguira travar. Evidentemente que esta situação não deixou de provocar o aparecimento de novas contradições, pois os antigos sentimentos mantinham-se vivos e actua-

É certo que aquela atitude anterior era muito ajudada pela manutenção de uma visão mitificada resultante da junção dos elementos de uma visão idílica e «pura» do desporto com concepções herdadas da Antiguidade Clássica. Esta perspectiva, a que Coubertin não é alheio, manteve-se, durante decénios, contudo sem que o Movimento Olímpico atentasse nos outros aspectos do seu pensamento. Estes eram bem mais positivos mas contrários nos interesses da maioria dos representantes dos diferentes países, normalmente ricos elementos da alta burguesia.

Tratou-se de uma autêntica «quinquilharia» ideológica, que o Movimento Olímpico arrastou consigo durante longos anos, assente em ideias preconcebidas, sem verdadeiro significado, porque não possuindo qualquer correspondência com a realidade envolvente. Mesmo o papel desempenhado pelos Jogos Olímpicos na sociedade não era suficientemente avaliado, e, tudo o indica, os próprios elementos da estrutura do Movimento não se deram conta da «força» que estavam a manejar.

Contradições

Assim, a contradição assentava em dois termos bem claros: por um lado, os defensores do desporto «neutro» e «puro» que nunca existira, nem existia, inclusive nos seus próprios países, a recusa em aceitar o valor, por vezes hegemónico, de outras configurações sociais que passaram a ter acesso aos Jogos e a incapacidade em compreender a verdadeira dimensão do Olimpismo. Pelo

outro, a afirmação triunfante do próprio Movimento, através da chegada de um elevado número de países desajustados de se afirmarem internacionalmente. A personalidade e a visão de Juan António Samaranch, industrial bem sucedido, íntimo colaborador de Franco, veio resolver esta contradição.

A partir da sua eleição para o presidente do COI manifesta-se, sem ambiguidades, a vontade deste organismo passar a «liderar o Movimento Desportivo Mundial». Para isso, procurou rapidamente colocar-se em harmonia com a visão neoliberal (afirmando manter uma certa autonomia dos interesses dominantes) e procurando todos os componentes do desporto para os integrar sob a orientação e o controle do COI.

Retoma-se, assim, a antiga tradição implantada por *Pierre de Coubertin*, mas com a diferença essencial de, agora, submeter o Movimento ao poder do dinheiro e da política, em lugar de se afastar de um e do outro como ele preconizava. O resultado foi imediato: transformação dos Jogos Olímpicos num grande espectáculo e liquidação das antigas preocupações culturais sem interesse lucrativo, com a entrada directa dos profissionais (com o argumento de que a hipocrisia deveria terminar, sem tomar em consideração que, desta forma, surgiam outras «hipocrisias»). Ao mesmo tempo promovia-se a preservação da unidade do Movimento fundamentalmente através do fornecimento de apoios económicos aos países mais atrasados, procurando integrá-las na gigantesca «megaconcentração desportiva mediatizada».

Assim se abriu uma nova contradição, que está na origem de uma nova crise. Essa contradição ficou claramente expressa quando da escolha da cidade para a realização dos Jogos Olímpicos do ano 2000. Entre *Sidney*, *Pekin*, *Manchester*, *Berlin* e *Istambul*, à terceira volta das votações só se mantém as duas primeiras. Na 4.ª votação é *Sidney* a cidade escolhida mas somente por uma diferença de 2 votos.

Esta situação traduz o jogo de influências que se exercem no seio do COI. Para já, parece existir um certo equilíbrio entre as diferentes correntes. Mas é visível que, para além da questão política, a corrente que se afirma defensora dos valores do Espírito Olímpico, e aquela que defende uma perspectiva «realista» e pragmática da função económica dos Jogos, não deixaram ser sensíveis à relação *Jogos Olímpicos/Sponsors* ou seja: ao «valor acrescentado» que os JO representam em termos de pura publicidade mediática com a consequente «chuva» de dólares e libras.

Possivelmente esta perspectiva vai manter-se e até tornar-se hegemónica nos próximos tempos, pois os «ventos» da história parecem soprar-lhes de feição. Mas será que ela traduz, de facto, a dinâmica profunda que os povos vivem em relação ao Olimpismo?

colonização que, entretanto, se verificou) condenava-o à sua autoliquidação.

A entrada da URSS no Movimento em 1952, seguida depois por idêntica

análise, eram os próprios Jogos Olímpicos que eram postos em causa, acima de tudo por razões de ordem política.

A partir de 1980, esta situação alte-



colonização que, entretanto, se verificou) condenava-o à sua autoliquidação.

A entrada da URSS no Movimento em 1952, seguida depois por idêntica

análise, eram os próprios Jogos Olímpicos que eram postos em causa, acima de tudo por razões de ordem política.

A partir de 1980, esta situação alte-

Cinema

• Rogério Feitor

Nos já passados dias 11 e 12 de Dezembro passou, no Cine 222, o filme «**South Park: Bigger, Longer and Uncut**», título que, desde já, nos remete para um passado de censura que os Estados Unidos insistem em promover para o bem das suas crianças. O filme estava inserido num ciclo natalício atípico para o género de filmes que habitualmente costumam passar nestas ocasiões.

O autor desta cáustica comédia em tons de fábula infantil (muito adulta, diga-se desde já!) chama-se Trey Parker, rapaz para os seus trinta e um anos, mas com um já colorido curriculum em termos de cinema de animação. Senão, observem-se os factos: o seu primeiro filme data de 1991, tinha o realizador 22 anos, que se intitulava explosivamente «**The Spirit of Christmas - Jesus Vs. Frosty**»; desde aí já realizou 10 filmes, tendo emprestado a voz a 12 filmes e escrito 11 filmes. Mas o



que lhe granjeou o sucesso foi, de facto, a série «**South Park**», que tinha como protagonistas várias crianças de uma cidade estado-unidense que se divertiam a destruir tudo o que os seus pais tinham construído em nome da moral e dos bons costumes: a inocência infantil contra a preversão adulta – o sonho vs. a realidade.

Já um nome conhecido, resolve fazer, até este momento, a súpula da sua obra, traduzida no inexplicável filme já anteriormente referido. Decorria o ano de 1999 e para trás ficava a invasão do Iraque e o bombardeamento à Sérvia. A moral e os bons costumes expostos de forma clara e concisa. E pesada como uma bomba.

A obra

A história do filme é simples, como convém a um feito por crianças: em South Parque uma película estreia (e como é divertido observar que tudo, mas tudo começa pela exibição de um filme, episódio que nos remete,

Parque Sul

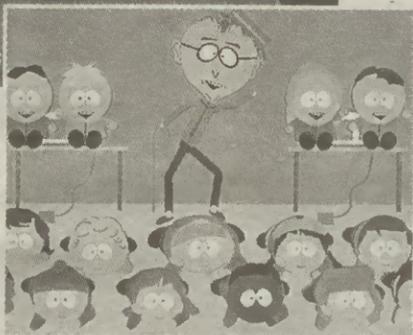
enquanto espectadores, para a nossa própria figura de observadores. Como se o acto de observar não fosse – e realmente não o é! – o acto inocente que insistentemente teimam em rotular). O filme, protagonizado por dois irmãos canadianos, insiste no burlesco, mas um burlesco, conforme aos tempos, apoiado em palavras e actos considerados indecentes. As crianças, imbuídos do espírito da repetição como forma de se imporem aos seus pais, repetem as asneiras até que estes notem nas crianças. E a partir daqui o tom musical do filme molda-se a um espírito cáustico, cínico e pertinente que nunca nos deixa de espantar tornando o riso como panaceia universal.

Tudo acontece então: desde a descoberta, por uma das crianças, que a mãe participou num filme alemão pornográfico, até à morte de uma das crianças que vai para o inferno onde mira Satã, o Deus do Mal, que tem como amante Saddam Hussein, até à declaração de guerra ao Canadá, instigado o Governo Norte-Americano por uma liga de mães furiosas pelo atentado ao pudor do filme canadiano, à execução planeada dos dois actores canadianos, numa cerimónia aberta ao público e apresentado por grandes vedetas do Show Biz norte-americano, até à utilização dos negros norte-americanos como carne para canhão inseridos que estão num plano senil de um ainda mais senil estratégia norte americano, etc., etc.

O início

Apesar de rotulado, por insistência das normais regras aplicadas ao cinema de animação, como um filme para crianças, os sinais latentes nesta obra são por de mais conscientes para que nós os absorvamos inconscientemente. Uma análise há que ser feita, mesmo que, devido à falta de espaço, um pouco superficial: num país onde existe uma comissão de pais, fachada para uma instituição toda ela censorial, onde álbuns de música, devido às suas letras, contém um aviso aos pais para que saibam o que os filhos estão a ouvir; à aura de enviado do demónio que a imprensa norte-americana gostava de utilizar relativamente a Saddam; ao declínio do império americano notado pelas constantes execuções, que já até levam um analfabeto à Presidência deste país; ao racismo, ao falso pudor, à violência exacerbada constantemente exibida na televisão, a tudo isto nos é contraposto uma inocência, uma deturpação de todas as regras que nos insistem em colocar, uma força em potencial a que nenhum outro poder se consegue opor que só as crianças conseguem ter. Afinal, talvez seja mesmo um filme para crianças.

Ou como um filme de animação, e um seu autor produto de uma geração inconsequentemente criada, parece pensar as palavras sempre actuais de Karl Marx – «Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas sim a sua existência social que determina a sua consciência.»



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Fruta da Época

Conclusão lógica

O Congresso acabou. Então meia hora passada estava limpo o pavilhão desguarnecido como se lá não tivesse acontecido nada.

Diz o pivô da SIC ali ao pé convictamente:

– Não há dúvida. É um partido diferente.

Infantil

Se esta bola não fosse redonda tudo o mais podia ser mas só se consola por dentro da ronda sendo bola a valer pois se ela não fosse redonda e redonda a valer mansa e doce sempre de lá para cá sempre em festa tudo poderia ser. Até bola, sei lá.

Mas não esta.

Pessoal e Natal

Acima, acima gajeiro acima ao vértice astral vê se vê franjas de fogo nos lábios de um laranjal vê se vê quem anda perto rondando no meu portal vai dizer-lhe que entre, que entre, mas que antes me dê sinal que eu não quero ter comigo senão quem eu possa olhar que eu não quero quem me diga sem lhe poder dizer al acima, acima gajeiro acima ao vértice astral e nas lágrimas moídas e nas sombras do luar vê, que eu vi, areias de ouro nas costas de Portugal

mesmo à mão de Portugal.

Actualidade

O Menino de sua Mãe está a ser morto em Jerusalém.

Antes mesmo de nascer antes de ser Natal com o mundo inteiro a ver o punhal o Menino de sua Mãe está a ser morto em Jerusalém.

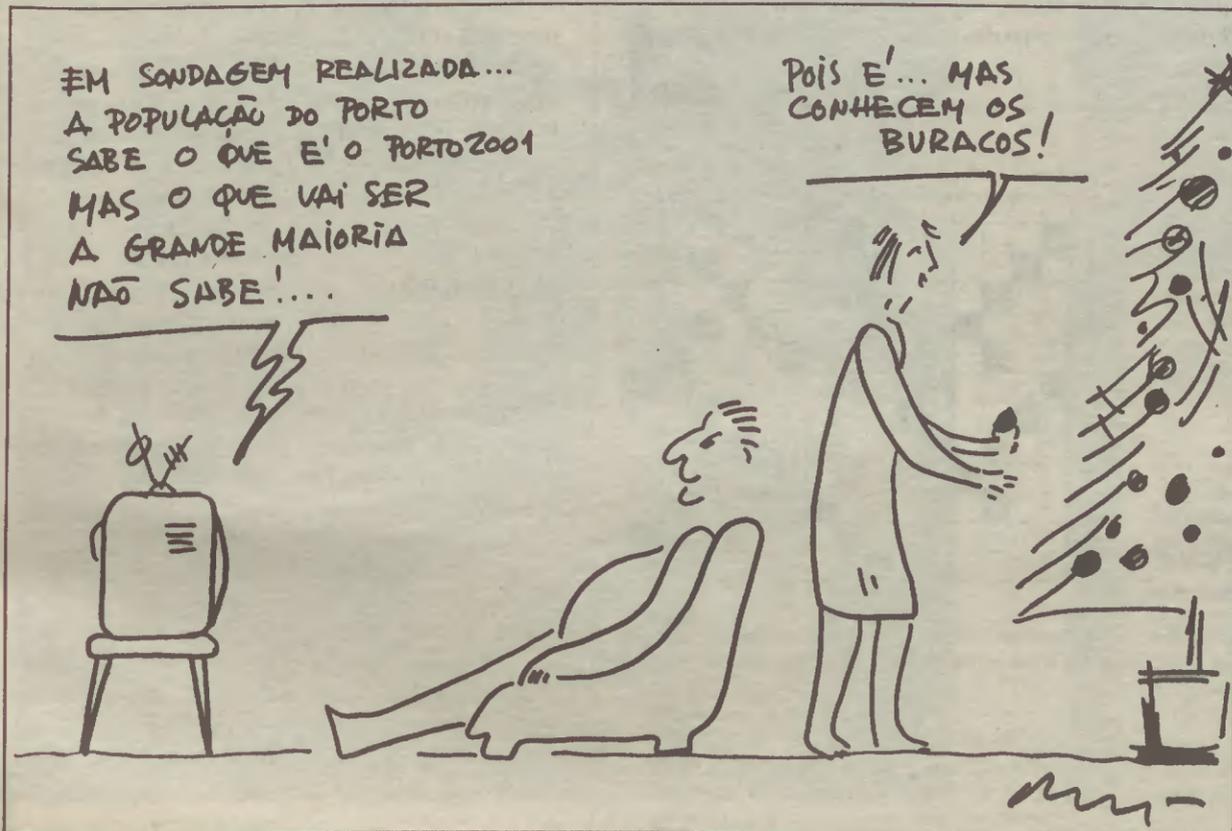
Enquanto ela embala à janela uma estrela agora, guia a bala. Está a ser morto em Jerusalém o Menino de sua Mãe.

A bala, o punhal antes de ser Natal.

Estão a matar-nos em Jerusalém.

Cartoon

• Monginho



Venda de Natal no Vitória

Para as prendas de última hora não há como a **banca de Natal do Centro de Trabalho Vitória**, em **Lisboa**. De segunda a sexta-feira, está aberta das 11, às 21 horas. No sábado, está aberta das 11 às 19 horas. A não perder!

Bancários – Reunião de reformados

Tem lugar na próxima quinta-feira, **28 de Dezembro**, uma reunião dos bancários reformados, no centro de trabalho **Vitória**, em Lisboa, às **14h30**.

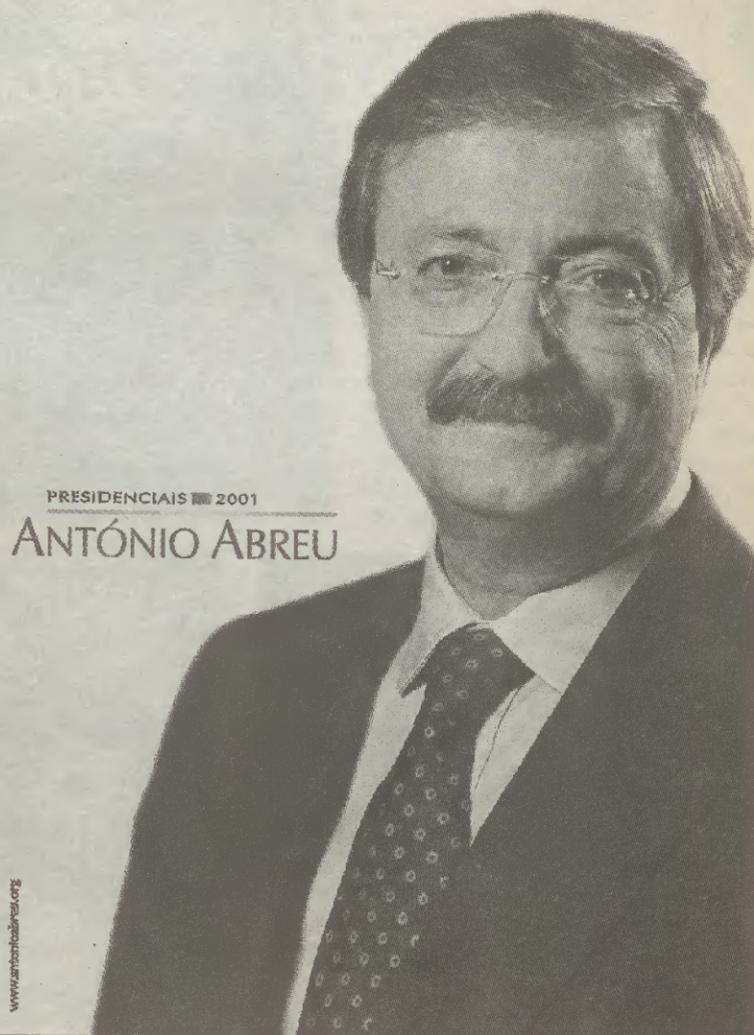
À venda

O Militante

Neste número



Razões de Esquerda para Portugal



PRESIDENCIAIS ■ 2001

ANTÓNIO ABREU

PRESIDENCIAIS ■ 2001

ANTÓNIO ABREU

Iniciativas

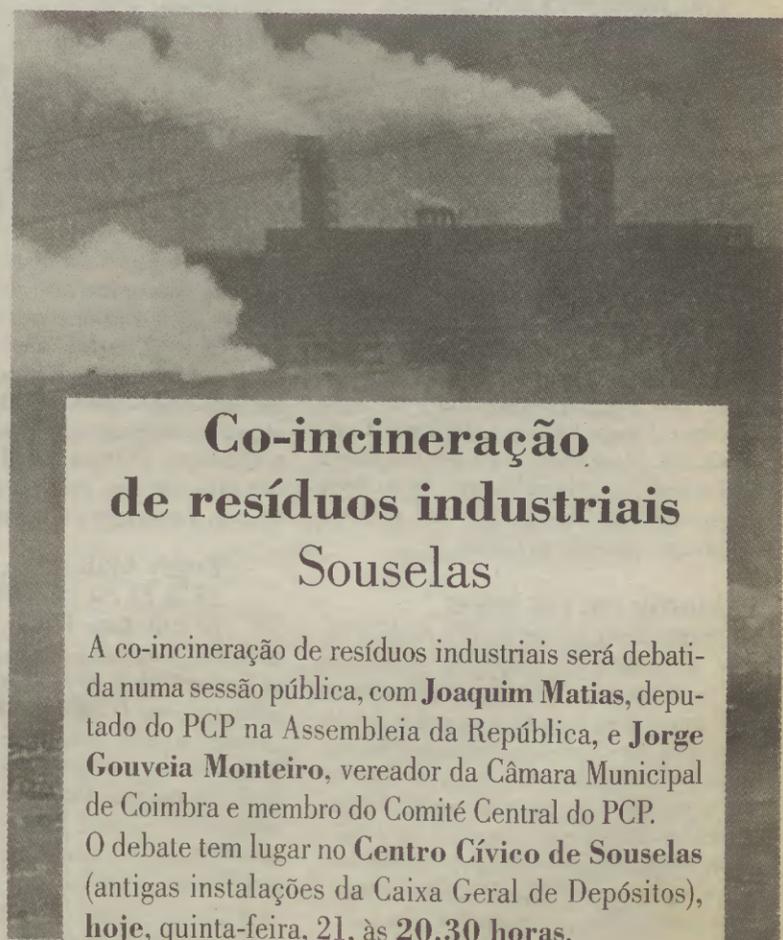
com o Candidato do PCP

Quinta-feira, 21

– no **Couço**, às **17.30 horas**, sessão pública na **Casa do Povo**.

Sexta-feira, 22

– em **Lisboa**, às **15.30 horas**, declaração sobre «**Democracia Política**», no **Hotel Continental**, sala **Vasco da Gama**.



Co-incineração de resíduos industriais Souselas

A co-incineração de resíduos industriais será debatida numa sessão pública, com **Joaquim Matias**, deputado do PCP na Assembleia da República, e **Jorge Gouveia Monteiro**, vereador da Câmara Municipal de Coimbra e membro do Comité Central do PCP. O debate tem lugar no **Centro Cívico de Souselas** (antigas instalações da Caixa Geral de Depósitos), hoje, quinta-feira, 21, às **20.30 horas**.

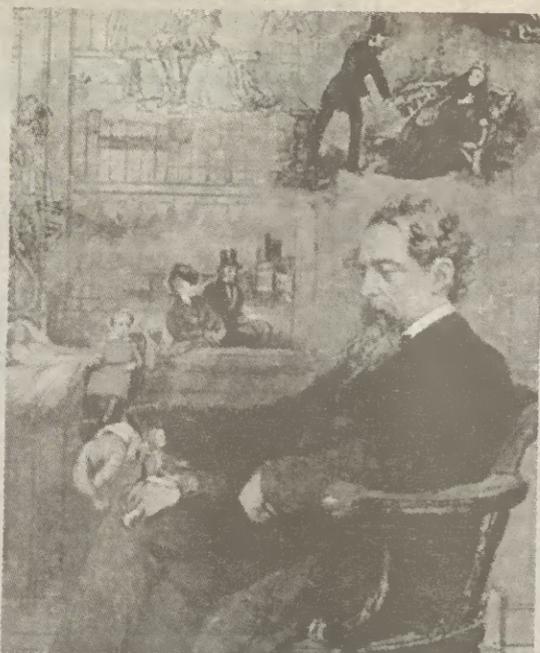
ATVer

Charles
Dickens

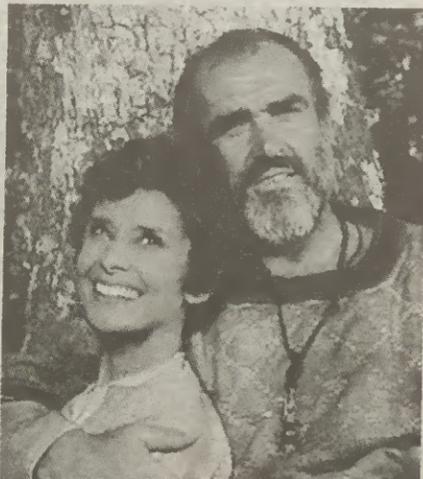
O Enigma da Múmia

(Quinta-feira, 21, às 24,00, na SIC)

Na época natalícia, mais do que em qualquer outra, é difícil encontrar na televisão filmes de jeito, pelo menos filmes ao jeito de quem gosta de cinema e não apenas de entretenimento. Não é falta de película, pois eles são numerosos, mas a escolha reduz-se entre os melancólicos «filmes de Natal», pingando falso mel e falso amor e as tradicionais fitas de «acção», suando violências e aventuras de pacotilha. Vasculhando um pouco nas programações, aqui vai, entretanto, um



«Morrer em Las Vegas», «A Flecha e a Rosa»; «Lua Tentadora» e Jodie Foster, em «Bugs Malone» esta semana na TV



filme de duvidoso gosto mas de aventura garantida. Trata-se do **Enigma da Múmia**, mais uma maldição terrífica lançada sobre o «espírito científico». Aqui a curiosidade não mata o gato mas aterroriza arqueólogos. Um filme de **Russel Mulcahy** que, francamente, não sabemos quem é...

Lua Tentadora (Quinta-feira, 21, às 24,00, na RTP2)

Mas nem tudo é como dissemos acima e se o leitor quiser aguardar até à meia-noite, lá terá provavelmente a paga para a paciência. Na passada semana propusemos um filme chinês sobre *A Guerra do Ópio* e acerca da história da imposição da soberania britânica sobre Hong Kong. Desta vez, trata-se ainda de ópio e de mais um filme chinês, realizado por **Chen Kaige**. Só que esta produção é de Hong Kong antes do seu retorno à República Popular da China. E o tempo não soluciona apenas aqui, mas também difere do do filme anterior, pois a acção decorre em 1911, uma data crucial para aquele país. **Lua Tentadora**, um filme sobre uma família ainda feudal e embrutecida pelo ópio, foi exibido com estrondo em Cannes, mas não recebeu visto para ser passado na China...

Morrer em Las Vegas (Sexta-feira, 22, às 23,00, na RTP1)

E se o leitor quiser apiedar-se - estamos no tempo da compaixão - por dramas afogados em álcool - também estamos no tempo dele e oxalá os acidentes de viação não venham a dar-nos razão na contabilidade final da quadra - aqui vai a sugestão de um filme realizado em 1995 e que na época foi um estrondoso sucesso. Da autoria de **Mike Figgis**, escrito pelo realizador com base no romance de John O'Brien, este drama valeu ao protagonista **Nicolas Cage** o Oscar para o Melhor Actor.

A Flecha e a Rosa (Sábado, 23, às 0.30, na TVI)

E aqui está um filme de aventuras ao velho estilo. Realizado em 1976 por **Richard Lester** e protagonizado por Audrey Hepburn e Robert Shaw, esta película intitulada em inglês *Robin and Marian*, é uma aventura seródia de Robin Hood que volta a Inglaterra depois das cruzadas e encontra tudo mudado para pior - a mulher no convento, o irmão taralhado, o rei delirante. Mas o Sheriff de Nottingham volta a fazer das suas e o alquebrado Robin lá terá mais uma vez de entrar na luta. Nunca é tarde para combater pela justiça...

Espírito de Natal (Domingo, 24, à 1,30, na RTP2)

E eis que, em plena consoada, passada a meia-noite de 24, se pode reviver uma das histórias mais carismáticas do Natal, baseada no célebre conto de **Charles Dickens**, que tantas vezes foi adaptado. Este filme que leva ao ecrã o amargurado e avaro **Scrooge** mais os seus fantasmas implicantes que afinal lhe devolvem a alegria e a esperança e o redimem dos pecados, foi realizado em 1999 por **David Jones**. Esperamos que esta seja uma bela versão a convidar-nos também à esperança e à alegria.

Bugsy Malone (Segunda-feira, 25, à 14,20, na RTP2)

Em 1976, **Jodie Foster** era uma rapariguinha que entrava em filmes assim, tontos e divertidos, sem as sombras que mais tarde iria protagonizar em películas como *O Silêncio dos Inocentes*, ela própria inocente. Mas já aqui se anunciam as qualidades que a viriam depois a fazer brilhar. Realizado por **Alan Parker**, este **Bugsy Malone**, protagonizado por Scott Baio, é um filme parodiando as histórias de *gangsters*, em que as personagens são garotos e que espera que os espectadores também o sejam para apreciarem os tiros que são de creme e as granadas de pudim. Bom Natal.

Quinta, 21

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Presidenciais - Entrevista com Garcia Pereira
21.35 Quem Quer Ser Milionário?
22.10 Cruzamentos
23.10 Turnos de Risco
00.10 24 Horas
00.40 Fabiola

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil/Juvenil (às 12.00: Euronews)
13.00 Vila Faia
14.00 Memórias de Macau
14.50 Zapping
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta (Rep.)
19.30 Pelo Mundo Fora
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Viagem ao Maravilhoso
21.30 Portugalmente

Sexta, 22

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.40 Milionários à Força
23.00 «Morrer em Las Vegas» (de Mike Figgis, EUA/1995, com Nicholas Cage, Elizabeth Shue, Julian Sands. *Drama*)
01.00 24 Horas
01.30 Big Bang
02.15 «Orgazmo - Super-Herói» (de Trey Parker, EUA/1997, com Trey Parker, Dian Baehar, Robin L. Raab. *Comédia*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil/Juvenil
12.30 Horizontes da Memória
13.10 Vila Faia
14.00 Memórias de Macau
15.00 Duas Vozes
16.00 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos

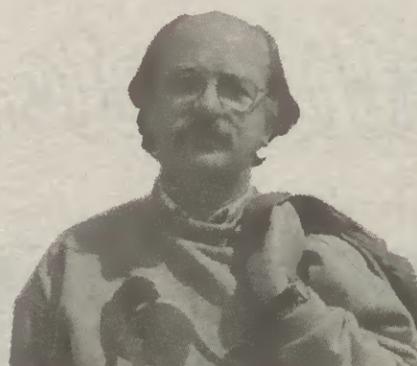
Sábado, 23

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 7 em Miami
15.50 «Pedido de Natal» (lan Berry, EUA/1998, com Debbie Reynolds, Neil Patrick Harris. *Telefilme, Drama*)
18.10 Felicity
19.00 Ajuste de Contas
20.00 Telejornal
21.15 Moda 21
21.45 Santa Casa
23.25 Série
00.25 Lei Marcial
01.25 24 Horas
01.50 Máquinas
02.20 «No Trilho da Droga» (de Gus Van Sant, EUA/1998, com Matt Dillon, Kelly Lynch, James Remar. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Delas para Eles
15.00 Desporto
19.00 «Parada de Estrelas» (*Musical*)
21.00 A História da Indústria em Portugal (5º Episódio)
21.30 Jornal África
22.00 Horizontes da Memória
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Brit Com («Blackadder»; «A Vigária de Dibley»; «Liga de Cavalheiros»)



«Viagem ao Maravilhoso» do Portugal «A Vigária de Dibley» está de secular, em transmissão na RTP2, é um regresso ao «Brit Com», sábados trabalho de Brandão Lucas

22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Duas Vozes
24.00 «Lua Tentadora» (Chen Kaige, China-H.Kong/1996, com Leslie Cheung, Gong Li. *Drama*)
01.45 Gente da Cidade...
Helsínquia
02.40 Anos 70

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Uma Aventura
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Futebol: Louletano-Benfica
22.50 Laços de Família
23.30 Febre do Dinheiro
24.00 «O Enigma da Múmia» (de Russel Mulcahy, EUA/1999, com Jason Scott Lee, Louise Lombard. *Aventuras*)
02.30 Sai de Baixo
03.20 Último Jornal
03.50 No Fim do Mundo

▼ TVI

08.30 Animação
12.10 «Big Brother»
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.10 Batatoon
17.30 «Big Brother»
20.00 Jornal Nacional
21.00 «Big Brother»
21.45 Natal das Estrelas
24.00 «O Fio do Suspeito» (de Richard Marquand, EUA/1985, com Glenn Close, Maria Mayenzet, Jeff Bridges, Peter Coyote. «Thriller»)
02.10 Seinfeld

18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 Desporto - Basquetebol
20.00 Cidade Louca
21.30 Portugalmente
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 A Outra Face da Lua
00.30 «Romen e Julieta» (de Renato Castellani, It-G.Bret./1954, com Laurence Harvey, Susan Shantall, Mervyn Johns. *Drama*)
03.05 Anos 70

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Uma Aventura
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Residencial Tejo
22.00 Laços de Família
23.00 Febre do Dinheiro
23.30 «007 Contra Goldfinger» (de Guy Hamilton, G.Bret./1964, com Sean Connery, Gert Froebe. *Aventuras*)
01.30 Sai de Baixo
02.20 «O Preço do Dinheiro» (de James B. Harris, EUA/1995, com Wesley Snipes, Dennis Hopper, Lolita Davidovich. «Thriller»)
04.00 Último Jornal

▼ TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.10 «Big Brother»
13.00 TVI Jornal
14.00 Tiro e Queda
15.10 Batatoon
19.30 «Big Brother»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.00 «Big Brother»
22.30 As Pupilas do Sr. Doutor
23.00 «Um Caso Escaldante» (*Erótico*)
01.00 Última Edição
01.20 Seinfeld
02.30 Zona de Perigo



A diferença agora é que os concursos se enfeitam de Natal...

01.30 «O Monstro» (de Walerian Borowczyk, Fr./1975, com Sirpa Lane, Lisbeth Hummel. *Erótico*)
03.05 Prazeres

▼ SIC

07.30 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Bravo Bravíssimo
15.15 «Um Dia em Grande» (de Michael Hoffman, EUA/1996, com Michelle Pfeifer, George Clooney, Mae Whitman. *Comédia*)
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Uma História de Natal
22.00 Herman Sic Especial
23.20 «O Tesouro de Natal» (de Brian Levant, EUA/1996, com Arnold Schwarzenegger, James Belushi, Rita Wilson. *Comédia*)
01.20 Último Jornal
01.50 «Blast - O Assalto» (de Albert Pyun, 1997, com Rutger Hauer, Linden Ashby, Kimberly Warren. «Thriller»)

▼ TVI

08.30 Há Festa no Hospital (I)
13.00 TVI Jornal
13.30 Há Festa no Hospital (II)
14.30 Caras Lindas
16.00 «Uma Nova Aventura de Natal» (de James Framley, EUA/1997, com Mary Stuart Masterson, Mark Ruffalo. *Comédia*)
18.00 «A Lista de Natal» (de Charles Jarrott, EUA/1998, com Mimi Rogers, Rob Stewart. *Comédia*)
20.00 Jornal Nacional
21.00 «Onde Pára o Pai Natal» (de William Dear, EUA/2000, com Leslie Nielsen, Tommy Davidson. *Comédia*)
23.50 Lux
00.30 «A Flecha e a Rosa» (de Richard Lester, EUA/1976, com Audrey Hepburn, Robert Shaw, Richard Harris. *Aventuras*)
02.30 PSI Factor III

Domingo, 24

- ▼ **RTP1**
- 07.00 Infantil/Juvenil
- 12.30 Jet 7
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Natal dos Hospitais
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca
- 21.20 Magie
- 22.30 «Cinderella de Rogers & Hammerstein» (de Robert Iscove, EUA/1997, com Whitney Houston, Bernardette Peters, Whoopi Goldberg. *Comédia Musical*)
- 00.10 24 Horas
- 00.35 «Santa Cláusula» (de John Pasquin, EUA/1994, com Tim Allen, Judge Reinhold, Eric Lloyd. *Comédia*)
- ▼ **RTP2**
- 07.00 Euronews
- 09.30 Programa Religioso
- 10.30 Missa
- 11.30 A Outra Face da Lua
- 13.00 2001
- 13.30 Andamentos
- 14.00 Desporto
- 19.00 O Genoma Humano
- 20.30 Onda Curta (*Curiosas Metragens de vários autores*)
- 21.00 Bombordo
- 21.30 Artes e Letras - «Mats Ek, coreógrafo»
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Missa do Galo
- 01.15 Swing to Christmas
- ▼ **SIC**
- 07.30 Zip Zap

Segunda, 25

- ▼ **RTP1**
- 07.00 Infantil/Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Natal dos Hospitais
- 20.00 Telejornal
- 21.20 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
- 22.00 Concerto de Natal (T.D. do Convento do Beato)
- 23.30 «A Vida É Bela» (de Roberto Benigni, It./1997, com Roberto Benigni, Nicoletta Braschi, Sergio Bustric. *Comédia*)
- 01.45 24 Horas
- ▼ **RTP2**
- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
- 10.45 Bênção do Papa e Missa de Natal
- 12.45 Horizontes da Memória
- 13.15 Concerto - Os Três Tenores
- 14.20 «Bugsy Malone» (de Alan Parker, G.Bret./1976, com Scott Baio, Jodie Foster. *Comédia*)
- 16.00 Pedro e o Lobo
- 17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 «The Sunshine Boys»

Terça, 26

- ▼ **RTP1**
- 07.00 Infantil/Juvenil
- 08.35 Guia Dia a Dia
- 16.00 Praça da Alegria
- 12.30 Regiões
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Emoções Fortes
- 15.30 Marcus da Paixão
- 16.25 Rosalinda
- 17.30 Quem Quer Ser Milionário?
- 18.05 Quebra Cabeças
- 18.40 Ajuste de Contas
- 19.40 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.15 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
- 21.45 Dulee Pontes
- 22.10 Conde D'Abranhos
- 23.10 João Nicolau Breyner
- 00.40 Dinheiro Vivo
- 01.20 24 Horas
- 01.40 Desconhecidos
- 02.40 «A Carrinha» (de Stephen Frears, EUA/1996, com Colm Meaney, Donald O'Kelly, Ger Ryan. *Musical*)
- ▼ **RTP2**
- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
- 12.30 Horizontes da Memória
- 13.10 Vila Faia

Quarta, 27

- ▼ **RTP1**
- 07.00 Infantil/Juvenil
- 08.35 Guia Dia a Dia
- 10.00 Praça da Alegria
- 12.30 Regiões
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Emoções Fortes
- 15.30 Marcus da Paixão
- 16.25 Rosalinda
- 17.30 Quem Quer Ser Milionário?
- 18.05 Quebra Cabeças
- 18.40 Ajuste de Contas
- 19.40 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
- 21.50 «Bye Bye Love»
- 23.30 24 Horas
- 24.00 Turnos de Risco
- 01.00 «Encontros de Paris» (de Eric Rohmer, Fr./1994, com Glara Bellar, Antoine Basler, Aurore Rauscher. *Comédia*)
- ▼ **RTP2**
- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
- 12.30 Horizontes da Memória
- 13.10 Vila Faia
- 14.00 Os Descobrimientos Portugueses
- 15.00 Artes e Letras
- 16.00 Euronews
- 17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 2001
- 19.30 Pelo Mundo Fora
- 20.00 Cidade Louca
- 20.30 Viver no Campo
- 21.00 Viagem ao Maravilhoso
- 21.30 Portugalmente
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Zapping
- 24.00 Sinais do Tempo
- 01.00 O Segredo dos Homens
- 02.00 2001
- 02.35 Os Descobrimientos Portugueses
- ▼ **SIC**
- 08.00 Buérré
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 História de Amor
- 15.00 Aquarela do Brasil

TVisto

Correia da Fonseca

Dizer paz pelo Natal

ASIC parece ter querido, como é seu legítimo direito, ter também uma espécie de Natal dos Hospitais, embora sem doentes, nem enfermeiros nem médicos, o que não tem importância nenhuma porque o que interessa nesse tipo de programas é a maratona de canções e de cançonetistas de bom coração. Os do programa da SIC, realizado na sala do Tivoli em colaboração com a Junta de Freguesia de S. Pedro de Alcântara, terão tido um coração um pouquinho menos bom que os do Natal dos Hospitais propriamente dito, porque terão cobrado «cachet» ao passo que os dos hospitais cantam a título de graciosa benemerência (como se sabe, para muitos até é uma sorte poderem cantar na TV sem terem de pagar). Mas os dois programas têm, digamos, um perfil comum: Natal, bons sentimentos, um certo ar de gala em versão

bem, as palavras com que dedicava o programa à Paz e às crianças associando estas àquela, eu reflecti que melhor ainda que falar de Paz pelo Natal é fazer alguma coisa por ela durante todo o restante tempo. Sobretudo quando se pode fazer por ela alguma coisa de relevante. Por exemplo, quando se é uma estação de televisão.

Um balanço de assustar

Foi então que me deu para fazer como que um rápido inventário mental do que a mesma SIC, que nos oferecia o programa, fizera ao longo do ano para que as crianças aprendessem a estimar a Paz, a reconhecê-la, a desejá-la, e não apenas para si próprias mas também para as outras crianças do mundo largo que a TV lhes mostra embora nem sempre como devia. E, por estimá-la e reconhecê-la e desejá-la, aprendessem também a intervir em seu favor. Quem fala da SIC lembra-se e fala também da TVI e mesmo da RTP, para depois concluir com amargura que o tal inventário é magro, mesmo esquelético, e que o saldo do imaginário balanço entre activo e passivo da conta corrente que as estações de TV mantêm com a Paz é fragorosamente negativo. O que elas de facto ensinam às crianças é que a brutalidade é bela e saborosa, crismada embora com os nomes de acção e eficácia. Que a mansidão é uma chatice insuportável, contrária à afirmação da personalidade. E para aprender estas coisas e outras afins não é preciso saber o que é mansidão e personalidade, basta olhar os exemplos estimulantes de desenrascanço pela porrada e a explosão que a televisão quase ininterruptamente exhibe. Na verdade, isso de Paz e cânticos tranquilos são velharias caretas que só se gramam nesta altura em troca de umas prendocas bué jeitosas que os velhos têm de pagar que para isso é que servem.

Por qualquer associação de ideias inoportuna, lembrei-me de uma estória antiga: num país remoto, a Paz era um valor colectivo tão assumido que até uma coisa tão moderna como uma estação espacial se chamava Mir, que lá na língua deles significava precisamente Paz. No resto do mundo eram relativamente poucos a saberem isto porque raros ou nenhuns se davam ao trabalho de uma tradução porventura inconveniente e decerto politicamente incorrecta. Até esta memória não foi grande coisa, e ainda menos o escrevê-la, porque pode haver quem legitimamente mo leve a mal. Voltando, porém, ao reino das televisões, regresso à pergunta de há pouco: o que fazem a SIC e as outras, durante o ano inteiro, desta relação entre a Paz e as crianças? Mas não respondo. Não quero estragar o meu Natal



Actores portugueses em destaque em séries de comédia em todos os canais

- 12.00 BBC Vila Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Bravo Barvíssimo
- 15.00 Big Show
- 18.00 «101 Dalmatas - Desta Vez a Magia é Real» (de Stephen Herek, EUA/1996, com Glenn Close, Jeff Daniels. *Comédia*)
- 21.00 Jornal da Noite
- 20.50 «Não Acordem o Rato Adormecido» (de Gore Verbinski, EUA/1997, com Nathan Lane, Lee Evans, Vicki Lewis. *Comédia Fantasia*)
- 22.50 «Amor Perdido»
- 00.50 «Os Suspeitos do Costume» (de Brian Singer, EUA/1995, Stephen Baldwin, Gabriel Byrne, Kevin Spacey. *Thriller*)
- 02.00 Último Jornal
- 02.50 Programa de Natal
- ▼ **TVI**
- 08.30 Animação
- 11.00 Espaço Religioso
- 11.15 Missa
- 13.00 TVI Jornal
- 13.30 Aquanautas
- 14.00 Terra Encantada (de John Henserson, EUA/1999, com Randy Quaid, Colm Meaney, Roger Daltrey, Whoopi Goldberg. *Fantasia*)
- 18.00 Roberto Leal
- 20.00 Jornal Nacional
- 20.50 Jardins Proibidos
- 21.40 «Big Brother»
- 23.00 Bora Lá Marina Especial
- 24.00 Missa do Galo
- 01.30 «Espírito de Natal» (de David Jones, EUA/1999, com Patrick Stewart, Joel Grey. *Drama*)
- 03.30 PSI Factor III

- (Longas Metragem)
- 21.10 Viver no Campo
- 21.40 Portugalmente
- 22.10 Blackadder's Christmas Carol
- 22.30 Jornal 2
- 23.15 Os Sopranos
- 00.15 Artes de Palco - Bailado: «A Bela Adormecida»
- 01.45 Andamentos
- 02.20 Anos 70
- ▼ **SIC**
- 08.00 Buérré
- 11.00 «Jack, o Urso» (de Marshall Herskovitz, 1993, com Danny De Vito, Robert J. Steinmiller, Miko Hughes. *Drama*)
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.50 Bravo Bravíssimo
- 15.10 «Viúva, Mas Não Muito» (de Jonathan Demme, EUA/1988, com Michelle Pfeifer, Mathew Modine, Dean Stockwell. *Comédia*)
- 17.15 O Cravo e a Rosa
- 18.00 Malhação
- 19.00 Uga Uga
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Mundo Vip Especial
- 21.30 Laços de Família
- 23.00 Roda dos Milhões
- 00.40 Sai de Baixo
- 01.20 Último Jornal
- 01.40 «Natal Entre Amigos» (de Whit Stillman, 1990, com Carolyn Farina, Edward Clements. *Drama*)
- ▼ **TVI**
- 08.30 Animação
- 11.00 Bênção do Papa e Missa de Natal
- 13.00 TVI Jornal
- 13.30 Noite das Estrelas (Repetição)
- 16.00 Jason e os Argonautas (de Nick Willing, com Jason London, Dennis Hoper)
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Super Pai
- 22.00 «Big Brother»
- 22.40 «Paixões ao Luar» (de David Anspaugh, EUA, com Elizabeth Perkins, Gwyneth Paltrow, Jon Bon Jovi, Kathleen Turner, Whoopi Goldberg. *Comédia*)
- 00.40 Seinfeld
- 01.20 Profiler

- 14.00 Os Descobrimientos Portugueses
- 15.00 O Lugar da História
- 15.50 Euronews
- 17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Bombordo
- 19.30 Pelo Mundo Fora
- 20.00 Cidade Louca
- 20.30 Viver no Campo
- 21.00 Viagem ao Maravilhoso
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 «Inquietude» (Longa Metragem)
- 00.40 No Rasto do Mal
- 01.40 Rotações
- 02.25 Os Descobrimientos Portugueses
- ▼ **SIC**
- 08.00 Buérré
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 História de Amor
- 15.00 Aquarela do Brasil
- 16.00 Pokémon
- 17.00 O Cravo e a Rosa
- 18.00 Malhação
- 19.00 Uga Uga
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 22.00 Laços de Família
- 23.00 Febre do Dinheiro
- 23.30 «Intriga no Amanhecer» (de Robert Towne, EUA/1988, com Mel Gibson, Kurt Russell, Michelle Pfeifer, Raul Julia. *Thriller*)
- 02.00 Sai de Baixo
- 02.45 Último Jornal
- 03.15 Toda a Verdade
- ▼ **TVI**
- 08.30 Animação
- 11.30 Dinheiro à Vista
- 12.10 «Big Brother»
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Tiro e Queda
- 15.10 Batatoon
- 19.00 Dinheiro à Vista
- 19.30 «Big Brother»
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Big Brother
- 00.35 Os Homens do Presidente
- 01.35 Última Edição
- 02.25 Seinfeld

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição



- 16.00 Pokémon
- 17.00 O Cravo e a Rosa
- 18.00 Malhação
- 19.00 Uga Uga
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Laços de Família
- 22.00 A Febre do Dinheiro
- 23.00 Gala Novos Talentos
- 01.00 Sexappeal
- 02.00 «Duelo Inmortal III» (de Andy Morahan, 1995, com Christopher Lambert, Mario Van Peebles, Deborah Unger. *Aventuras*)
- 04.00 Último Jornal
- 04.20 Noites Longas - «As Cidades de Deus»
- ▼ **TVI**
- 08.30 Animação
- 11.00 Dinheiro à Vista
- 12.10 «Big Brother»
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Tiro e Queda
- 15.10 Batatoon
- 19.00 Dinheiro à Vista
- 19.30 «Big Brother»
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Jardins Proibidos
- 21.30 «Big Brother»
- 22.15 «Te Tac Milionário»
- 00.30 Última Edição
- 01.20 Seinfeld
- 02.00 «Ravehawk - O Grito da Liberdade» (de Albert Pyun, EUA/1994, com Ed Lauter, John Enos, Rachel Melish. *Aventuras*)

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Natal no Alqueva

Um apontamento de reportagem no **Diário de Notícias** contava esta semana como vai ser o Natal de dois irmãos guineenses que há dez anos trabalham em Portugal e há dois nas obras do Alqueva. Muito simples: os «manos Jaló», como são conhecidos na obra, farão a consoada à volta de «um grande lume» aceso nos estaleiros e partilhado por outros emigrantes nas mesmas condições. Partilharão igualmente um repasto pago por todos a cinco contos cada – um sacrifício assumido em honra da Natividade –, vão comer e beber noite dentro a desforra de um ano inteiro de privações, exorcizarão as dores da ausência com músicas de Natal e, à míngua doutros mimos que já só existem na memória feita imaginário, trocarão entre si a única prenda possível: a sublimação da família que cada um tem perdida lá longe, nos quatro cantos do mundo, numa fraternidade de Babel construída à força de despojamento na algidez transtagana.

No que toca aos irmãos Jaló – intérpretes accidentais deste **remake** à Dickens sobre as liturgias da Natividade –, tal festejo natalício no Alqueva cruza inesperadamente a diáspora lusitana com o «mundo global» que as actuais lideranças nacionais e planetárias tanto propugnam e incensam. Espoliados do sossego ancestral das bolanhas que a «modernidade» europeia – ali e em toda África – transformou num rosário de misérias, os irmãos Jaló demandaram há 10 anos a antiga potência colonial num «torna viagem» aprendido à força em 400 anos de pedagogia imperial. Já que foram «portugueses» durante tanto tempo e, como tal, transformados em «cidadãos do mundo» no concerto da civilização cristã e ocidental, nada mais óbvio que buscarem em Portugal – matriz da sua presente realidade – a satisfação de expectativas que o progresso capitalista afirma assegurar. E, para mais, essas expectativas até foram induzidas pelos próprios «civilizadores», confirmando ironicamente a tese marxista de que a satisfação de necessidades cria novas necessidades.

E cá chegaram eles a falar português e a sonhar em crioulo, dispostos a dar tudo o que tinham – a sua força de trabalho – em troca de um bocadinho de prosperidade. Desembocaram nas obras do Alqueva, onde chegaram na ponta de outras obras igualmente insensíveis às suas esperanças de segurança e prosperidade, partilhando com russos, ucranianos, magrebins, cabo-verdianos e tantos mais espoliados do planeta as vantagens do «mundo global» que a todos vampiriza para benefício de alguns.

Sem casa nem família, sem dinheiro nem país, os irmãos Jaló mesmo assim ainda celebram a consoada, festividade que o seu povo até desconhecia, mas também herdou no mesmo pacote de dominação cristã e ocidental.

E festejá-la-ão na noite gélida do Alqueva, literalmente imbuídos do tão celebrado «espírito de Natal».

Com o pormenor de que apenas poderão fruir do «espírito».

O Natal, propriamente dito, esse fica para quem os procura convencer de que somos todos filhos da mesma Natividade.

Contra o fosso crescente entre os rendimentos dos trabalhadores e os dos patrões

Operários têxteis lutam por negociações salariais

Cerca de um milhar de delegados e dirigentes sindicais da área dos têxteis, vestuário e calçado manifestaram-se, anteontem, nas ruas do Porto, pelo fim do bloqueio da negociação colectiva e por aumentos significativos dos salários.

Com o lema «Produzimos milhões e ganhamos tostões», os manifestantes lembraram que os 182 mil trabalhadores desta área recebem o salário mínimo, apesar de, com o seu trabalho, contribuírem para a riqueza nacional com um volume de 1300 milhões de contos em exportações anuais.

Os operários não têm acesso aos produtos que fabricam, devido aos salários

«O que são 60 contos mensais para viver? É esta a política dos patrões. E como se isso não bastasse, o patronato, numa clara afronta ao direito legal e constitucional, pura e simplesmente rompe as negociações colectivas mesmo antes de estas terem começado», denuncia a Federação dos Sindicatos

dos Trabalhadores Têxteis (Fesete), numa nota à imprensa.

«Estes trabalhadores - que têm de produzir com qualidade sapatos, fatos, camisas e gravatas para que os patrões e os senhores ministros possam andar na rua ou se apresentar nas reuniões e na televisão - não têm esse direito, mesmo que esse produto saia das suas próprias mãos», acrescenta.

De facto, os operários têxteis têm longas jornadas de trabalho e vêem os seus salários contratuais degradarem-se, «em contraste com a ostentação e a riqueza pessoal dos patrões e a participação destes como accionistas dos

sectores da banca, seguros, imobiliário, alimentar, etc.». «É cada vez maior o fosso entre os rendimentos dos trabalhadores e os rendimentos dos patrões», afirma a Fesete.

A federação acusa ainda o patronato de ser responsável pelo afastamento dos jovens e pela fuga dos actuais funcionários para outras actividades. «Face a estes baixos salários há dúvidas quanto às razões para a anunciada falta de trabalhadores? A política dos baixos salários é tão violenta e com tais níveis de exploração que não há hoje trabalhador que proponha, com satisfação, ao seu filho, familiar ou amigo, trabalhar nestas empresas.»

Vigilantes da natureza exigem melhores condições de trabalho

Centenas de vigilantes da natureza concentraram-se anteontem junto ao Ministério do Ambiente, em Lisboa, numa vigília de protesto contra a falta de meios humanos e materiais com que lidam no dia-a-dia.

Promovida pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e pela Associação Portuguesa de Guardas e Vigilantes da Natureza, esta iniciativa procura chamar a atenção para a grave situação em que se encontram as áreas protegidas e os recursos hídricos em Portugal.

Os sindicalistas denunci-

am que há cada vez menos funcionários: as áreas protegidas contam hoje com cerca de 150 vigilantes para mais de 500 mil hectares de terreno, enquanto que, para os recursos hídricos, há menos de 100 vigilantes para vigiar e fiscalizar todos os rios nacionais e internacionais que correm no nosso território.

No Instituto de Conservação da Natureza, a actual relação é de um vigilante para 3386 hectares de área protegida. «Nas direcções regionais do ambiente, são quilómetros e quilómetros de domínio hídrico que não con-

tam com a presença de qualquer vigilante», acrescentam os sindicalistas.

Outro problema é a degradação dos meios logísticos: as viaturas têm em média mais de seis anos e muitas evidenciam graves carências de segurança; os uniformes estão «manifestamente fora do prazo de duração»; e os meios rádio são deficientes ou pura e simplesmente não funcionam. O Parque Natural da Serra d'Aire e Candeeiros não tem sequer sistema de rádio e as comunicações são garantidas pelos telefones particulares dos vigilantes.

A não actualização do suplemento de risco e o armamento são outras questões levantadas. Os vigilantes têm legalmente direito ao uso e porte de arma, mas aguardam a sua distribuição pelos serviços. «Tal facto põe em causa o normal desempenho das funções e as condições de segurança no trabalho, designadamente em tarefas de fiscalização da caça e pesca», acrescentam os sindicatos.

Os sindicatos não afastam a hipótese de recorrer a outras formas de luta, caso as suas reivindicações não sejam atendidas.

António Abreu defende

Crescimento baseado no trabalho

António Abreu defendeu que o crescimento económico deve ter como grandes objectivos a satisfação das necessidades materiais e imateriais do ser humano, numa sessão pública sobre «Melhores salários, trabalho com direitos», que teve lugar na terça-feira, na Casa do Alentejo, em Lisboa.

O candidato à Presidência da República afirmou que o crescimento tem de ser

«assente na valorização do trabalho, regionalmente equilibrado e preservar os recursos naturais». E rejeitou a «opção do aumento da pobreza e do injusto crescimento das dificuldades, resultante da permanente desvalorização do trabalho e do endividamento das famílias».

O papel da multinacionais foi muito criticado por António Abreu, que condenou a «aliena-

ção da nossa base de afirmação, que nos manteria por gerações na situação de país periférico, subcontratado e de serviços».

«O Presidente da República não deve desconhecer realidades como o crescente desequilíbrio dos rendimentos, a não realização da coesão económica e social no processo de integração europeia, ou o aumento das assimetrias regionais», assinalou.

«O Presidente da República deve afirmar o valor do direito ao trabalho e o trabalho com direitos como um pilar fundamental da democracia. Deve reconhecer que não é sustentável uma política que reduza os salários reais e que generalize a precariedade do trabalho. Deve considerar inaceitável que um jovem, que passe 15 anos ou mais da sua vida a estudar, tenha como saída um contrato a termo de 67 contos por mês. Deve considerar como intocáveis os direitos à greve e de organização sindical das empresas», concluiu.

